UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

AMANDA FIGUEIREDO DE SOUZA

# TRANSFORMAÇÕES AGRÁRIAS NO SUDOESTE DA AMAZÔNIA: DA HEGEMONIA DA BOVINOCULTURA À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DE GRÃOS NO ENTROCAMENTO DAS BR 317 E 364.

RIO BRANCO – ACRE
2026

AMANDA FIGUEIREDO DE SOUZA

# TRANSFORMAÇÕES AGRÁRIAS NO SUDOESTE DA AMAZÔNIA: DA HEGEMONIA DA BOVINOCULTURA À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DE GRÃOS NO ENTROCAMENTO DAS BR 317 E 364.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Identidade, território e trabalho

Orientador: Prof. Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo

RIO BRANCO – ACRE
2026

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

S586t Souza, Amanda Figueiredo, 1999-
Transformações agrárias no sudoeste da Amazônia: da hegemonia da bovinocultura à expansão do agronegócio de grãos no entroncamento das BR 317 - 364 / Amanda Figueiredo de Souza; Orientador: Prof. Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo – 2026.
104 f.:30 cm.
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da-Universidade Federal do Acre, para obtenção do título em Mestre em Geografia.

1. Fronteira econômica. 2. Agronegócio de grãos - Soja. 3. BR-317. 4. Transformações territoriais - Acre. I. Castelo, Carlos Estevão Ferreira (orientador). II. Título.

CDD: 633.3498112

Bibliotecário: Marcelino G. M. Monteiro CRB-11º/258.

*Para uma mente brilhante, nada é pequeno.*

Sherlock Holmes

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, antes de tudo, a Deus, fonte de força, sabedoria e perseverança, que guiou cada passo desta caminhada e tornou possível a realização deste sonho.

À minha mãe Solange, por todo amor, apoio e dedicação incondicional. Por estar presente em todos os momentos, por acreditar em mim quando eu mesma duvidei e por ser minha maior inspiração. Esta conquista também é sua, pois carrega em si todo o esforço, cuidado e carinho que sempre me ofereceu.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um caminho que foi muito mais do que acadêmico. Foi um processo de resistência, amadurecimento e afeto, construído com o apoio de pessoas que estiveram presentes quando seguir parecia difícil e desistir parecia mais fácil.

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força diária, pela saúde e pela esperança renovada nos momentos em que o cansaço e as incertezas se fizeram presentes.

Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo, pela condução cuidadosa, pela paciência, pelas contribuições teóricas e metodológicas e pelo incentivo constante à construção de um pensamento crítico e comprometido com a realidade estudada.

À banca examinadora, pela leitura atenta e pelas contribuições que certamente enriqueceram este trabalho e minha formação acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e à instituição de ensino, pelo espaço de formação, pelas oportunidades de debate e pela construção coletiva do conhecimento.

Aos professores do programa, que contribuíram significativamente para minha formação intelectual e para o fortalecimento do meu olhar crítico sobre a Geografia e sobre o mundo.

Aos colegas de mestrado, pelas trocas, pelo companheirismo e pelo apoio ao longo dessa caminhada, compartilhando desafios, aprendizados e conquistas.

À minha mãe Solange, meu agradecimento mais profundo. Por nunca desistir de mim, mesmo quando eu mesma pensei em desistir. Por estar sempre ao meu lado, acreditando, sustentando e acolhendo. Sua força, amor e presença foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

À minha melhor amiga, Larissa, por todo o apoio, carinho e cuidado. Nossa amizade foi abrigo e salvação em um dos momentos mais difíceis dessa trajetória. Sua presença, suas palavras e sua lealdade fizeram toda a diferença.

Às minhas amigas Lorrana, Ana Cássia e Samyra, por todo o apoio, carinho e força ao longo dessa caminhada. Obrigada por estarem presentes, por acreditarem em mim, por cada palavra de incentivo e por tornarem os dias difíceis mais leves com amizade e companheirismo.

Ao meu amor, Devan, por acreditar em mim sempre, mesmo quando eu não acreditava que fosse possível. Por me levantar quando eu pensei que não conseguiria, por caminhar comigo em cada etapa e por todo o amor, paciência e carinho que tornaram esse percurso mais leve e possível.

Aos amigos e amigas que, de diferentes formas, ofereceram apoio, escuta e incentivo ao longo desse processo.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação. Este trabalho carrega não apenas resultados acadêmicos, mas também histórias, afetos e a marca de quem nunca caminhou sozinha.

**RESUMO**

A expansão recente do agronegócio de grãos na Amazônia tem promovido novas dinâmicas territoriais, econômicas e sociais, especialmente em áreas historicamente ocupadas pela pecuária extensiva. Nesse contexto, esta pesquisa analisa as transformações socioeconômicas e territoriais associadas à expansão do agronegócio de grãos ao longo da BR-317, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-364, em Rio Branco (AC), e o município de Boca do Acre (AM). O estudo parte do entendimento de que a atual expansão da soja não representa uma substituição completa da bovinocultura, mas um processo de reconfiguração territorial marcado pela coexistência de diferentes temporalidades produtivas. A pesquisa possui abordagem qualitativa, caráter exploratório e descritivo, sendo desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise documental, levantamento de dados secundários em bases como IBGE, MapBiomas e Embrapa, além de trabalho de campo com observação direta e realização de entrevistas semiestruturadas com produtores rurais e representante institucional do setor agropecuário. O referencial teórico fundamenta-se nos estudos sobre fronteira econômica, produção do espaço e territorialização do capital, destacando as contribuições de Bertha Becker, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Maria de Jesus Morais e Silvio Simione. Os resultados evidenciam que a BR-317 se consolidou como importante eixo de difusão do agronegócio de grãos no Acre, favorecida pela infraestrutura logística, pela valorização fundiária e pela inserção do estado nas dinâmicas da AMACRO e dos mercados nacionais e internacionais. Observa-se que a expansão da soja ocorre predominantemente sobre áreas anteriormente ocupadas pela pecuária, promovendo mudanças no uso da terra, na organização produtiva e nas relações socioeconômicas locais. Embora o processo apresente potencial para dinamizar a economia regional, também evidencia desafios relacionados à concentração fundiária, à redução da demanda por mão de obra, à pressão sobre a agricultura familiar e às possibilidades de deslocamentos populacionais e de intensificação dos conflitos territoriais. Conclui-se que a expansão do agronegócio de grãos constitui mais uma etapa da fronteira econômica amazônica, marcada pela reconfiguração do território, pela sobreposição de diferentes formas de uso da terra e pela permanência das contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento baseado na produção de commodities.

**Palavras-chave**: fronteira econômica; agronegócio de grãos; soja; BR-317; transformações territoriais; Acre.

**ABSTRACT**

The recent expansion of grain agribusiness in the Amazon has promoted new territorial, economic, and social dynamics, particularly in areas historically occupied by extensive cattle ranching. In this context, this study analyzes the socioeconomic and territorial transformations associated with the expansion of grain agribusiness along the BR-317 highway, in the section between its junction with BR-364 in Rio Branco, Acre, and the municipality of Boca do Acre, Amazonas. The research is based on the understanding that the current expansion of soybean cultivation does not represent the complete replacement of cattle ranching but rather a process of territorial reconfiguration characterized by the coexistence of different productive temporalities. The study adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, combining a literature review, documentary analysis, secondary data collected from sources such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), MapBiomas, and the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa), as well as fieldwork involving direct observation and semi-structured interviews with rural producers and a representative of the agricultural sector. The theoretical framework is grounded in studies on the economic frontier, the production of space, and the territorialization of capital, drawing particularly on the contributions of Bertha Becker, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Maria de Jesus Morais, and Silvio Simione. The findings indicate that BR-317 has become an important corridor for the expansion of grain agribusiness in Acre, supported by transportation infrastructure, land appreciation, and the state's integration into the dynamics of the AMACRO region and national and international markets. The results also show that soybean cultivation has expanded mainly over areas previously used for cattle ranching, promoting changes in land use, productive organization, and local socioeconomic relations. Although this process has the potential to stimulate regional economic growth, it also raises challenges related to land concentration, reduced demand for rural labor, pressure on family farming, and the possibility of population displacement and intensification of territorial conflicts. It is concluded that the expansion of grain agribusiness represents another stage in the Amazonian economic frontier, characterized by territorial reconfiguration, the coexistence of different land-use systems, and the persistence of the contradictions inherent in a development model based on commodity production.

**Keywords:** economic frontier; grain agribusiness; soybean; BR-317; territorial transformations; Acre.

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO....1
CAPÍTULO 1 - REFLEXÕES SOBRE AS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS NO TERRITÓRIO ACREANO....4
1.1 Fronteira – um conceito múltiplo e diversos....5
1.1.1 – A dinâmica da fronteira econômica na perspectiva de autores geógrafos....7
1.1.2 – A dinâmica da fronteira econômica na perspectiva de autores de áreas afins....9
1.1.3 – Trabalhando o conceito de fronteira no estudo da produção do espaço, na atualidade....11
1.2 A expansão da fronteira agropecuária no Acre no final do século XX....13
1.2.1 – A Inserção do Acre na AMACRO e os efeitos na produção do espaço atual....16
1.3 – Os Circuitos rodoviários como condutores do processo (BR 364 e 317)....21
1.4 – O extrativismo madeireiro, a pecuária e a agricultura familiar na consumação da fronteira agropecuária....23
1.5 – O vetor da BR-317 como principal disseminador das atividades de agronegócio de grãos no início do século XXI....25
1.5.1 A agricultura de grãos: soja e milho....28
CAPÍTULO 2 – BR-317: UMA VISÃO GERAL DO CIRCUITO DA ESTRADA DO NORTE AO SUL DO ESTADO....34
2.1 Conhecendo a BR-317....35
2.1.1 Uma via de integração do Sul do Amazonas com o Acre....37
2.1.2 Trecho em estudo: da divisa com o Amazonas ao entroncamento com a BR-364 no Acre....39
2.1.3 A Estrada do Pacífico: do entroncamento à divisa com o Peru....41
2.2 Características físicas, socioespaciais e uso do solo na BR-317....43
2.2.1 Caracterização agroambiental das áreas.....45
2.2.2 As cidades situadas no circuito da BR-317....47
2.3 Da pecuária para a soja: fatores da transição produtiva na BR-317....49
2.3.1 Legados de fases anteriores: o final do século XX a pecuária extensiva e a agricultura familiar....51
2.3.2 A retomada do avanço da fronteira no século XXI e o princípio da adoção do plantio comercial de grãos....53
2.3.3 O agronegócio de grãos e a transição produtiva atual no Eixo da BR - 317....55
CAPÍTULO 3 – TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E PERCEPÇÕES LOCAIS SOBRE A EXPANSÃO DA SOJA: TRECHO DO ENTRONCAMENTO A DIVISA COM O AMAZONAS NA BR-317....58
3.1 Caracterização e especificidades do trecho em estudo: entroncamento a divisa Acre/Amazonas....59

3.1.1 Territórios dos municípios e das vilas na área ..... 62
3.1.2 Caracterização geoambiental do trecho ..... 63
3.2 Processo histórico da formação das áreas: assentamento e fazendas ..... 65
3.2.1 Aspectos da fronteira agropecuária do final século XX ..... 68
3.2.2 Padrões de uso do espaço e o surgimento das vilas Pia e Caquetá ..... 69
3.3 O agronegócio de grãos e as mudanças sobre territórios da pecuária e da agricultura familiar ..... 73
3.3.1 A pecuária abrindo espaço para a produção de grãos ..... 75
3.3.2 Evolução da produção da soja ..... 77
3.3.3 Perfil dos produtores de agronegócio na área estudada ..... 80
3.3.4 Efeitos socioeconômico verificados ..... 82
3.4 Indícios de conflitos deslocados ..... 83
3.4.1 Efeitos da expansão do agronegócio grãos sobre a população local ..... 83
3.4.2 Tendências de deslocamento populacional frente à expansão do agronegócio de grãos ..... 85
CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 87
REFERÊNCIAS ..... 89

## INTRODUÇÃO

A região onde hoje está localizado o Estado do Acre carrega uma história moldada por transformações profundas que fizeram do território um espaço onde diferentes tempos e formas de vida convivem, se tensionam e se organizam. Cada ciclo produtivo da borracha, da pecuária e, mais recentemente, da agricultura de grãos deixou marcas que não desapareceram com o passar das décadas. Ao contrário, permanecem inscritas dialogando entre si e revelando que a fronteira amazônica, mais do que uma sucessão de fases, constitui-se como um entrelaçamento de temporalidades.

O primeiro grande movimento ocorreu ainda no final do século XIX, quando o extrativismo da borracha integrou as terras que hoje formam o Acre aos circuitos econômicos nacionais e internacionais. A vida nos seringais, marcada pelo sistema de aviamento[1] e por relações de dependência, estruturaram uma identidade socioeconômica duradoura. A crise do ciclo da borracha, embora tenha deslocado o protagonismo do extrativismo, não rompeu completamente essa lógica, pois abriu caminho para novos arranjos territoriais sem eliminar as estruturas sociais construídas naquele período.

A partir da segunda metade do século XX, um novo processo redefine a paisagem acreana com a expansão da fronteira agropecuária. Impulsionada por políticas do regime civil-militar e pela migração de famílias oriundas do Centro-Sul do país, a pecuária extensiva se expandiu sobre áreas anteriormente cobertas por florestas. Esse movimento promoveu o desmatamento acelerado, concentração fundiária e intensificação de conflitos sociais. Ainda assim, essa nova configuração não substitui integralmente a anterior, mas somou-se a ela, evidenciando que a fronteira amazônica apresenta sobreposição de diferentes períodos históricos de ocupação e uso da terra

No início do século 21, uma nova temporalidade ganha força na região com a expansão da soja e do milho, sobretudo ao longo da BR-317. Essa transformação conecta o Acre ao mercado global de *commodities*, influenciada pela crescente demanda internacional por proteína animal, pelos avanços tecnológicos desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) e pela posição estratégica do estado na tríplice fronteira com Peru e Bolívia. Nesse contexto, os circuitos rodoviários, especialmente a BR-364 e a BR-317,

[1] O sistema de aviamento foi o mecanismo comercial e financeiro base do ciclo da borracha (1879-1912) na Amazônia, caracterizado pela troca de mercadorias por látex e endividamento crônico. Baseava-se no adiantamento de bens (alimentos, ferramentas) a crédito por seringalistas aos seringueiros, que pagavam com a produção, gerando uma dependência que escravizava por dívidas.

assumem papel central, atuando como infraestruturas estruturantes que viabilizam a circulação, a integração regional e a inserção do território nos fluxos do agronegócio.

Essa transição, entretanto, não está ocorrendo de forma neutra. A substituição de áreas destinadas à pecuária pela agricultura mecanizada tipicamente capitalista altera o modo como o território é ocupado e vivido. No plano social, atividades tradicionalmente baseadas na mão de obra local cedem espaço à mecanização, exigindo novas qualificações e reduzindo postos de trabalho. No plano ambiental, emergem novos desafios relacionados ao uso intensivo do solo, à aplicação de insumos químicos e à pressão indireta sobre áreas de floresta, frequentemente associada ao deslocamento de pequenos produtores.

Diante desse cenário, torna-se urgente questionar se a expansão do agronegócio de grãos no Acre representa um projeto de desenvolvimento inclusivo ou se reatualiza desigualdades históricas que acompanham a ocupação da Amazônia desde seus ciclos iniciais. Entender esse processo implica compreender que não estamos diante de "uma nova fronteira" que substitui outra, mas sim de uma contínua rearticulação socioterritorial do capital, em que agentes, interesses, e práticas, se organizam sobre um mesmo território ao longo do tempo.

A relevância desta pesquisa reside exatamente na necessidade de compreender essas transformações, quando o Acre se insere de forma mais intensa nas dinâmicas do agronegócio. Ao analisar esse processo, o estudo contribui para o debate sobre os modelos de desenvolvimento na Amazônia, evidenciando suas potencialidades, contradições e impactos socioambientais.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi analisar criticamente as transformações socioeconômicas e territoriais decorrentes da introdução do cultivo de grãos, especialmente da soja, ao longo da BR-317, no trecho entre o entroncamento da BR - 317 com a BR – 364 até Boca do Acre (AM). Como objetivos específicos, buscou-se: analisar a transição da pecuária para a agricultura mecanizada; identificar o perfil dos envolvidos; avaliar os impactos socioeconômicos e territoriais;

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, objetivos exploratórios e descritivos, realizada mediante revisão bibliográfica, análise documental, levantamento de dados secundários e trabalho de campo. Nesses termos, o estudo foi organizado em duas etapas, na primeira envolveu o levantamento de informações secundárias em bases como o IBGE (SIDRA, PAM e Censo Agropecuário), MapBiomas, publicações da Embrapa, relatórios institucionais, documentos oficiais e matérias jornalísticas, que serviram de base para caracterizar as transformações fundiárias e produtivas na região. A segunda etapa consistiu na realização de

trabalho de campo, com realização de entrevistas semiestruturadas e observação direta da paisagem, permitindo compreender as dinâmicas territoriais a partir da perspectiva dos atores locais. Os trabalhos de campo foram realizados entre os meses de fevereiro e março de 2026 ao longo do trecho da BR-317 delimitado para análise, incluindo visitas às vilas e propriedades rurais situadas na área de estudo.

Durante o campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois produtores arrendatários rurais atuantes na região e com o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre (FAEAC), buscando compreender diferentes percepções sobre as transformações produtivas associadas à expansão da soja e do agronegócio de grãos no estado. As entrevistas abordaram temas relacionados às mudanças no uso da terra, à substituição gradual de áreas de pecuária por lavouras mecanizadas, aos impactos socioeconômicos e às dinâmicas territoriais recentes observadas ao longo da BR-317.

A escolha dos entrevistados ocorreu de forma intencional, considerando a atuação direta desses sujeitos nas atividades agropecuárias e sua relação com as mudanças produtivas verificadas na área pesquisada. Observa-se que as entrevistas não tiveram como objetivo produzir representatividade estatística, mas contribuir qualitativamente para a compreensão das dinâmicas territoriais e sociais em curso no trecho estudado.

Além das entrevistas, o trabalho de campo envolveu observação direta da paisagem ao longo da rodovia e identificação das mudanças no uso e ocupação do solo, permitindo relacionar os dados empíricos às discussões teóricas e aos dados secundários levantados ao longo da pesquisa.

O referencial teórico mobilizou autores que discutem as fronteiras produtivas, a territorialização do agronegócio e as dinâmicas da acumulação capitalista na Amazônia, com destaque para Bertha K. Becker e Ariovaldo U. de Oliveira, além de contribuições de autores regionais, como Maria de Jesus Morais e Silvio Simione, que analisam as especificidades do território acreano e amazônico.

Por fim, vale assinalar que o trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro apresenta o referencial teórico e os principais conceitos que orientam a análise. O segundo discute a caracterização da área de estudo e o processo histórico de formação do território. O terceiro analisa as transformações socioeconômicas associadas à expansão do agronegócio de grãos ao longo da BR-317, do entroncamento da BR- 364 até o município de Boca do Acre, destacando seus impactos e contradições. As considerações finais retomam os principais

resultados da pesquisa e apontam reflexões sobre o futuro do território na Amazônia contemporânea.

## CAPÍTULO 1 - REFLEXÕES SOBRE AS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS NO TERRITÓRIO ACREANO

A compreensão das transformações em curso na Amazônia exige uma análise cuidadosa da categoria fronteira, entendida não apenas como limite físico ou geográfico, mas como um processo histórico, dinâmico e geoeconômico de produção do espaço, tratando-se então da fronteira econômica. No caso do Acre, a noção de fronteira econômica, torna-se ainda mais relevante, pois sintetiza diferentes temporalidades de ocupação e uso da terra do extrativismo às políticas de colonização, da pecuária extensiva à atual expansão do agronegócio de grãos. Assim, este capítulo tem como objetivo discutir a fronteira como chave interpretativa para compreender a reconfiguração territorial do estado, evidenciando como novos agentes econômicos, políticas públicas, infraestruturas e tecnologias vêm ordenando paisagens, práticas produtivas e relações sociais.

A categoria fronteira econômica permanece atual porque acompanha, de forma sensível, às mudanças impostas pelo avanço do capital sobre a Amazônia. Ela permite observar não apenas o movimento de expansão econômica, mas também as disputas por terra, os deslocamentos populacionais, a reestruturação produtiva, as novas formas de apropriação territorial e os conflitos ambientais que emergem no processo. Longe de ser um fenômeno estático, a fronteira é aqui tratada como um espaço em disputa, um processo permanentemente atualizado por diferentes agentes: Estado, empresas, agricultores, investidores, populações tradicionais cada qual imprimindo interesses e racionalidades distintas ao território.

Dessa forma, o capítulo é organizado para revelar como o Acre se insere em novas dinâmicas da fronteira agrícola, especialmente a partir do final do século XX, quando a região passa a atrair capital agroindustrial, políticas de desenvolvimento e infraestrutura logística dedicada ao escoamento de *commodities*. A análise considera os condicionantes históricos dessa trajetória, as políticas governamentais que estimularam a ocupação produtiva, o surgimento de novos corredores de circulação como a BR-364 e, sobretudo, a BR-317 e o avanço recente do cultivo de soja e milho em áreas antes dominadas pela pecuária extensiva.

Ao tratar desses processos, busca-se evidenciar que a fronteira não é um espaço "novo" que rompe com o passado, mas sim a continuidade rearticulada de um projeto de ocupação da Amazônia que se reinventa conforme as demandas econômicas contemporâneas. Em outras

palavras, a fronteira assume diferentes formas de acordo com cada período histórico, mas mantém sua função central de integrar novos territórios às lógicas nacionais e globais da economia. Assim, compreender sua atual conformação no Acre significa entender também o papel da região no agronegócio brasileiro e as contradições socioambientais que emergem desse modelo.

### 1.1 Fronteira – um conceito múltiplo e diversos

A ideia de fronteira é um dos conceitos mais difíceis das ciências humanas, ao longo da história, a fronteira recebeu vários sentidos. Às vezes a fronteira descreve linhas políticas entre os Estados, ou então a fronteira mostra espaços onde a cultura se diferencia, outras vezes a fronteira indica zonas onde a economia se expande. A riqueza da ideia de fronteira vem da variedade de situações que a gente tenta entender. Também vem da sua história: a fronteira muda quando os processos sociais, econômicos e territoriais mudam.

Assim, qualquer esforço rigoroso de definição exige uma retomada das tradições que constituíram esse conceito. De modo geral, a literatura identifica pelo menos quatro grandes vertentes de entendimento: a fronteira político-administrativa, vinculada à soberania estatal, é a interpretação mais tradicional da fronteira é aquela que a associa ao limite político e jurídico entre Estados. Trata-se da fronteira como "linha" , um contorno formal do território nacional. Essa concepção está ligada à formação do Estado moderno e se consolidou com o Tratado de Westfália (1648), que instituiu o princípio da soberania territorial. Segundo Raffestin "A fronteira política é o instrumento de delimitação do poder estatal, condição de existência da soberania e mecanismo de controle do espaço" (Raffestin, 1993, p. 145). Nesse sentido, a fronteira é vista como dispositivo de limite territorial, que define onde começam e terminam as competências do Estado. Foucher (1991), referência nos estudos geopolíticos, reforça essa leitura ao afirmar "A fronteira é o envelope do Estado, um artefato que combina poder, identidade e controle." (Foucher, 1991, p. 22). No Brasil, autores como Vesentini (1984) mostram que as fronteiras políticas do país, especialmente na Amazônia, foram moldadas tanto por conflitos diplomáticos quanto pela necessidade histórica de integrar áreas periféricas. Para o Acre, essa dimensão é fundamental quando olhamos sua incorporação ao território brasileiro com o Tratado de Petrópolis, que é um exemplo clássico de fronteira política determinada por interesses geopolíticos.

A segunda fronteira é a cultural-identitária, associada a processos de contato, miscigenação ou conflito entre grupos. A fronteira cultural-identitária refere-se aos limites simbólicos construídos pelos grupos humanos para distinguir seus diferentes. Diferente da

fronteira político-territorial, que é materializada em limites e marcos legais, a fronteira cultural emerge de processos sociais, como contato interétnico, circulação de populações, miscigenação, conflitos e por disputa de reconhecimento identitário

A terceira forma de fronteira seria a ecológica ou ambiental, que demarca áreas de transição biogeográfica, a fronteira ecológica corresponde a limites rígidos entre diferentes ecossistemas, biomas ou unidades biogeográficas. Trata-se de uma fronteira marcada por gradientes ambientais, onde variam fatores como clima, solo, relevo, disponibilidade hídrica e cobertura vegetal. Diferente das fronteiras políticas (rígidas) ou culturais (simbólicas), a fronteira ecológica é dinâmica, produto da interação entre processos naturais e as relações humanas.

A quarta fronteira importante a ser destacada é a fronteira econômica que está ligada ao crescimento de atividades produtivas. A fronteira econômica ocorre nas terras que já eram ocupadas pelos outros grupos, normalmente os povos tradicionais ou pelos outros sistemas de uso da terra.

O objetivo principal desta pesquisa está na quarta vertente, onde é essencial reconhecer que a fronteira tem muitos sentidos, por dois motivos: primeiro, a fronteira amazônica junta a política, a cultura, o meio ambiente e a economia de forma inseparável; segundo, entender a história da ideia de fronteira ajuda a colocar o caso do Acre em debates maiores, que são nacionais e internacionais.

A fronteira econômica foco deste trabalho não é um espaço vazio ou desconhecido, como às vezes aparece nos discursos colonizadores. A fronteira econômica, ao contrário, funciona como uma zona de reorganização do território, onde diferentes tempos de produção se cruzam e competem, sob a ação constante de agentes estatais e privados é um lugar de disputa material e simbólica; é o ponto onde projetos opostos de sociedade e de desenvolvimento se tornam reais, se confrontam e, às vezes, a fronteira econômica destrói esses projetos. Percebe-se que a abordagem é bem diferente das idéias antigas como a de Turner (1920) que vê a fronteira como um lugar de "oportunidade", de "liberdade" ou de "renovação".

No caso da Amazônia, e especialmente no Acre, a fronteira se torna um processo social e político cheio de conflitos. Esse processo resulta do encontro entre expansão do capital, ação estatal, resistência das populações tradicionais e avanço agroindustrial. Ao longo do século XX, a Amazônia frequentemente foi considerada fronteira interna brasileira, destacando-se como área estratégica, rica em recursos naturais e cenário de projetos de desenvolvimento nacional. A Amazônia fez aparecer uma sequência de fases na fronteira, e essas fases não se cancelam,

mas vivem juntas: fase de extração, fase de madeira, fase de criação de gado, fase de agricultura e fase de agroindústria. Cada fase traz as novas pessoas, traz novas maneiras de usar o solo e traz as novas relações de poder, e assim a fronteira acaba marcada por vários tempos que se sobrepõem. (Becker, 2005)

Desse modo, compreender o conceito de fronteira no Acre exige examinar as tradições intelectuais que moldaram sua interpretação e as contribuições de autores fundamentais da Geografia e de áreas afins para a melhor compreensão dessa categoria.

### 1.1.1 – A dinâmica da fronteira econômica na perspectiva de autores geógrafos

A Geografia teve um papel importante na criação da ideia atual de fronteira. Entre os autores que mais influenciaram, está Monbeig (1984) que estudou as frentes pioneiras paulistas nas décadas de 1930 e 1940. Seu estudo ajudou a formar a visão brasileira da fronteira como um processo de inclusão de território. Para este autor, "a frente pioneira é, antes de tudo, uma área de transformação progressiva, onde o sertão vai sendo assimilado pela economia moderna" (Monbeig, 1984, p. 62).

Monbeig (1984) analisou o sujeito "pioneiro", o papel das companhias de colonização e destacou a importância das estradas de ferro e depois, mostrou como as rodovias mudaram a dinâmica e integração do território, também observou as migrações e a formação de novos núcleos urbanos. Sob essa perspectiva, seu trabalho influenciou e ainda influencia muito os estudos sobre fronteira no Brasil. Sua perspectiva filiada ao historicismo clássico identifica na fronteira um movimento que combina ação estatal, iniciativa privada e expansão agrícola, gerando profundas transformações econômicas e paisagísticas. Mesmo que o foco tenha sido o interior paulista, os aportes são essenciais para entender a expansão da agropecuária na Amazônia (Monbeig, 1984). No Acre, assim como no Oeste paulista, a fronteira não é só um avanço de território, a fronteira funciona como um processo que organiza a economia e a sociedade, ligando as áreas periféricas ao núcleo econômico nacional.

Outro autor importante na tradição geográfica é Waibel (1979), que estudou as paisagens tropicais e a colonização agrícola no Brasil e, com esses estudos complementa e aprofunda a leitura monbeiguiana. Waibel (1979) destaca que o Estado está presente como quem organiza a ocupação descreve com clareza como os fluxos migratórios e as políticas agrárias criaram paisagens e novos arranjos fundiários. Sua análise nos ajuda a entender que a fronteira não nasce só das políticas públicas, mas também de uma lógica econômica que reorganiza o território segundo os interesses do capital. (Waibel, 1979)

Desde a década de 1970, os estudos sobre a Amazônia começaram a crescer. Nessa época, o trabalho de Coy (1988), um geógrafo alemão, ficou mais conhecido com o estudo da expansão pioneira em Rondônia, Mato Grosso e em outras partes da Amazônia Sul-Ocidental. Coy (1988) destacou que a fronteira da Amazônia não é uma linha que só avança em vez disso, a sua fronteira é uma mistura de tempos diferentes onde suas áreas que foram desmatadas há pouco tempo vivem ao lado de pequenas propriedades, das grandes pastagens, do extrativismo de madeira e das reservas florestais. A sua contribuição ajuda a analisar a dificuldade da fronteira acreana. Na fronteira acreana, diferentes agentes pecuaristas, agricultores familiares, madeireiros, migrantes e empresas de insumos vivem juntos. Cada agente ocupa o território e segue a sua lógica diferente, quando a sua contribuição chega, percebemos como pecuaristas, agricultores familiares, madeireiros, migrantes e empresas de insumos disputam o território.

A obra de Becker (2005) marca um ponto importante na forma como entendemos a fronteira amazônica. Ela argumenta que a Amazônia é um espaço estratégico, cujo uso e apropriação dependem da combinação entre os interesses nacionais, os mercados globais e as dinâmicas da cultura local. Para Becker (2005), a fronteira amazônica deve ser vista como uma fronteira que se move, que está sempre sendo reorganizada pelas políticas do Estado, pelas tecnologias territoriais, como estradas e hidrelétricas, e pelos planos econômicos. Becker (2005) destaca que a fronteira não nasce de forma natural ou espontânea a fronteira resulta das decisões políticas e econômicas que moldam o espaço. Sua leitura ajuda a entender as mudanças recentes na região e como a pavimentação e a melhoria da BR-364 e 317 são usadas como instrumento político para integrar o território. (Becker, 2005)

Entre os autores contemporâneos, Oliveira (2010) oferece uma das interpretações mais influentes e críticas da fronteira brasileira. Para ele, a fronteira é espaço de acumulação por espoliação, conceito que permite analisar o avanço do capital não apenas como expansão econômica, mas como processo violento de expropriação territorial. Sua análise mostra como as frentes pioneiras são acompanhadas de grilagem, expulsão de populações tradicionais, concentração fundiária e destruição ambiental. Umbelino (2010) destaca que, diferente da leitura clássica, a fronteira não é neutra, a fronteira reorganiza o território a favor do grande capital agrário e contra os pequenos produtores onde ambos acabam lutando pelo mesmo espaço e a sua relação de poder sobre essa região. (Oliveira, 2010)

Por fim, Nogueira (2023) critica a noção de fronteira onde afirma que a fronteira tem sido usada ao longo da história como ferramenta para justificar projetos de desenvolvimento predatórios. Para Nogueira (2023), é preciso abandonar a ideia de fronteira como terra

disponível ou como vazio demográfico. Nessa percepção é importante o abandono da ideia de fronteira onde é essencial para reconhecer os diferentes sujeitos sociais que vivem na Amazônia. (Nogueira, 2023).

A partir desses autores, torna-se evidente que a fronteira econômica geográfica-constitui um processo histórico de territorialização do capital, marcado por conflitos sociais, intervenção estatal e reestruturação agrária, sendo nisto o ponto fundamental para a compreensão geográfica de sua dinâmica na produção do espaço. No Acre, tais dinâmicas assumem contornos particulares devido à presença simultânea de sistemas extrativistas tradicionais, assentamentos de reforma agrária, pecuária extensiva e, mais recentemente, agronegócio de grãos.

### 1.1.2 – A dinâmica da fronteira econômica na perspectiva de autores de áreas afins

A compreensão da fronteira econômica vai além do que a Geografia costuma estudar. A fronteira econômica reúne ideias da Sociologia, da Economia, da História e das Ciências Políticas. Em cada uma dessas áreas, a fronteira econômica aparece como um processo histórico que traz a expansão do capital, muda o território e transforma as relações sociais. Martins (1997) afirma que é "um campo social em movimento, onde se confrontam temporalidades distintas e modos de vida incompatíveis" (Martins, 1997, p. 29). A partir da ideia central, os autores, os clássicos e os contemporâneos dão diversas interpretações que nos ajudam a entender a dinâmica da fronteira econômica, sobretudo na América do Sul e na Amazônia.

Turner (1920), autor histórico, mostrou a fronteira como a força que estrutura a sociedade moderna, sobretudo nos Estados Unidos. Para Turner (1920), a fronteira funciona como o motor do progresso, renovando a democracia, criando oportunidades e ligando as regiões afastadas. Embora a fronteira tenha sido apresentada com o idealismo liberal, a fronteira influenciou muito a forma como as pessoas veem as fronteiras como espaços de mobilidade, de expansão territorial e de mudança social.

No contexto da América Latina, Butland (1957), no livro Frontiers of Settlement in South America, mostrou que a fronteira não é um espaço vazio nem algo que surge por acaso. A fronteira nasce das políticas do Estado, dos estímulos econômicos e dos fluxos de migração e por fim aponta que a expansão da fronteira sulamericana está ligada aos esforços do Estado para integrar as regiões periféricas onde o Estado usa infraestrutura, colonização dirigida e incentivos econômicos para fazer isso.

Entre os autores brasileiros, o nome que se destaca é Velho (1972) que estudou a fronteira amazônica dentro de um projeto nacional de desenvolvimento. Para Velho (1972), a fronteira é uma "ideologia" onde traz um discurso que moderniza e que justifica a expansão

agrícola e a ocupação de áreas chamadas de vazias, mesmo que já existam populações tradicionais. Nesse caso, Velho (1972) deixa claro o papel das políticas públicas na forma como a gente ocupa essas áreas, reforçando a fronteira como um instrumento político e econômico do Estado.

Graziano da Silva (1982), no campo da Economia, mostra que a modernização da agricultura e a expansão da fronteira podem aumentar as desigualdades sociais. Nos seus estudos sobre desenvolvimento agrário, Graziano da Silva (1982) afirma que o avanço da fronteira agrícola costuma favorecer os grandes produtores e as empresas. Onde essa fronteira agrícola também gera concentração fundiária e deixa de lado os agricultores familiares. A sua perspectiva é crítica e liga a fronteira à desigualdade e aos modelos de modernização excludentes.

Outra contribuição importante para a análise da fronteira econômica vem de Hébette (1997) onde estudou a Amazônia a partir das interações entre os camponeses, o Estado e o capital. Para Hébette (1997), a fronteira amazônica é um espaço de confronto entre dois projetos societários diferentes. O primeiro projeto societário corresponde às populações tradicionais que mantêm as formas comunitárias de produção. O segundo projeto societário corresponde aos agentes do capital que seguem a lógica econômica e buscam a expansão territorial. Sua abordagem evidencia que a fronteira é um campo de conflitos materiais e simbólicos, no qual práticas tradicionais são frequentemente sufocadas pela lógica hegemônica.

Martins (1998) explica a fronteira como um espaço onde se cruzam tempos históricos diferentes, e a fronteira cria tensões constantes. O autor afirma que "a fronteira é o lugar do outro", e mostra que a modernidade impõe sua lógica por meio de expropriações e violência estrutural (Martins, 1998). A sua perspectiva enfatiza que a fronteira econômica apresenta conflitos fundiários, grilagem de terras e negação das territorialidades tradicionais.

Além dos clássicos, os autores contemporâneos ainda ampliam o debate sobre a fronteira econômica no século XXI, e fazem isso especialmente no contexto amazônico. Domingues e Sauer (2021) tratam a Amazônia como parte de uma "fronteira extrativa global" explicam que a fronteira extrativa global responde às demandas do mercado internacional por *commodities* agrícolas e minerais. Afirmam que a fronteira contemporânea não é só um espaço de expansão agrícola, mas também mostram que a fronteira contemporânea serve à acumulação por espoliação, impulsionada pelas grandes corporações, pela infraestrutura logística e pelas redes globais de mercado. Na minha compreensão, vejo que a fronteira contemporânea se tornou um campo de disputa entre quem quer extrair recursos e quem quer proteger a Amazônia.

Oliveira, Ferreira e Barreira (2020) afirmam que a fronteira hoje tem mais crescimento das cidades. Os autores apontam que cidades médias surgem como centros que ligam a economia e a infraestrutura ganha mais importância como base da expansão do capital, isso mostra que a fronteira não é mais só zona rural. A fronteira agora inclui os novos territórios de circulação, de armazenagem e de exportação.

Aracri (2022) acrescenta que a fronteira agrícola da Amazônia Legal tem se reorganizado com base em três elementos principais: capital agroindustrial e financeiro; os novos agentes de tecnologia e os novos agentes de logística; processos de resistência territorial de populações tradicionais e indígenas. Essa perspectiva destaca a complexidade atual da fronteira e a coexistência entre avanço capitalista e movimentos de resistência.

Ao integrar autores de áreas afins, observa-se que a fronteira não pode ser entendida apenas como expansão geográfica, mas como mecanismo de produção de desigualdades, de redefinição territorial e de transformação das relações sociais, elementos centrais para a análise da reestruturação territorial no Acre contemporâneo.

### 1.1.3 – Trabalhando o conceito de fronteira no estudo da produção do espaço, na atualidade

Ao retomar a discussão realizada até aqui, percebemos que o conceito de fronteira permanece essencial para compreender os modos pelos quais o espaço é produzido na Amazônia contemporânea. A fronteira não é apenas um "lugar distante", tampouco um limite cartográfico ela vai constituir, como define Martins, "um campo social em movimento, onde se confrontam temporalidades distintas e modos de vida incompatíveis" (Martins, 1997, p. 29). Essa definição dialoga profundamente com o que se observa-se no Acre, onde diferentes projetos produtivos, identidades territoriais e racionalidades econômicas convivem e frequentemente colidem num mesmo mosaico espacial.

O conjunto dos autores analisados revela que a fronteira é sempre mais complexa do que aparenta. Becker (2004, p 23) lembra que "a Amazônia é um espaço político por excelência", e insiste que nenhuma fronteira pode ser entendida como espontânea ela sempre será produzida. Ao assumir essa perspectiva, percebe-se que analisar a fronteira na atualidade significa olhar para os mecanismos institucionais, econômicos e culturais que fazem esse território existir enquanto tal. Portanto, a fronteira não é apenas o resultado da expansão material de estradas ou cadeias produtivas, mas também de narrativas e projetos que justificam essa expansão.

Quando observamos as transformações recentes no Acre, reconhece-se claramente aquilo que Becker (2005) descreveu como "territorialidades superpostas", produzidas pela ação simultânea do Estado, do mercado e das populações tradicionais. Em suas palavras, "a fronteira é um processo de reorganização permanente do território" (Becker, 2005, p. 47). Esta afirmação sintetiza o que percebemos ao longo do tempo, o processo de cada novo ciclo econômico do extrativismo à pecuária, e desta ao agronegócio reorganiza profundamente o espaço, sem apagar totalmente os modos de vida anteriores. Ao contrário, eles continuam existindo, muitas vezes em tensão, moldando o território conforme resistem, se adaptam ou são deslocados.

A fronteira pode ser entendida como expressão espacial da acumulação por espoliação (Harvey, 2004), perspectiva utilizada por Oliveira (2007) para interpretar os conflitos e a expansão do capital no campo brasileiro (Oliveira, 2007). Ele aponta para algo considerado fundamental na análise da produção do espaço no Acre, a fronteira é também um dispositivo de desigualdade. Ela não só produz riqueza, mas produz perdas, não só integra, mas exclui. Eis por que, é impossível falar da fronteira amazônica sem reconhecer os conflitos fundiários, a grilagem e as territorialidades ameaçadas.

Ao mesmo tempo, a fronteira não deve ser compreendida apenas como espaço de violência, mas também como território de resistência, de invenção de novas formas de vida e de disputa pelo direito ao espaço. Nesse sentido, Hébette (1997) destaca que a fronteira amazônica expressa o encontro tenso entre diferentes projetos de sociedade (Hébette, 1997). Observa-se essa afirmação refletida no Acre contemporâneo, onde seringueiros, agricultores familiares, povos indígenas, empresários do agronegócio e agentes estatais atuam segundo lógicas distintas às vezes conciliáveis, outras vezes não.

No cenário mais recente, Domingues e Sauer (2021) caracterizam a Amazônia como parte de uma "fronteira extrativa global". Eles afirmam que "a fronteira atual não é apenas agrícola, ela é logística, financeira e corporativa", e essa leitura explica por que estradas, portos secos, armazéns e sistemas de transporte ganham tanta centralidade no planejamento regional. A fronteira hoje se conecta diretamente com cadeias produtivas globais, o que amplia sua escala e complexifica seus conflitos. Da mesma forma, Aracri (2022) observa que os novos agentes da fronteira incluem "empresas de tecnologia, fundos financeiros e plataformas de manejo territorial", algo que dialoga com o cenário de reconfiguração produtiva observado na região da AMACRO (acrônimo de Amazonas, Acre e Rondônia).

Com base no referencial teórico apresentado, constata-se que o estudo da fronteira, na atualidade, demanda o afastamento de perspectivas homogêneas sobre o território amazônico.

A fronteira de análise é simultaneamente política, econômica, cultural e ecológica, apresentando múltiplas camadas e produzindo diferentes realidades (Becker, 2005; Oliveira, 2007). Assim, torna-se mais adequado tratá-la como um processo de tensionamento contínuo, no qual diferentes tempos históricos o tempo da floresta, do extrativismo, da pecuária e da agroindústria coexistem e se confrontam, revelando a sobreposição de temporalidades e racionalidades no espaço amazônico (Martins, 1997; Hébette, 1997).

Em análise a fronteira amazônica só pode ser entendida se reconhecermos que ela é um dispositivo estatal, da iniciativa privada e da resistência social. No campo estatal, usa infraestrutura e políticas públicas para integrar o território, como também um mecanismo econômico, no campo da iniciativa privada e da resistência social articula às demandas do agronegócio e às cadeias globais de *commodities*, um espaço de conflito, marcado pela disputa por terras, recursos e modos de vida. Nisto, configura-se também como um território de resistência, onde práticas tradicionais, comunitárias e indígenas lutam pela permanência (Martins, 1997; Hébette, 1997; Oliveira, 2007), e, por fim, como um sistema ecológico vulnerável, cuja dinâmica natural influencia e é influenciada pelas relações sociais.

Dessa forma, ao abordar o conceito de fronteira na análise da produção do espaço no Acre, compreende-se que a fronteira deve ser entendida não apenas como um recorte geográfico, mas também como uma estrutura dinâmica composta por relações socioespaciais. Compreendê-la significa, portanto, reconhecer sua complexidade, suas contradições e sua capacidade de revelar as tensões mais profundas do desenvolvimento brasileiro contemporâneo.

## 1.2 A expansão da fronteira agropecuária no Acre no final do século XX

A produção agropecuária do Acre apresentou significativo avanço ao longo do século XX, especialmente a partir da década de 1970, período marcado pela atuação dos governos militares e pela implementação de políticas de ocupação e integração da Amazônia. A expansão da fronteira agropecuária esteve diretamente associada a programas estatais que visavam à exploração dos recursos naturais e à inserção da região na economia nacional, contando com investimentos públicos e privados, tanto nacionais quanto internacionais (Becker, 2005; Martins, 1997). Nesse contexto, o território acreano passou por um processo acelerado de transformação produtiva, com a ampliação das atividades agropecuárias e a reorganização do espaço rural, consolidando-se como parte de um novo padrão de produção de riquezas vinculado à lógica de expansão do capital sobre a fronteira amazônica (Oliveira, 2007; Costa, 2012).

Essa expansão, entre as décadas de 1970 e 1990, constitui um dos processos mais profundos de remodelação territorial da história do Estado. A paisagem atual marcada por extensas áreas de pastagens, propriedades abertas em formatos geométricos e redes rodoviárias que cortam antigos seringais é resultado de múltiplos movimentos, entrelaçados no tempo. Trata-se de um processo que combina políticas estatais, migrações, disputas fundiárias, expectativas econômicas, narrativas de modernização e experiências humanas diversas.

Como argumenta Ferreira da Silva (2015), a fronteira agropecuária não pode ser compreendida como um simples avanço da pecuária, mas como uma transformação estrutural do território:

> "A pecuária extensiva não se limitou a ocupar o espaço disponível; ela instituiu um novo regime territorial, reorganizando o modo como a terra, o trabalho e a floresta eram compreendidos. Esse regime rompeu com certas práticas históricas dos seringais, mas também dialogou com elas, incorporando estruturas de poder e redes de influência que já operavam no Acre desde o ciclo da borracha." (Ferreira, 2015, p. 47)

Esse entendimento é fundamental porque revela que a nova fronteira não substitui completamente a anterior; ela se apoia nela, disputa com ela e, por vezes, a desloca.

A abertura da BR-364 e, posteriormente, da BR-317, foi decisiva para consolidar essa nova lógica territorial. Silva (2019) demonstra que, mais do que vias de transporte, essas rodovias funcionaram como "tecnologias políticas de integração", articuladas ao discurso do Estado de que era necessário "ocupar para desenvolver". Em suas palavras:

> "A estrada não é apenas uma infraestrutura física: ela é um artefato político. Representa a presença do Estado, a promessa de modernidade e a simbologia do avanço civilizatório sobre a floresta. No Acre, a rodovia foi o instrumento que redesenhou o território, reorientou fluxos migratórios e consolidou a pecuária como eixo de valorização da terra." (Silva, 2019, p. 63)

As rodovias permitiram a entrada de migrantes vindos de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Paraná e São Paulo. Como registra Farias (2020), esses migrantes já traziam experiência com outras fontes agrícolas do país, especialmente aqueles associados ao avanço do agronegócio no Centro-Oeste. Para muitos deles, o Acre representava um novo horizonte:

> "Os migrantes não chegavam ao Acre como aventureiros desinformados. Boa parte deles possuía vivência consolidada em outras fronteiras — Rondônia, Mato Grosso, Oeste do Paraná — e trazia consigo saberes, redes familiares, capitais e expectativas que já estavam profundamente conectados ao modelo nacional de expansão da pecuária. A chegada deles reconfigurou a paisagem social do Acre." (Farias, 2020, p. 118)

O governo de Francisco Wanderley Dantas (1971–1975) marcou um momento de forte transformação no Acre. Em articulação com o governo federal, sua gestão passou a divulgar, em escala nacional, uma imagem "atraente" do estado, apresentando-o como um território fértil,

promissor e apto a receber investimentos modernos capazes de promover o "desenvolvimento" regional (Souza, 2002; Costa, 2012). Como observa Almeida (2020), essa propaganda apresentava o Acre como uma espécie de fronteira aberta, uma nova oportunidade para quem buscava terras baratas e chances de ascensão econômica.

Não demorou para que essa narrativa produzisse efeitos concretos. Empreendedores, comerciantes e pecuaristas do Sul e Sudeste se sentiram atraídos pela promessa de progresso fácil. Muitos deixaram suas cidades para tentar a vida no Acre, adquirindo grandes áreas de antigos seringais por preços baixos, muitas vezes incentivados pelo próprio discurso governamental de modernização e pela expectativa de valorização futura das terras. O objetivo dessa política era claro e ambicioso, transformar a paisagem acreana em grandes fazendas e extensas pastagens, integrando definitivamente o Estado ao projeto nacional de expansão agropecuária. Estudos como os de Silva (2004), além das análises sobre a questão agrária no estado (Almeida, 2020), mostram como grande parte desses novos proprietários abraçou a ideia e investiu diretamente na formação de rebanhos, na derrubada da floresta e na implantação de pastagens.

Contudo, esse processo não foi tranquilo. A expansão da pecuária instalou-se de forma dolorosa, marcada por tensões e conflitos que transformaram a vida de muitos moradores tradicionais. O desmatamento cresceu rapidamente e a disputa pela terra tornou-se cada vez mais acirrada. A compra de seringais com títulos falsificados, a expulsão de famílias, as ameaças constantes, a queima de casas e até a contratação de jagunços passaram a fazer parte do cotidiano de diversas comunidades. Silva (2004), citado por Almeida (2020), descreve esse período como um tempo de "violência estrutural", no qual a lógica da pecuarização avançou sobre territórios historicamente ocupados por seringueiros, rompendo laços sociais e modos de vida construídos ao longo de décadas.

Morais (2012) mostra que a transição dos seringais para as fazendas de gado foi marcada por conflitos, expulsões e deslocamentos silenciosos. Em um trecho contundente, ela afirma:

> "A pecuária extensiva converteu grandes porções de floresta em pastagem num período historicamente muito curto, e essa velocidade não permitiu que formas tradicionais de vida fossem reacomodadas sem rupturas. Famílias foram deslocadas sem assistência, seringueiros perderam sua base material e simbólica, e comunidades inteiras tiveram de se reinventar para sobreviver." (Morais, 2012, p. 89)

Esse processo não aconteceu de maneira homogênea. Ele variou conforme as ações do Estado, a presença de capitais externos e a resistência das populações locais.

Pesquisas mais recentes, como as de Gomes (2022) e Martins (2021), mostram que a expansão pecuária não eliminou completamente o extrativismo, mas o empurrou para regiões

mais isoladas e menos atendidas por políticas públicas. Isso revela a coexistência de múltiplas temporalidades onde seringais ainda ativos convivem com pastagens abertas nos anos 1980 e 1990, que por sua vez hoje disputam espaço com as lavouras de soja e milho.

Santos (2004) reforça essa leitura ao sugerir que o Acre viveu, no final do século XX, uma "transição silenciosa", em que a pecuária se estabeleceu como novo eixo estruturante do território sem, contudo, produzir uma ruptura total com práticas anteriores. O Estado permaneceu marcado pela presença da floresta, mas agora organizada sob outra racionalidade produtiva, esse processo significou perdas, deslocamentos e mudanças no modo de vida. Famílias inteiras deixaram os seringais após conflitos com novos proprietários; trabalhadores rurais migraram para as periferias urbanas; pequenos agricultores se viram pressionados a vender suas terras. Ao mesmo tempo, novos moradores, muitos vindos de fora construíram relações com o território, investiram em pastagens, formaram comunidades e redefiniram a paisagem social e cultural da região.

Assim, a expansão da fronteira agropecuária no Acre no final do século XX não deve ser vista apenas como um movimento econômico, mas como um processo socioterritorial complexo, que envolve grandes mudanças que foram profundas no uso da terra, a reconfiguração das relações sociais, ingresso de novos agentes econômicos, vários conflitos fundiários, sobreposição de temporalidades produtivas e por fim construção de uma nova identidade regional baseada na pecuária.

### 1.2.1 – A Inserção do Acre na AMACRO e os efeitos na produção do espaço atual

A proposta da AMACRO acrônimo de Amazonas, Acre e Rondônia surge em 2019 como um projeto de reordenamento regional voltado à expansão do agronegócio na Amazônia Ocidental. Ainda que concebida como uma zona de desenvolvimento agropecuário, sua constituição ultrapassa a dimensão meramente econômica e envolve a formação de uma psicosfera (Santos, 2020), isto é, um ambiente ideológico, simbólico e político que legitima práticas, discursos e intervenções espaciais associados à expansão das frentes pioneiras.

Nesse contexto, o Acre ocupa papel estratégico por sua posição geográfica, por sua rede rodoviária de conexão transfronteiriça e por um processo histórico de reconfigurações produtivas que o integra, cada vez mais, aos circuitos hegemônicos do agronegócio. Segundo Craveira e Silva (2024), a AMACRO não nasce de uma demanda dos territórios amazônicos, mas de uma articulação entre empresários rurais, governo estadual e órgãos federais, resultando em um desenho territorial pensado. O Acre, nesse sentido, é convocado a integrar um

imaginário de fronteira moderna, competitiva e globalizada, sustentado pelo discurso do desenvolvimento e pela ampliação dos circuitos produtivos da soja, do milho e da pecuária.

A AMACRO, embora ainda não formalizada como região por decreto, opera, de fato, como uma territorialidade em processo, acompanhada de uma intensificação das mudanças no uso e cobertura da terra (Mapbiomas, 2023; Domingues; Sauer, 2021). Monteiro e Bernardes (2024), ao analisarem a tentativa de criação da região, enfatizam que o próprio anúncio do projeto disparou "processos de destruição na floresta Amazônica, desencadeando conflitos com as populações locais" (p. 1). Para os autores, a AMACRO constitui um caso exemplar daquilo que Corrêa (1995) denomina "antecipação espacial" a ocupação e o investimento em áreas antes mesmo de as condições materiais estarem plenamente constituídas. Como destacam que "a prática da antecipação espacial [...] significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial" (Corrêa, 1995, p. 39). No Acre, esse movimento aparece nas pressões crescentes para abertura de áreas, nos investimentos privados em tecnologias agrícolas e na ampliação de infraestruturas logísticas conectadas aos corredores de exportação.

A compreensão da AMACRO no contexto acreano também exige um olhar sobre as múltiplas escalas de ação que moldam a produção do espaço. No âmbito nacional, a política ambiental e agrícola dos últimos anos flexibilizou instrumentos de comando e controle, reduziu a capacidade fiscalizatória dos órgãos ambientais e reorientou o discurso estatal em favor da abertura de novas áreas à produção. Narrativas que relacionam desenvolvimento ao agronegócio funcionam como uma força legitimadora das práticas territoriais presentes no dia a dia dos municípios acreanos. Como lembra Acselrad (2002), "os discursos de desenvolvimento funcionam como operadores ideológicos que ativam projetos espaciais e lhes conferem legitimidade social". A AMACRO se insere exatamente nesse contexto, convertendo expectativas econômicas em ações territoriais.

Pesquisas recentes sobre a região reforçam que a AMACRO corresponde hoje a uma nova frente pioneira e, simultaneamente, a uma nova fronteira agrícola no interior da Amazônia. Neto (2023) observam que a área já apresenta "um intenso processo de transformação e de perda de cobertura florestal nas últimas duas décadas" (p. 30), configurando uma espacialidade marcada pela retirada de madeira, consolidação de pastagens e expansão da sojicultura. No conjunto dos três estados que formam a AMACRO, o Acre tem participado dessa transformação sobretudo por meio da intensificação da pecuária extensiva e das novas iniciativas de plantio de grãos ao longo da BR-317. Embora ainda apresente menor área cultivada que Rondônia e

Amazonas, o estado se insere na mesma linha de avanço territorial do agronegócio e tem sido crescentemente impactado pela dinâmica integrada da região.

Os efeitos desse processo sobre o espaço acreano podem ser observados, inicialmente, na reconfiguração das práticas produtivas. Nas áreas de fronteira agrícola, a pecuária consolidou-se historicamente como atividade dominante, mas, a partir dos anos 2010, nota-se um movimento gradual de incorporação da agricultura mecanizada. Esse processo se articula com a lógica identificada por Mello-Théry (2011), na qual há uma sucessão ou simultaneidade entre ciclos de madeira, pecuária e soja, dinamizados pela ação estatal e pelos incentivos de mercado. No Acre, a presença de grandes áreas de pastagens consolidadas facilita a transição para o cultivo de grãos, reproduzindo padrões já verificados em Rondônia e no norte do Mato Grosso.

A inserção do Acre na AMACRO também deve ser compreendida a partir do papel estratégico das infraestruturas. A ponte do Abunã, inaugurada em 2021, é mencionada por Craveira e Silva (2024) como um dos objetos técnicos que servem de base à territorialização do projeto. Para os autores, tais obras constituem um movimento de aproximação entre frentes pioneiras consolidadas e frentes em plena expansão, permitindo "uma maior integração entre Rondônia [...] e o sul do Amazonas" (p. 43), estendendo seus efeitos também ao Acre. Esse conjunto de conexões logísticas BR-364, BR-317, interoceânica reforça o estado como corredor de circulação de mercadorias, principalmente as destinadas ao mercado peruano e aos portos do Pacífico.

Nesse contexto, torna-se fundamental situar a AMACRO em uma escala mais ampla de integração territorial sul-americana, especialmente em articulação com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Conforme discutido por diversos autores, a IIRSA constitui um projeto geopolítico voltado à estruturação de eixos de integração que conectam áreas produtoras do interior do continente aos mercados globais, reorganizando fluxos e redefinindo centralidades espaciais. Sob a perspectiva de Geografia, tais infraestruturas podem ser compreendidas como parte do meio técnico-científico-informacional, responsável por viabilizar a fluidez do capital e a ampliação dos circuitos espaciais da produção. Assim, a AMACRO se insere como expressão regional dessa lógica, articulando-se aos corredores internacionais de exportação e reforçando o papel do Acre como território funcional na circulação de commodities agrícolas, especialmente soja e milho.

Paralelamente, os grandes projetos de infraestrutura energética também desempenham papel relevante nesse processo. As usinas hidrelétricas do rio Madeira, como a Usina

Hidrelétrica de Santo Antônio e a Usina Hidrelétrica de Jirau, integram um conjunto de investimentos voltados à garantia de suporte energético à expansão produtiva na Amazônia. Esses empreendimentos exemplificam o que Santos (2006) denomina de objetos técnicos estruturantes, capazes de induzir novas dinâmicas territoriais, atrair investimentos e intensificar fluxos populacionais e econômicos. Ao mesmo tempo, como alerta Acselrad (2002) e outros autores críticos, tais projetos também produzem conflitos socioambientais, deslocamentos populacionais e reconfigurações profundas nos modos de vida locais.

Dessa forma, a AMACRO deve ser compreendida não como uma iniciativa isolada, mas como parte de uma engrenagem multiescalar que articula infraestrutura logística, energética e produtiva. Em diálogo com a noção de antecipação espacial de Corrêa (1995), observa-se que esses investimentos não apenas respondem a demandas existentes, mas também criam condições para a expansão futura do capital, garantindo o controle e a valorização de novas áreas. No caso do Acre e da BR-317, essa dinâmica se materializa na consolidação de um corredor internacional de circulação de commodities, inserindo o território em uma lógica globalizada de produção e exportação, ao mesmo tempo em que intensifica pressões sobre a floresta e sobre os territórios das populações locais.

No entanto, a expansão produtiva associada à AMACRO acarreta efeitos socioambientais significativos. Dados sistematizados por Craveira et al. (2023) revelam que, entre 2012 e 2022, o desmatamento na AMACRO cresceu 318%, atingindo 425.929 hectares no último ano analisado, conforme sintetizado na tabela abaixo, observa-se um crescimento no desmatamento na região da AMACRO. Como enfatizam os autores, trata-se de um novo quadro do desmatamento na Amazônia (Craveira; Silva, 2024), com forte concentração no sul do Amazonas, mas com impactos diretos em municípios acreanos inseridos no arco de fronteira. A pressão sobre Florestas Públicas não destinadas à categoria fundiária que mais sofreu expansão de desmatamento evidencia a vulnerabilidade dos territórios e reafirma o caráter predatório do avanço das frentes pioneiras. Craveira e Silva (2024) assinalam que essa categoria tem sido alvo de maior pressão ao longo de uma década, o que contribui para o aumento de conflitos fundiários, grilagem e violência rural.

**Tabela 1 - Avanço do desmatamento na região da AMACRO (2012–2022)**

| Indicador | Dados Observados | Interpretação |
|---|---|---|
| Período analisado | 2012 – 2022 | Década de intensificação da fronteira agrícola |
| Área desmatada (2012) | 101.777 hectares | Início da série com menor pressão sobre o território |

| | | |
|---|---|---|
| Área desmatada (2022) | 425.929 hectares | Pico do desmatamento no período analisado |
| Crescimento do desmatamento | +318% | Aumento expressivo, indicando avanço acelerado das frentes pioneiras |
| Área mais afetada | Sul do Amazonas | Epicentro recente do desmatamento |
| Impactos territoriais | Municípios do Acre no arco de fronteira | Expansão regional integrada |
| Categoria fundiária mais afetada | Florestas Públicas Não Destinadas | Maior vulnerabilidade à ocupação irregular |
| Principais consequências | Grilagem, conflitos fundiários e degradação ambiental | Expressam o caráter predatório da expansão |
| Tendência observada | Crescimento contínuo, com intensificação após 2019 | Consolidação da AMACRO como nova frente de desmatamento |

Fonte: Craveira et al. (2023a; 2023b), com base em dados do INPE (PRODES)

Nesse contexto, o Acre passa a experimentar um conjunto de tensões territoriais que acompanham a consolidação da AMACRO. A intensificação do mercado de terras, a especulação em áreas de expansão da agricultura e a pressão sobre pequenos produtores tornam-se elementos frequentes no cotidiano regional. Como apontam Monteiro e Bernardes (2024), o agronegócio, ao avançar sobre os territórios amazônicos, tende a se tornar "cada vez mais autoritário com as diversas formas de existência que diferem da sua" (p. 7), reproduzindo desigualdades históricas e aprofundando disputas por terra e recursos naturais.

Do ponto de vista regional, a proposta faz emergir tensões entre os distintos projetos de futuro para a Amazônia acreana. De um lado, há o fortalecimento do agronegócio como alternativa modernizadora, sustentado por governos estaduais, prefeituras e grupos empresariais de outro, persistem modos de vida baseados no extrativismo, na agricultura familiar e nas práticas tradicionais, que passam a conviver com um cenário marcado pela intensificação da mecanização, pela expansão de monocultivos e pela entrada de grandes empresas de insumos.

Nesse sentido, a AMACRO representa um ponto de inflexão na história territorial do Acre. Ao contrário dos ciclos econômicos anteriores, borracha, pecuária extensiva e extração madeireira que possuíam ritmos e territorialidades específicas, o atual processo se distingue pela aceleração temporal e pela capacidade de articular escalas globais. A demanda chinesa por proteína animal, os fluxos internacionais de commodities e os arranjos logísticos que ligam o Acre ao Pacífico convergem para reforçar a centralidade da região no mapa do agronegócio. Vidal (2023) mostram que essa integração faz com que municípios acreanos antes periféricos tornem-se "peças funcionais de uma engrenagem produtiva mais ampla", o que configura expectativas locais sobre renda, trabalho e circulação.

Os efeitos dessa integração podem ser percebidos também nas transformações do mercado de trabalho. A pecuária, por sua relativa baixa exigência técnica, absorvia mão de obra local, funcionando como atividade estruturadora de sociabilidades rurais. Já a agricultura mecanizada demanda operadores de máquinas, técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos e mão de obra especializada, gerando um descompasso entre a qualificação exigida e a disponível. Esse movimento tende a produzir o que Martins (1997) chama de "desenraizamento territorial" quando trabalhadores locais são deslocados ou substituídos por equipes externas, reorganizando vínculos comunitários e alterando a função social da terra.

A presença de empresas fornecedoras de sementes, fertilizantes, implementos agrícolas e serviços de consultoria técnica presente na região mostra o surgimento de uma nova ambiência produtiva, no sentido proposto por Santos (2006) onde essas ações trabalham para o operar dentro das conexões presentes no agronegócio. Essa ambiência redefine a paisagem e instaura novos ritmos de trabalho, circulação e decisão, muitas vezes desconectados da lógica social previamente instalada no território.

No caso acreano, esse ajuste é percebido na condução da política agrícola estadual, nos incentivos à modernização da produção, na flexibilização de normas ambientais e na busca por visibilidade nacional como estado produtivo. Essa lógica tende a reforçar a presença da monocultura e a reduzir o espaço de políticas destinadas à agricultura familiar, replicando um padrão histórico de marginalização que marca outras regiões da Amazônia.

Por fim, a AMACRO opera como um processo de integração territorial que reconfigura identidades e significados atribuídos à terra. Territórios antes compreendidos como espaços de extrativismo, de agricultura de subsistência ou de sociabilidades rurais passam a ser reinterpretados como potenciais áreas de expansão da soja, do milho e da pecuária intensiva. Essa mudança de percepção territorial que ocorre tanto entre elites políticas quanto entre moradores locais revela a força do agronegócio como projeto de futuro. Como sintetiza Craveira e Silva (2024), a AMACRO não é apenas uma região em construção, mas "um dispositivo discursivo e material capaz de orientar práticas espaciais e expectativas sociais", moldando a produção atual do espaço no Acre.

### 1.3 – Os Circuitos rodoviários como condutores do processo (BR 364 e 317)

A compreensão do avanço da fronteira agrícola quando observamos o papel estruturante da infraestrutura rodoviária na produção do espaço acreano. Tanto a BR-364 quanto a BR-317 não são apenas vias físicas de circulação, elas constituem dispositivos espaciais que organizam fluxos, orientam decisões produtivas e canalizam dinâmicas econômicas e sociais para dentro

do estado. Como lembra Milton Santos (2006), as rodovias participam do sistema técnico que concede fluidez ao território, e é justamente essa fluidez que torna possível a articulação entre frentes pioneiras, agroindústrias, mercados internacionais e novos agentes do agronegócio.

A BR-364, eixo histórico da integração do Acre ao restante do país, foi capaz de transformar a geografia econômica da região. Seu asfaltamento, concluído de forma contínua apenas na década de 2010, permitiu a regularização do transporte de cargas e consolidou uma rota permanente para escoamento de gado, madeira, insumos e produtos agrícolas. Craveira e Silva (2024), ao discorrerem sobre as condições que permitiram a emergência da AMACRO, destacam que "as infraestruturas recentes, sobretudo a BR-364 e a ponte do Abunã, operam como objetos técnicos essenciais na formação da nova frente pioneira" (p. 43). Em outras palavras, as rodovias não apenas atendem ao agronegócio elas o possibilitam.

Já a BR-317, conhecida como Estrada do Pacífico, opera uma função distinta, mas igualmente decisiva, ela conecta o Acre ao município amazonense de Boca do Acre, à tríplice fronteira com o Peru e à rota internacional que leva ao porto de Ilo, no Pacífico. Essa via se tornou, na última década, o principal vetor de expansão da sojicultura no estado. Como analisa Vidal (2023), "a expansão dos cultivos mecanizados segue o traçado da BR-317, conformando uma espacialidade agrícola em corredor, dependente da circulação e da proximidade logística" (p. 31). O que ocorre no eixo Acrelândia–Capixaba–Sena Madureira–Boca do Acre é uma reterritorialização produtiva que se ancora diretamente na presença da rodovia.

A função estratégica das rodovias se torna ainda mais evidente quando analisamos os padrões de desmatamento e de uso da terra. Monteiro e Bernardes (2024) demonstram que a acelerada transformação da paisagem na área da AMACRO segue uma lógica tipicamente linear, concentrando-se em faixas contínuas ao redor das vias. Esse comportamento não é aleatório: trata-se de uma característica histórica das frentes pioneiras na Amazônia, como já descrevia Becker (2005) ao afirmar que "a estrada é a forma material da penetração do capital, o eixo que organiza o avanço da fronteira e define os ritmos da ocupação". No Acre contemporâneo, essa afirmação se atualiza com plena coerência.

A presença dessas vias cria o ambiente propício para três processos simultâneos onde a proximidade da BR-317 têm orientado a conversão de pastagens para lavouras mecanizadas, influenciando diretamente os mercados locais de insumos, sementes e serviços técnicos. Como explica Farias (2021), "os municípios situados no corredor da BR-317 passam a organizar seu cotidiano em função da chegada de empresas, caminhões e novos agentes produtivos",

alterando ritmos e práticas sociais. Valorização e mercantilização da terra onde Franco (2020) observa que, sempre que novas frentes de circulação são abertas, "a terra assume um novo valor político e econômico", tornando-se alvo de especulação e objeto de disputas fundiárias. Essa tendência tem sido evidente no Acre, sobretudo após a conclusão da ponte do Abunã. A estrada do Pacífico transforma o Acre em corredor logístico internacional. Como sintetiza Craveira e Silva (2024), "a BR-317 passa a integrar o Acre às dinâmicas de exportação de commodities, aproximando o estado dos fluxos empresariais que articulam Brasil–Peru–Ásia" (p. 43).

Esses processos reforçam o que Oliveira (1991) caracteriza como "ajuste territorial do capital" a adaptação do espaço às necessidades das cadeias produtivas dominantes. No caso acreano, esse ajuste se materializa no asfaltamento, no alargamento de vias, na abertura de ramais laterais e na multiplicação de armazéns, silos e estruturas de secagem de grãos ao longo dos eixos rodoviários. As rodovias, portanto, não são meros suportes físicos. Elas funcionam como circuitos de poder que atraem empresas, orientam investimentos, criam expectativas e moldam a imaginação territorial de gestores públicos e produtores. É nessa articulação entre técnica, política e circulação que se compreende por que a AMACRO ganha força justamente em áreas próximas à BR-364 e BR-317.

Tais vias instauram, na prática, uma economia de corredor, em que fluxos de caminhões, máquinas, insumos e capital reconfiguram modos de vida. Como lembra Martins (1997), em frentes de expansão acelerada "a estrada se torna o centro da vida social e econômica", deslocando sociabilidades tradicionais para as margens e reorganizando o sentido de pertencimento ao território. No Acre, esse fenômeno se atualiza no cotidiano de comunidades rurais que passam a conviver com novos atores, novos ritmos e novas pressões sobre a terra.

Assim, os circuitos rodoviários especialmente a BR-364 e a BR-317 são mais que rotas de deslocamento. Constituem-se como infraestruturas estruturantes, capazes de ativar a lógica produtiva da AMACRO e de condicionar, de forma decisiva, as transformações territoriais que caracterizam o Acre no início do século XXI. Sem essas vias, o avanço da fronteira agrícola, a expansão do agronegócio e a reconfiguração dos municípios rurais não assumiram a densidade e a velocidade que têm hoje. (Santos, 2020; Becker, 2005; Craveira; Silva, 2024).

### 1.4 – O extrativismo madeireiro, a pecuária e a agricultura familiar na consumação da fronteira agropecuária

A consumação da fronteira agropecuária no Acre resulta de um conjunto de processos históricos que se sobrepõem, envolvendo o extrativismo madeireiro, a pecuária extensiva e a

agricultura familiar. Esses três modelos produtivos não apenas coexistiram, mas foram determinantes na reorganização socioterritorial da Amazônia acreana ao longo da segunda metade do século XX. Como afirmam Farias e Silva (2014), "a fronteira econômica acreana proporcionou as situações de maiores contradições na produção do espaço rural em suas duas frentes pioneiras", evidenciando que a dinâmica de ocupação no Acre sempre se deu de forma conflitiva e marcada por disputas territoriais.

Após o declínio da borracha, a exploração madeireira emergiu como atividade inicial de reestruturação do território. A retirada de madeira serviu como etapa indispensável para financiar a abertura de pastagens e sustentar economicamente os primeiros investimentos pecuários. Nesse sentido, a madeira não se limitou a ser recurso florestal ela foi elemento fundamental para viabilizar a transformação dos antigos seringais em grandes propriedades rurais. Segundo Silva (2004), "a frente pioneira agropecuária, ao se estabelecer sobre o antigo território dos seringais, necessitava remover os obstáculos da floresta. A madeira funcionou como etapa intermediária, pois sua retirada compensa financeiramente a abertura dos pastos." (Silva, 2004, p. 43). Essa dinâmica se alinhava à lógica capitalista mais ampla de conversão da natureza em mercadoria, impulsionada por incentivos fiscais e políticas de ocupação da Amazônia. Estudos recentes também demonstram que a exploração madeireira estabeleceu redes produtivas transfronteiriças entre Acre, Bolívia e Peru, intensificando a pressão sobre áreas florestais e acelerando o processo de transformação fundiária.

A partir da década de 1970, a pecuária extensiva consolidou-se como o principal eixo da nova frente pioneira. Incentivada por programas federais, crédito subsidiado e pela abertura de estradas como a BR-364, a pecuária alterou profundamente a estrutura agrária local. Conforme descrito por Farias e Silva (2014), o processo de transformação territorial do seringal para a agropecuária ocorre em três etapas principais: primeiramente, é realizada a remoção da vegetação nativa; em seguida, a substituição da mão de obra extrativista; e, por fim, procede-se ao plantio de pastagens. A formulação dos autores explicita o caráter expropriatório da pecuarização. O avanço das grandes fazendas implicou expulsões, reconfiguração do trabalho rural e desestruturação de comunidades extrativistas. Essa dinâmica se alinha ao que Martins (1997) denomina de "violência fundadora das frentes pioneiras", marcadas pela imposição de uma lógica de mercado sobre territorialidades preexistentes. A pecuária também funcionou como mecanismo de valorização da terra e como instrumento de consolidação de grandes propriedades. Territórios antes ocupados por famílias seringueiras foram convertidos em

extensas áreas de pastagens, resultado de uma política de Estado que priorizou grandes produtores em detrimento de formas tradicionais de uso da terra.

Embora historicamente marginalizada pelos discursos oficiais, a agricultura familiar desempenhou papel essencial na reorganização socioterritorial do Acre. Muitos extrativistas expulsos ou pressionados pela expansão da pecuária se tornaram agricultores familiares, estabelecendo pequenas propriedades em áreas de colonização ou assentamentos. Essa agricultura atuou como base de reprodução social, oferecendo alternativas econômicas e garantindo a permanência de famílias em áreas rurais, a agricultura familiar não apenas resiste, mas se adapta às mudanças territoriais, integrando mercados locais e regionais. Essa persistência demonstra que a consumação da fronteira não resulta em substituição completa das formas produtivas anteriores, mas em arranjos híbridos de convivência e tensão. A coexistência entre extrativismo madeireiro, pecuária extensiva e agricultura familiar não representa estagnação, mas sim a consumação de uma fronteira madura. Farias e Silva (2014) definem essa fase como produção de um território híbrido, no qual temporalidades distintas se entrelaçam "As territorialidades seringueira e fazendeira coexistem e se sobrepõem, produzindo não apenas conflitos, mas também novas formas híbridas de viver e produzir na floresta." (Farias; Silva, 2014, p. 96). Essa etapa, marcada pela consolidação da pecuária e pela persistência da agricultura familiar, prepara o terreno para o ciclo atual: o avanço da agricultura mecanizada vinculada à AMACRO e aos mercados globais.

Assim, a consumação da fronteira agropecuária acreana deve ser entendida como processo de longa duração, constituído por camadas sucessivas que seguem produzindo efeitos no presente tanto na organização do espaço quanto nas relações sociais e nos modos de vida das populações rurais.

## 1.5 – O vetor da BR-317 como principal disseminador das atividades de agronegócio de grãos no início do século XXI

Entender o agronegócio brasileiro envolve olhar para o período colonial, quando o sistema de *plantation* criou as bases da economia rural do país. Grandes propriedades voltadas à exportação, o uso intensivo de mão de obra escravizada e a monocultura estruturaram um modelo econômico articulado ao capitalismo mundial em formação. Essa configuração influenciou profundamente a organização do território brasileiro, deixando marcas que ainda orientam a produção agropecuária contemporânea (Prado Júnior, 2000; Furtado, 2007; Martins, 1997).

O termo agronegócio começou a ganhar força no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, período marcado por profundas reformas econômicas, abertura comercial e avanço de políticas de orientação neoliberal. Esse contexto favoreceu a consolidação de cadeias agroindustriais modernas, com forte participação de empresas transnacionais, instituições financeiras e centros de pesquisa. A agricultura deixou de ser compreendida como uma atividade isolada, passando a ser interpretada como parte de um sistema integrado, que envolve fornecedores de insumos, produtores, processamento industrial, comercialização e logística (Davis; Goldberg, 1957; Delgado, 2012; Castillo; Frederico, 2010).

Silva (2021) explica que o agronegócio deve ser compreendido como um complexo territorial que articula ciência, tecnologia, infraestrutura e capital financeiro, ultrapassando a visão tradicional de agricultura e incorporando redes globais de produção (Silva, 2021, p. 41). Para o autor, o agronegócio não é apenas um setor produtivo, mas uma forma de organizar o território e de redefinir as funções econômicas das regiões. Ele opera articulando empresas transnacionais, políticas de Estado, centros de pesquisa e sistemas logísticos dando origem a um modelo que reorganiza profundamente os espaços rurais.

A expansão do agronegócio também está vinculada ao papel desempenhado por instituições estatais como a EMBRAPA, que desenvolveu tecnologias capazes de transformar áreas consideradas "marginais" como partes do Cerrado e da Amazônia em regiões altamente produtivas. Isso permitiu que estados historicamente periféricos, como o Acre, fossem reinseridos em cadeias globais de valor, especialmente ligadas à soja e ao milho. Silva (2021) observa que "as regiões são reconfiguradas de acordo com a lógica do fluxo, o capital seleciona espaços, redefine centralidades e expulsa usos que não se ajustam aos seus imperativos." (Silva, 2021, p. 57). Assim, a expansão do agronegócio não representa apenas inovação tecnológica, mas também disputas territoriais, concentração fundiária e reestruturações sociais profundas.

O agronegócio tem se destacado nas últimas décadas pela expansão da produção agrícola e pelo aumento das exportações de *commodities.* Esse modelo tem como principais características o uso intensivo de tecnologias, o apoio de pesquisas científicas e a atuação de políticas públicas de financiamento, que viabilizem sua consolidação no território brasileiro (Delgado, 2012; Silva, 2021). Nesse contexto, tanto o trabalho humano quanto a natureza passam a ser incorporados como elementos do processo produtivo, subordinados à lógica da acumulação capitalista. Os agentes do agronegócio concentram renda e riqueza por meio da apropriação do lucro, enquanto a expansão desse modelo promove uma profunda reorganização da produção e do espaço agrário (Oliveira, 2007; Santos, 2008).

A globalização da economia, o processo produtivo relacionado à agricultura sofreu profundas mudanças, seu comportamento e o sistema de metas também mudaram com a introdução da ciência, da tecnologia e da informação, essa situação é visível na Amazônia, com a indicação a espacialização das *commodities* e a territorialização do agronegócio que se tornou uma força política e motor econômico que implementa a transformação geoeconômica e agendas geopolíticas nas áreas rurais do Brasil. Sabendo que a acumulação capitalista depende do processo de circulação das mercadorias, o agronegócio controla a circulação e estabelece novos usos do território a partir do controle do fluxo.

> O agronegócio vai precisar dessa nova materialidade espacial para se transformar na produção de sistema de objetos e sistemas de ação, combinando a produção local com o comércio global. Os empreendimentos agrícolas globalizados invadem o espaço rural com novos produtos para o mercado nacional e internacional e o resultado se reflete na destruição do espaço, seja para a introdução de novas atividades agrícolas ou a integração da atualização tecnológica da atividade agrícola no espaço produtivo da globalização. (Gomes, 2022)

No contexto amazônico, a expansão do agronegócio depende diretamente dos sistemas de circulação. A BR-317, que conecta Rio Branco às regiões de fronteira com a Bolívia e o Peru, constitui a principal via de integração do Acre às redes nacionais e internacionais de transporte de commodities. No início do século XXI, a rodovia tornou-se o eixo estratégico para a expansão da produção de soja e milho no estado, configurando uma nova temporalidade da fronteira agrícola. Silva (2021) afirma que "as rodovias amazônicas não são apenas meios de transporte, elas produzem território ao reorganizar fluxos, atrair investimentos e redefinir os usos da terra." (Silva, 2021, p. 133).

Essa perspectiva ajuda a compreender por que a BR-317 se tornou elemento-chave na entrada do Acre na lógica agroexportadora. A rodovia viabiliza o transporte de insumos, máquinas, grãos e produtos beneficiados, conectando o estado a centros logísticos do Amazonas, Rondônia e, estrategicamente, aos países vizinhos.

Com o avanço da soja em municípios como Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil, intensifica-se um processo que Silva (2021) descreve como uma reconversão produtiva da fronteira, no qual antigas áreas de pecuária extensiva são transformadas em espaços agrícolas mecanizados. Esse processo redefine a organização do território, estimula a especulação fundiária e introduz novas relações de trabalho baseadas no uso intensivo de tecnologia. A literatura crítica sobre o tema aponta que esse movimento ocorre em diferentes áreas da Amazônia, articulado à expansão das commodities e às dinâmicas do capital no campo. Nesse sentido, destaca-se que os grandes eixos rodoviários funcionam como espinha dorsal da expansão das commodities, permitindo que empresas agroindustriais projetem suas redes

produtivas sobre territórios ocupados tradicionalmente por agricultores familiares e populações florestais. (Silva, 2021)

No Acre a transição para o agronegócio parece seguir a dinâmica de toda a região. A abertura de estradas e a expansão de atividades agrícolas tem incentivado a agricultura tipicamente capitalista como saída para o desenvolvimento.

> O agronegócio tem sido reconhecido como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro. Em 2020, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R$ 1,98 trilhão, ou 27% do PIB brasileiro. Dentre os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que corresponde a 70% desse valor (R$ 1,38 trilhão); A pecuária corresponde a 30%, ou R$ 602,3 bilhões. (CNA, 2021)

No caso acreano, o papel da BR-317 é ainda mais evidente, pois ela integra o estado a uma regional de desenvolvimento estratégico chamada AMACRO como vimos em tópicos anteriores, ela que articula áreas produtivas do Amazonas, Acre e Rondônia. A rodovia funciona como canal de circulação que alimenta e dinamiza a transição da pecuária para o agronegócio de grãos, ampliando a presença de empresas de insumos, armazéns, tradings e sistemas mecanizados de produção. Essa transformação faz com que o Acre deixe de ser apenas um território de fronteira tradicional e se converta em uma área de interesse direto do capital agroindustrial global. Como destaca Silva: "a circulação é o motor que transforma a fronteira: ela cria regiões, redefine funções e atualiza as estratégias do capital." (Silva, 2020, p. 63)

Nesse sentido, a BR-317 atua como vetor de modernização, mas também como instrumento de aprofundamento das desigualdades, pressionando formas tradicionais de uso da terra e intensificando disputas agrárias.

Assim, compreender o surgimento do agronegócio e sua consolidação na Amazônia especialmente no Acre exige reconhecer que a BR-317 não é apenas um trecho de asfalto, mas uma infraestrutura política, geoeconômica e simbólica. Ela materializa a inserção do estado na lógica global das commodities, ao mesmo tempo em que revela os conflitos, contradições e reconfigurações sociais que marcam a nova fase da fronteira agrícola.

### 1.5.1 A agricultura de grãos: soja e milho

A consolidação da sojicultura no Brasil está profundamente relacionada ao processo histórico de modernização agrícola, à intervenção estatal e ao avanço de tecnologias adaptadas às condições tropicais, especialmente a partir da década de 1970. Embora a soja tenha sido introduzida no país no século XIX, sua presença era inicialmente marginal e pouco articulada a um projeto econômico estruturado. Foi somente na segunda metade do século XX que a oleaginosa passou a integrar de forma consistente o sistema produtivo nacional, sobretudo por

meio de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agrícola e pela intensificação das relações entre ciência, tecnologia e mercado (Delgado, 2012; Embrapa, 2018; Castillo; Frederico, 2010).

Paralelamente à expansão da soja, a cultura do milho passou a desempenhar um papel estratégico no sistema produtivo agrícola brasileiro, estabelecendo uma relação direta e complementar com a sojicultura. Essa articulação ocorre principalmente por meio do sistema de rotação e sucessão de culturas, especialmente o chamado "milho safrinha", cultivado após a colheita da soja. Esse modelo intensifica o uso da terra ao longo do ano, aumenta a produtividade por hectare e contribui para a viabilidade econômica das propriedades rurais. Conforme destacam a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2021), a sucessão soja-milho constitui um dos pilares da intensificação agrícola no Brasil, permitindo maior eficiência no uso do solo e dos insumos. Além disso, o milho atua como elemento fundamental na sustentação das cadeias agroindustriais, sobretudo na produção de ração para a pecuária e avicultura, fortalecendo a integração entre agricultura e produção animal (CONAB, 2022). Dessa forma, a expansão da soja não ocorre de forma isolada, mas impulsiona e é acompanhada pela ampliação da produção de milho, consolidando um sistema agrícola altamente tecnificado e integrado ao mercado nacional e internacional, conforme analisado por Contini et al. (2018) ao discutirem a dinâmica do agronegócio brasileiro.

Segundo a Embrapa (2022), o marco decisivo da expansão ocorre quando a pesquisa científica brasileira passa a adaptar a planta às condições tropicais, permitindo sua difusão para além das regiões de clima temperado. A instituição enfatiza que "a tropicalização da soja rompeu paradigmas históricos e possibilitou a ocupação de novas fronteiras agrícolas, sobretudo no Cerrado brasileiro" (EMBRAPA, 2022, p. 17). O conjunto de pesquisas sobre melhoramento genético, manejo de solos ácidos e sistemas de cultivo mecanizados transformou o país em um dos maiores produtores mundiais, consolidando um arranjo tecnificado que reorganizou profundamente o território brasileiro.

Diversos programas governamentais sustentaram essa transformação. O livro "A soja no Brasil: história e estatística" destaca, com precisão histórica, que "a consolidação da soja como cultura estratégica no país só se tornou possível com o apoio direto do Estado, através de investimentos em infraestrutura, crédito rural, subsídios e assistência técnica" (Bonato, 1987, p. 12). Entre esses programas, destacam-se o POLONOROESTE, o POLOCENTRO e o PRODECER, este último responsável por integrar capitais japoneses ao desenvolvimento do

Cerrado, contribuindo para a construção de um modelo agrícola intensivo, orientado à exportação.

A partir dos anos 1990 e, sobretudo, do início dos anos 2000, observa-se uma nova etapa desse processo, marcada pela expansão da produção em direção às regiões de fronteira agrícola, especialmente na Amazônia Legal. A crescente demanda global por commodities, impulsionada principalmente pela China, reforçou a necessidade de incorporação de novas áreas ao sistema produtivo. Ao mesmo tempo, avanços logísticos, como a consolidação dos corredores de exportação do Arco Norte, ampliaram a competitividade da produção nos estados amazônicos (Castillo; Frederico, 2010; Contini et al., 2012). Nesse sentido, o avanço da soja para o Norte não resulta apenas da disponibilidade de terras, mas de uma articulação geopolítica que envolve mercado internacional, infraestrutura logística e políticas de ocupação territorial (Becker, 2005; Silva, 2021). A disponibilidade de terras a preços significativamente mais baixos do que em regiões consolidadas do agronegócio, como Mato Grosso e Goiás, também constitui um fator determinante para essa expansão (Delgado, 2012). Estudos de Gomes e Arima (2019) demonstram que o diferencial de preço da terra foi decisivo para atrair produtores e empresas para áreas ainda em processo de ocupação agrícola, especialmente no Pará, Rondônia e Roraima. Relatórios institucionais da EMBRAPA (2020) reforçam essa interpretação, indicando que a Amazônia Legal apresentou, nas últimas décadas, uma estrutura fundiária "menos valorizada", condição que estimulou investimentos associados à expansão da soja.

No Pará, a consolidação da sojicultura ocorre principalmente nos municípios de Paragominas e Santarém, ambos amplamente documentados como polos emergentes de produção desde a década de 2000**,** associados à expansão da fronteira agrícola, à valorização fundiária e à instalação de infraestrutura logística, como terminais portuários voltados à exportação de grãos (Castillo; Frederico, 2010; Silva, 2021).

Levantamentos da EMBRAPA Amazônia Oriental (2018) indicam que Paragominas tornou-se uma referência regional devido à adaptação de sistemas produtivos ao solo e às condições climáticas locais. Já Santarém ganhou destaque com a instalação de infraestrutura logística voltada à exportação, especialmente após a operação do terminal da Cargill, analisada por estudos socioambientais como os do Greenpeace (2009). Os dados recentes de produção do IBGE (PAM, 2010–2023) confirmam o protagonismo desses municípios no cultivo de soja no estado.

Em Rondônia, o crescimento da soja se concentra intensamente no Cone Sul, abrangendo municípios como Vilhena, Chupinguaia, Pimenteiras e Colorado do Oeste. Segundo o Ministério da Agricultura (MAPA, 2021), essa região responde por mais de 70% de toda a área plantada com soja em Rondônia, dinamizada pela forte integração com cadeias logísticas que conectam o estado ao Centro-Oeste e ao mercado internacional. A EMBRAPA Rondônia (2020) ressalta ainda que o Cone Sul reúne condições edafoclimáticas e estruturais que favorecem a consolidação desse polo agrícola.

No caso de Roraima, a expansão do cultivo ocorre principalmente sobre áreas de cerrado amazônico, especialmente nos municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá e Mucajaí. Pesquisas da EMBRAPA Roraima (2019) detalham que a aptidão do cerrado roraimense, somada ao baixo custo da terra, atraiu produtores vindos do Sul e do Centro-Oeste, estabelecendo um novo eixo de expansão agrícola na borda norte da Amazônia. Farias et al. (2020) confirmam que a conversão do cerrado roraimense em áreas de produção de grãos tem se intensificado desde 2015. Os dados mais recentes do IBGE (2020–2023) corroboram a tendência de crescimento acelerado da sojicultura no estado.

Já no Amazonas, embora a produção de soja ainda seja considerada incipiente, observa-se um movimento gradual de expansão, principalmente nos municípios de Humaitá, Canutama, Apuí e Itacoatiara. Relatórios da Secretaria de Estado da Produção Rural (SDA, 2021) e estudos da EMBRAPA Amazônia Ocidental (2022) revelam que a cultura tem crescido de maneira experimental e localizada, mas com forte tendência de ampliação devido à incorporação de novas tecnologias, maior conectividade logística e estímulos ao agronegócio na região. Dados do IBGE (2020–2023) reforçam o aumento progressivo, ainda que discreto, da área plantada no estado.

Diante dessas questões, surgiram mecanismos de regulação, como a Moratória da Soja na Amazônia (2006), que busca limitar o plantio em áreas desmatadas após sua criação. Iniciativas de certificação e rastreabilidade também têm se fortalecido, pressionadas por exigências do mercado internacional por cadeias de produção mais sustentáveis.

A Moratória da Soja, criada em 2006 a partir de um acordo entre a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) e organizações socioambientais, constitui um dos mais importantes instrumentos privados de regulação ambiental da história recente do agronegócio brasileiro. Seu objetivo principal era impedir que as grandes tradings adquirissem soja produzida em áreas

desmatadas na Amazônia após julho de 2008, estabelecendo uma espécie de bloqueio comercial às práticas consideradas ambientalmente danosas.

De acordo com Candido (2023), a moratória da soja deve ser compreendida como resultado de um processo de disputa entre diferentes atores sociais, no qual organizações ambientalistas passaram a atuar estrategicamente em múltiplas escalas para pressionar o setor agroindustrial. A expansão da soja na Amazônia, associada ao avanço da infraestrutura e ao aumento do desmatamento, gerou conflitos com populações locais e mobilizou movimentos sociais e organizações internacionais. Diante das limitações de atuação no contexto nacional, essas organizações passaram a internacionalizar suas ações, direcionando pressões a empresas e mercados consumidores na Europa, especialmente grandes redes de comercialização e tradings. Esse movimento resultou na criação de um acordo voluntário, no qual empresas que controlavam grande parte do mercado passaram a se comprometer a não adquirir soja proveniente de áreas desmatadas após 2006, evidenciando que a moratória foi construída a partir da articulação entre mercados, atores sociais e pressões internacionais. (Candido, 2023)

Diversos estudos, incluindo Cardoso (2019), indicam que a moratória conseguiu reduzir a conversão direta de floresta em áreas de soja. Entretanto, o avanço indireto por meio da ocupação de pastagens e deslocamento da pecuária para novas frentes de desmatamento não foi interrompido. Como explica a autora "A soja não precisa desmatar diretamente para avançar. Ela ocupa áreas de pastagens 'abertas' pela pecuária, empurrando a pecuária para novas frentes de floresta." (Cardoso, 2019, p. 92). Assim, a moratória ajudou a reduzir um pouco a pressão imediata sobre a floresta, mas não foi suficiente para mudar a lógica estrutural da expansão produtiva, em que a pecuária ainda age como "atividade pioneira", abrindo espaço para a posterior chegada da agricultura mecanizada.

A fiscalização da moratória ocorre principalmente via imagens de satélite e cruzamento de informações sobre propriedades integradas às grandes tradings. Contudo, Cardoso (2019) demonstra que o monitoramento não abrange toda a cadeia produtiva, deixando lacunas que permitem o ingresso de soja de áreas irregulares através de empresas intermediárias, cooperativas e cerealistas menores. A autora destaca que "a capacidade de monitoramento da moratória é desigual, concentrada em grandes propriedades integradas às tradings. Pequenos produtores e sistemas indiretos de comercialização ficam fora do escopo do controle." (Cardoso, 2019, p. 101).

O sistema parcial de vigilância vigente permite que a soja proveniente de áreas com irregularidades ambientais seja inserida no mercado por meio de vias indiretas. Outro ponto

relevante em relação à moratória refere-se ao seu caráter voluntário, sem respaldo legal. Trata-se de um acordo estabelecido entre agentes privados, não configurando uma política pública. Dessa forma, sua efetividade está condicionada ao interesse das empresas envolvidas e à capacidade de autorregulação do setor, o que limita o alcance de seus resultados. Nas palavras de Cardoso "A moratória não possui força legal. Trata-se de um pacto da cadeia produtiva do agronegócio que depende da adesão voluntária e da autorregulação dos agentes privados." (Cardoso, 2019, p. 95) A ausência de mecanismos de sanção jurídica efetivos e a flexibilidade interpretativa das empresas reduzem a eficácia do acordo, permitindo acomodações e exceções conforme interesses econômicos.

O crescimento da demanda internacional sobretudo da China contribuiu para fortalecer a expansão da soja no Brasil, gerando valorização das terras e estimulando a abertura de novas áreas, mesmo diante de acordos ambientais. Cardoso (2019) ressalta que "A moratória não altera a racionalidade econômica do agronegócio. O aumento da demanda por soja mantém elevado o valor da terra e incentiva a abertura de novas áreas." (Cardoso, 2019, p. 99) Assim, o pacto ambiental atuou como mitigador parcial, mas não como instrumento capaz de reverter ou desacelerar a dinâmica estrutural da fronteira agrícola. Por fim, Cardoso argumenta que a moratória se tornou também uma ferramenta política de "limpeza de imagem" para o agronegócio brasileiro "Mais do que impedir o avanço da soja sobre a floresta, a moratória serviu como instrumento de legitimação ambiental do agronegócio brasileiro no mercado internacional." (Cardoso, 2019, p. 103).

Isso significa que, apesar de importante, o acordo opera dentro dos limites do próprio sistema que o criou, atuando mais como uma adequação reputacional do setor do que como uma ruptura com seus padrões de expansão.

Resumidamente, a Moratória da Soja desempenhou um papel importante ao diminuir o desmatamento direto ligado à produção de soja na Amazônia. No entanto, ela não foi suficiente para impedir a expansão do agronegócio em novas áreas. Entre as principais limitações estão o foco apenas no plantio direto, falhas no monitoramento, o caráter voluntário sem respaldo legal e o crescimento constante da demanda mundial. Além disso, o setor do agronegócio tem conseguido se adaptar e encontrar formas de driblar os mecanismos de controle existentes.

Em síntese, a expansão da soja para os estados do Norte do Brasil representa um fenômeno complexo, marcado por ganhos econômicos e integração logística, mas também por riscos ambientais e sociais que exigem gestão responsável e políticas públicas eficazes. O futuro

da sojicultura na região dependerá do equilíbrio entre competitividade internacional, conservação ambiental e inclusão social.

## CAPÍTULO 2 – BR-317: UMA VISÃO GERAL DO CIRCUITO DA ESTRADA DO NORTE AO SUL DO ESTADO

Embora a BR-317 seja analisada nesta pesquisa enquanto eixo estruturante regional e corredor de integração econômica no estado do Acre, o foco empírico principal do estudo concentra-se no trecho compreendido entre entroncamento com a BR-364 e a BR- 317 e o município de Boca do Acre (AM). A abordagem mais ampla da rodovia neste capítulo busca contextualizar os processos históricos, logísticos e territoriais que influenciam diretamente as transformações produtivas observadas no recorte da pesquisa.

A BR-317 atua como um importante eixo de integração territorial na Amazônia Ocidental, com destaque para sua atuação no estado do Acre. Com aproximadamente 406 km de extensão no território acreano, a rodovia conecta a divisa com o Amazonas ao município de Assis Brasil, na fronteira com o Peru, integrando o chamado corredor interoceânico que liga o Brasil aos portos do Oceano Pacífico. Ao longo do tempo, especialmente após sua pavimentação no início dos anos 2000, a BR-317 deixou de desempenhar apenas uma função local para se consolidar como um corredor estratégico de circulação de pessoas, mercadorias e capitais.

A partir dessa perspectiva, o capítulo busca compreender a rodovia não apenas como infraestrutura de transporte, mas como elemento estruturador das transformações socioespaciais na região. Inicialmente, são abordados os aspectos históricos e geopolíticos relacionados à sua implantação, vinculados às políticas de integração nacional e ocupação da Amazônia. Em seguida, discute-se seu papel na integração entre o sul do Amazonas, o Acre e os países vizinhos, evidenciando sua importância na integração regional e internacional.

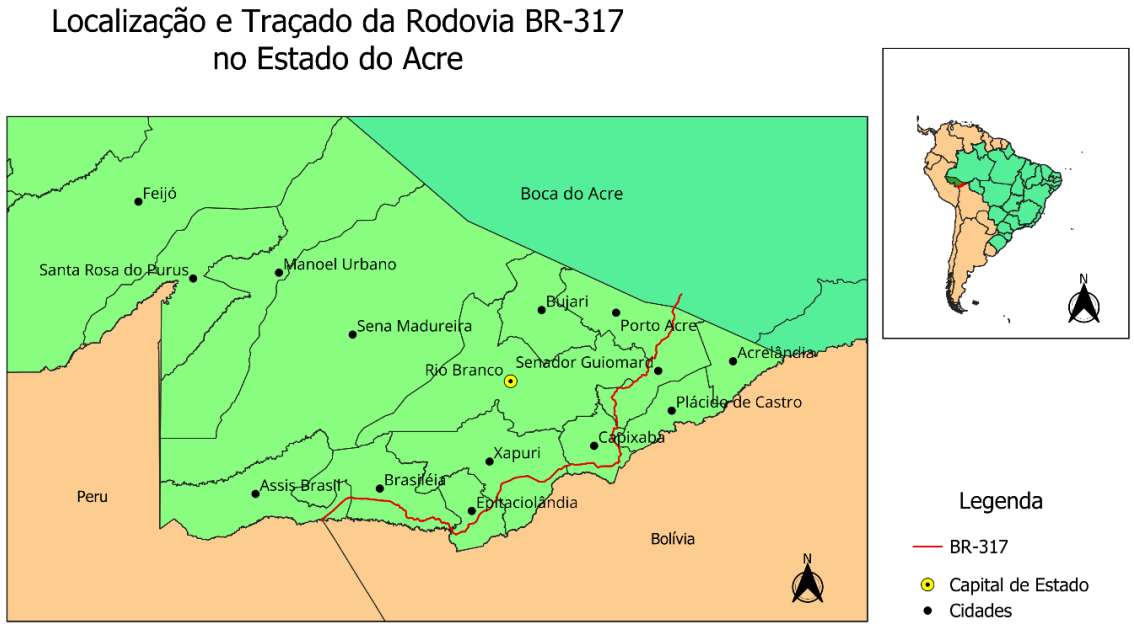
Além disso, o capítulo analisa as características físicas e ambientais do território atravessado pela BR-317, bem como as dinâmicas de uso e ocupação do solo ao longo de seu percurso. Nesse contexto, destaca-se a transição produtiva em curso na região, marcada pelo uso gradual de áreas destinadas à pecuária extensiva pela agricultura mecanizada, especialmente a produção de grãos, o que tem provocado mudanças na organização do espaço e nas relações socioeconômicas locais.

Dessa forma, este capítulo procura evidenciar que a BR-317 atua como um vetor de transformação territorial, articulando diferentes escalas e dinâmicas, ao mesmo tempo em que expressa as contradições do desenvolvimento na Amazônia, envolvendo crescimento econômico, integração logística e desafios socioambientais.

## 2.1 Conhecendo a BR-317

A BR-317 possui aproximadamente 406 km de extensão no território acreano, conectando a divisa com o Amazonas ao município de Assis Brasil, na fronteira com o Peru. Popularmente conhecida como "Estrada do Pacífico", integra o corredor interoceânico que conecta o Brasil aos portos do Pacífico via território peruano.

**Figura 1 - Localização e Traçado da Rodovia BR-317 no Estado do Acre**




Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Malha territorial brasileira, 2022.
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Base de rodovias federais.
Elaboração: própria, 2026.

A BR-317 foi concebida dentro do projeto de integração nacional levado a cabo durante o regime militar, sobretudo a partir da década de 1970. Nesse período, o lema "integrar para não entregar" simbolizava a preocupação estratégica do Estado brasileiro em consolidar a presença nacional na Amazônia. A abertura de rodovias foi entendida como instrumento central para o povoamento, a ocupação produtiva e a segurança territorial da região.

Entretanto, os primeiros traçados da BR-317 eram precários, com longos trechos não asfaltados e intransitáveis durante o período chuvoso. A rodovia tinha então função limitada,

atendendo ao transporte local, de baixa escala, e servindo mais como marco simbólico de integração do que como eixo efetivo de circulação econômica. Nesse sentido, Becker (2005) observa que as políticas de abertura de rodovias na Amazônia tiveram caráter de geopolítica interna buscava-se ocupar e integrar áreas até então marginalizadas da economia nacional. A estrada constituía-se, antes de tudo, em um vetor de ocupação, ainda que com baixa eficácia imediata do ponto de vista logístico. (Becker, 2005 p.43)

A mudança decisiva ocorreu no início dos anos 2000, com a conclusão da pavimentação integral da BR-317 no ano de 2002. A obra foi apresentada como condição para modernizar a economia acreana e inseri-la em mercados mais amplos. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2002, p. 15), a pavimentação da BR-317 visava não apenas à melhoria da circulação interna, mas sobretudo à criação de um corredor de exportação, ligando o Acre ao Oceano Pacífico e aos mercados andinos, de modo a reduzir custos e ampliar a competitividade da produção regional.

A pavimentação permitiu que a rodovia se consolidasse como um corredor socioespacial estruturador, articulando o eixo Rio Branco–Assis Brasil e conectando os municípios de Senador Guiomard, Capixaba, Xapuri, Brasiléia e Epitaciolândia. Esses municípios passaram a integrar uma rede territorial marcada por fluxos de mercadorias, capitais e pessoas, o que pode está facilitando a transição de uma economia pautada na pecuária extensiva para a agricultura mecanizada, sobretudo soja e milho. Essa dinâmica confirma a análise de Santos (1996) o território é continuamente reorganizado pelas técnicas e pelas redes de circulação. Nesse processo, infraestruturas como as rodovias não apenas viabilizam o transporte de mercadorias, mas também reestruturam as hierarquias espaciais e redefinem centros de poder.

A partir daí, a BR-317 adquiriu não só relevância econômica, mas também importância geopolítica. Ao permitir acesso direto ao Peru e proximidade com a Bolívia, fortaleceu a condição do Acre como "estado fronteiriço estratégico" no contexto da integração sul-americana. Para Castro (2013) a BR-317 fortalece a posição estratégica do Acre no contexto da integração sul-americana, sobretudo pela conexão com os mercados andinos e com a Bacia do Pacífico, ampliando o papel do estado na dinâmica territorial amazônica.

Esse processo de integração, porém, não esteve isento de contradições. Por um lado, a rodovia abriu novas perspectivas de desenvolvimento, valorização fundiária e inserção em cadeias globais de produção. Por outro, trouxe consigo impactos socioambientais significativos, com a intensificação da pressão sobre áreas de floresta, a concentração de terras e a vulnerabilização de comunidades tradicionais. Como ressalta Fearnside (2017) as rodovias na

Amazônia atuam como importantes vetores de desmatamento, pois estimulam processos de ocupação territorial, deslocamento de atividades econômicas e ampliação da pressão sobre a floresta, mesmo quando não promovem diretamente a abertura inicial de novas áreas.

Atualmente a BR-317 não pode ser vista apenas como uma rodovia, mas como um eixo estruturador de transformações territoriais. Ela sintetiza o paradoxo amazônico contemporâneo: enquanto promove integração econômica e abre o Acre para o mercado global, também desencadeia tensões socioambientais e redefine profundamente as relações entre sociedade e natureza na região.

### 2.1.1 Uma via de integração do Sul do Amazonas com o Acre

A compreensão da BR-317 como uma via de integração regional exige situá-la no contexto mais amplo das políticas de ocupação, articulação territorial e circulação que marcaram a história recente da Amazônia brasileira. No caso da Amazônia Ocidental, especialmente no Acre e no sul do Amazonas, a implantação e consolidação de eixos rodoviários representaram um elemento fundamental para reduzir o isolamento geográfico e possibilitar a inserção desses territórios nas dinâmicas econômicas nacionais. Nesse sentido, a BR-317 deve ser analisada não apenas como infraestrutura de transporte, mas como um componente estruturante da reorganização territorial regional.

De acordo com a literatura geográfica brasileira, a expansão da rede rodoviária na Amazônia foi vinculada às estratégias promovidas pelo Estado para a integração nacional, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Para Becker (2004), a Amazônia passou a ser concebida pelo Estado brasileiro como um território estratégico cuja ocupação deveria ser orientada por políticas de infraestrutura, capazes de promover a integração econômica e fortalecer a soberania nacional. (Becker, 2004, p. 27). Nesse processo, a abertura e pavimentação de rodovias desempenharam papel central, uma vez que permitiram articular regiões até então marcadas por forte isolamento físico e baixa conectividade com os principais centros econômicos do país.

No contexto da Amazônia Ocidental, a BR-317 insere-se nessa lógica de integração territorial, ao estabelecer um corredor de circulação que conecta o sul do Amazonas ao território acreano. Essa ligação rodoviária representa uma importante ruptura com a histórica dependência de rotas fluviais, que durante décadas constituíram o principal meio de transporte e circulação na região. Conforme argumenta Santos (2008), o território é formado pela interação entre fixos e fluxos, isto é, pelas infraestruturas materiais e pelos movimentos que elas

permitem. Nesse sentido, as rodovias atuam como fixos estratégicos que ampliam a capacidade de circulação de pessoas, mercadorias e informações, redefinindo as relações espaciais entre diferentes regiões. (Santos, 2008, p. 85).

A BR-317, ao estabelecer essa conexão entre o sul do Amazonas e o Acre, contribui para a reorganização dos fluxos regionais e para a formação de um sistema territorial mais integrado. Ao mesmo tempo, essa rodovia fortalece a articulação entre áreas produtivas, centros urbanos e mercados consumidores, ampliando as possibilidades de dinamização econômica. De acordo com Porto-Gonçalves (2006), os grandes eixos de infraestrutura na Amazônia desempenham um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que promovem a integração territorial e o desenvolvimento econômico, também introduzem novas formas de apropriação do espaço e de exploração dos recursos naturais, frequentemente associadas à expansão da fronteira agrícola e ao avanço das atividades agropecuárias (Porto-Gonçalves, 2006, p. 45).

No caso específico do Acre, a BR-317 passou a desempenhar um papel cada vez mais relevante na articulação territorial com áreas vizinhas do Amazonas. Essa integração rodoviária facilita o deslocamento de insumos, produtos agrícolas e mercadorias entre os dois estados, contribuindo para a formação de circuitos regionais de produção e consumo. Além disso, a rodovia permite uma maior circulação de trabalhadores, comerciantes e agentes econômicos, fortalecendo as relações socioeconômicas entre municípios situados ao longo desse eixo, a consolidação de eixos rodoviários na Amazônia Ocidental desempenhou papel fundamental na reorganização do território acreano, sobretudo a partir da intensificação das atividades agropecuárias e da expansão das áreas de ocupação humana. Nesse contexto, a BR-317 passa a constituir um elemento central na formação de novos circuitos produtivos, conectando áreas rurais, centros urbanos e redes logísticas mais amplas.

Além da dimensão econômica, a integração proporcionada pela BR-317 possui também uma dimensão social e territorial. Ao facilitar o acesso a serviços, mercados e equipamentos urbanos, a rodovia contribui para a transformação das dinâmicas locais, influenciando padrões de mobilidade, formas de ocupação do solo e relações entre campo e cidade. Conforme destaca Santos (2008), as infraestruturas de transporte possuem papel estruturador no espaço geográfico, pois condicionam as possibilidades de circulação e, consequentemente, de desenvolvimento regional. (Santos, 2008, p. 39).

Outro aspecto relevante refere-se à capacidade da BR-317 de articular diferentes escalas territoriais. Embora sua função imediata seja conectar municípios e regiões próximas, a rodovia também integra o Acre a redes logísticas mais amplas, que se estendem para outras partes da

Amazônia e do território nacional. Essa característica reforça a importância estratégica da rodovia para a economia regional e para a organização espacial do sul do Amazonas e do Acre.

Dessa forma, a BR-317 pode ser compreendida como um eixo de integração territorial que contribui para reduzir distâncias econômicas e ampliar a conectividade regional. Ao conectar o sul do Amazonas ao Acre, a rodovia cria condições para a intensificação de fluxos produtivos e sociais, ao mesmo tempo em que reconfigura as relações espaciais entre diferentes territórios amazônicos.

### 2.1.2 Trecho em estudo: da divisa com o Amazonas ao entroncamento com a BR-364 no Acre

O trecho da BR-317 compreendido entre a divisa do estado do Amazonas e o entroncamento com a BR-364, nas proximidades da cidade de Rio Branco, constitui um segmento estratégico para a compreensão da organização territorial do Acre e das transformações socioespaciais que vêm ocorrendo ao longo das últimas décadas na Amazônia Ocidental. Regionalmente conhecido como Estrada de Boca do Acre, esse trecho estabelece a ligação terrestre entre o Acre e o município de Boca do Acre, funcionando como um importante eixo de circulação regional e de integração entre os dois estados.

A denominação Estrada de Boca do Acre reflete não apenas uma referência geográfica, mas também a função histórica da rodovia na articulação territorial entre regiões da Amazônia. Antes da consolidação das ligações rodoviárias, as relações econômicas e sociais entre essas áreas ocorriam predominantemente por meio dos rios, que constituíam as principais vias de circulação na região.

Nesse contexto, conforme Becker (2005), as rodovias amazônicas desempenharam papel central na estratégia de integração nacional, pois permitiram reduzir as distâncias econômicas entre a região e os principais centros do país. Segundo a autora, a implantação dessas infraestruturas favoreceu a incorporação de novas áreas ao sistema produtivo nacional e intensificou os processos de ocupação territorial. (Becker, 2005, p. 73).

No Acre, esse processo adquiriu características específicas relacionadas à formação histórica do território e às dinâmicas da fronteira amazônica. Conforme Paula (2013), a expansão e a melhoria das rodovias na Amazônia contribuíram para redefinir os padrões de circulação e ocupação territorial, ampliando a mobilidade populacional e favorecendo a expansão de atividades produtivas em áreas anteriormente marcadas pelo isolamento (Paula, 2013, p. 91). Nesse sentido, a Estrada de Boca do Acre passou a desempenhar papel

fundamental na reorganização espacial do Acre, conectando áreas rurais e centros urbanos a um sistema mais amplo de circulação regional.

A partir dessa perspectiva, observa-se que o trecho analisado desempenha função estratégica na articulação entre diferentes escalas geográficas. Ao conectar a divisa com o Amazonas ao entroncamento com a BR-364, a rodovia integra áreas periféricas do Acre a um corredor logístico mais amplo que se estende até outras regiões da Amazônia e do Brasil. Essa conexão fortalece os fluxos de mercadorias, serviços e pessoas, ampliando as possibilidades de integração econômica da região.

Além disso, a Estrada de Boca do Acre atravessa áreas que vêm passando por intensas transformações no uso e ocupação do solo. Historicamente, a economia dessas regiões esteve associada a atividades extrativistas e à expansão da pecuária bovina. Entretanto, observa-se a emergência de novas dinâmicas produtivas relacionadas à expansão do agronegócio e à introdução de culturas agrícolas voltadas à produção de commodities.

Essa dinâmica pode ser interpretada a partir da análise das transformações contemporâneas da fronteira amazônica. Segundo Porto-Gonçalves (2017), a Amazônia tem sido progressivamente integrada a circuitos econômicos globais por meio da expansão de infraestruturas logísticas e da intensificação das atividades agropecuárias (Porto-Gonçalves, 2017, p. 145). Nesse processo, as rodovias desempenham papel fundamental ao facilitar o acesso a territórios anteriormente isolados e permitir o escoamento da produção agrícola e pecuária.

No caso do trecho entre a divisa com o Amazonas e o entroncamento com a BR-364, observa-se que a melhoria das condições de circulação tem contribuído para fortalecer as relações econômicas entre o Acre e o sul do Amazonas. A rodovia tornou-se um corredor importante para o transporte de gado, insumos agrícolas e produtos destinados aos mercados regionais e nacionais.

Outro aspecto relevante diz respeito à presença de áreas rurais e pequenas localidades que se desenvolveram ao longo da estrada. A implantação da rodovia estimulou a formação de novos núcleos de ocupação e favoreceu a expansão de atividades produtivas, contribuindo para a reorganização do espaço regional. Conforme Paula (2013), as infraestruturas de transporte na Amazônia frequentemente atuam como eixos estruturadores da ocupação territorial, orientando a localização de assentamentos, propriedades rurais e atividades econômicas (Paula, 2013, p. 98).

Contudo, a intensificação dessas dinâmicas também trouxe desafios importantes para o planejamento territorial e ambiental da região. A ampliação das atividades agropecuárias ao longo da rodovia tem sido acompanhada por mudanças significativas na paisagem, incluindo a expansão de áreas desmatadas e a transformação de ecossistemas florestais em áreas produtivas.

Nesse sentido, compreender a dinâmica territorial da Estrada de Boca do Acre torna-se fundamental para analisar os processos contemporâneos de transformação socioespacial no Acre. O trecho em estudo evidência como as infraestruturas de transporte podem atuar simultaneamente como instrumentos de integração regional e como vetores de reorganização econômica e ambiental.

### 2.1.3 A Estrada do Pacífico: do entroncamento à divisa com o Peru

A partir do entroncamento com a BR-364, nas proximidades de Rio Branco, a BR-317 segue em direção ao sudoeste do estado do Acre, atravessando municípios da regional do Alto Acre até alcançar a fronteira internacional com o Peru, na cidade de Assis Brasil. Esse trecho da rodovia passou a ser amplamente conhecido como Estrada do Pacífico, pois integra o corredor de circulação que conecta o Brasil aos países andinos e aos portos localizados na costa do Oceano Pacífico. Dessa forma, a rodovia assume papel estratégico na articulação territorial entre a Amazônia brasileira e o sistema logístico sul-americano.

A consolidação desse eixo rodoviário deve ser compreendida no contexto mais amplo das políticas de integração física da América do Sul. Durante as últimas décadas, diversos projetos de infraestrutura foram implementados com o objetivo de ampliar as conexões entre os países do continente e fortalecer as relações comerciais regionais. Nesse cenário, a pavimentação da BR-317 e a construção da ponte internacional sobre o rio Acre, que conecta Assis Brasil à cidade peruana de Iñapari, representaram importantes marcos no processo de integração fronteiriça.

Segundo Benchimol (1999), a Amazônia deve ser analisada como uma região de fronteira estratégica, na qual a expansão das infraestruturas de transporte desempenha papel central na reorganização das atividades econômicas e na integração territorial. Para o autor, as rodovias amazônicas ampliam as possibilidades de circulação de mercadorias e contribuem para inserir a região em circuitos comerciais mais amplos (Benchimol, 1999, p. 214). Nesse sentido, a Estrada do Pacífico representa uma infraestrutura que fortalece a conectividade entre o Acre e outros países da América do Sul.

Do ponto de vista regional, a rodovia atravessa municípios que historicamente desempenharam papel importante na formação territorial do Acre, como Senador Guiomard,

Capixaba, Xapuri, Brasiléia e Epitaciolândia. Esses municípios compõem parte significativa da regional do Alto Acre, cuja dinâmica econômica foi historicamente marcada pelas atividades extrativistas, especialmente durante o ciclo da borracha. Contudo, ao longo das últimas décadas, essas localidades passaram por importantes transformações socioeconômicas associadas à expansão da infraestrutura rodoviária e à diversificação das atividades produtivas.

De acordo com Veríssimo et al (2011), a abertura e a pavimentação de estradas na Amazônia constituem fatores determinantes na transformação do uso do solo e na intensificação das atividades econômicas regionais. Os autores observam que as rodovias atuam como vetores de ocupação territorial, estimulando a expansão de atividades agropecuárias e a formação de novos núcleos urbanos ao longo de seus eixos (Veríssimo et al., 2011, p. 58). Nesse contexto, a pavimentação da BR-317 contribuiu para acelerar processos de reorganização territorial no Alto Acre.

A importância desse corredor rodoviário também pode ser analisada a partir da perspectiva das redes de circulação que estruturam o território. Conforme argumenta Corrêa (2006), as redes de transporte constituem elementos fundamentais da organização espacial, pois articulam diferentes lugares e possibilitam a circulação de fluxos econômicos e sociais (Corrêa, 2006, p. 127). Nesse sentido, a Estrada do Pacífico deve ser compreendida como parte de uma rede logística que conecta a Amazônia Ocidental a outras regiões do continente.

Além de sua função logística, a BR-317 também exerce influência direta na reorganização das atividades produtivas ao longo de seu percurso. A melhoria das condições de circulação proporcionada pela pavimentação da rodovia facilitou o transporte de mercadorias e ampliou o acesso a mercados regionais e internacionais. Essa dinâmica contribuiu para estimular a expansão da pecuária bovina e, mais recentemente, a introdução de culturas agrícolas voltadas à produção de grãos em determinadas áreas do estado.

Para Oliveira (2007), a expansão das atividades agropecuárias na Amazônia está diretamente associada à abertura de novas frentes de ocupação territorial, impulsionadas por políticas de infraestrutura e pela valorização econômica da terra (Oliveira, 2007, p. 96). Nesse processo, as rodovias desempenham papel decisivo ao possibilitar o acesso a áreas anteriormente isoladas e ao facilitar o escoamento da produção agrícola.

No caso do Acre, a consolidação da Estrada do Pacífico ampliou as possibilidades de integração econômica da região ao conectar o estado a um corredor logístico internacional. Essa conexão fortalece as relações comerciais entre o Brasil e os países andinos, ao mesmo tempo em que abre novas perspectivas para a circulação de produtos agrícolas e industriais.

Entretanto, a expansão das atividades produtivas ao longo desse eixo também levanta questões importantes relacionadas aos impactos ambientais e às transformações na paisagem amazônica. A ampliação das áreas destinadas à pecuária e à agricultura tem contribuído para mudanças significativas no uso do solo, incluindo o avanço do desmatamento e a substituição de áreas de floresta por atividades produtivas.

Assim, o trecho da BR-317 que se estende do entroncamento com a BR-364 até a fronteira com o Peru configura-se como um importante corredor de circulação que articula diferentes escalas territoriais, conectando municípios acreanos, regiões amazônicas e mercados internacionais. Essa dinâmica reforça a importância de analisar as rodovias não apenas como elementos físicos da paisagem, mas como infraestruturas que participam ativamente da produção do espaço geográfico.

## 2.2 Características físicas, socioespaciais e uso do solo na BR-317

Do ponto de vista físico, a rodovia atravessa uma paisagem típica da Amazônia Ocidental, com relevo suavemente ondulado, altitudes entre 150 e 250 metros e solos predominantemente argilosos de baixa fertilidade natural, o que exige correções químicas para fins de agricultura mecanizada. O clima é equatorial úmido, com médias pluviométricas superiores a 2.000 mm anuais, definindo um ciclo de chuvas intensas e um período de estiagem relativo. A vegetação nativa é composta principalmente por floresta tropical densa, ainda presente em alguns trechos, embora já bastante fragmentada pela expansão de áreas antrópicas.

O corredor da BR-317 concentra processos de ocupação que revelam diferentes usos do solo:

- Rio Branco: capital do estado, combina expansão urbana, atividades de serviços e áreas de pecuária e agricultura mecanizada em sua zona rural. Funciona como centro logístico de escoamento da produção agrícola.
- Senador Guiomard: município de transição, apresenta mosaicos de pastagens extensivas e áreas em expansão da soja, com presença crescente de médios produtores.
- Capixaba: considerado o polo inicial da sojicultura no Acre, com forte substituição de pastagens por lavouras mecanizadas, principalmente soja e milho.
- Xapuri: município historicamente marcado pela luta extrativista, hoje apresenta um cenário dual: de um lado, reservas extrativistas e seringais; de outro, áreas convertidas em lavouras de soja, revelando tensões entre modelos de uso do território.

- Brasiléia e Epitaciolândia: municípios gêmeos, na fronteira com a Bolívia, onde o uso do solo combina pecuária extensiva, comércio transfronteiriço e áreas crescentes de grãos, consolidando-se como fronteira agrícola emergente.
- Assis Brasil: no extremo da rodovia, apresenta baixa densidade populacional e uso do solo ainda voltado para pecuária, mas com potencial para expansão agrícola devido à conexão logística com o Peru.

**Tabela 2 - Uso do solo nos municípios atravessados pela BR-317**

| Município | Uso predominante do solo | Usos complementares | Observações |
|---|---|---|---|
| Rio Branco | Expansão urbana e serviços | Pecuária e agricultura mecanizada em áreas rurais | Principal centro logístico e administrativo do estado. |
| Senador Guiomard | Pastagens extensivas | Soja em expansão; agricultura familiar | Município de transição, mosaico de pecuária e lavouras mecanizadas. |
| Capixaba | Agricultura mecanizada (soja e milho) | Pecuária residual; pequenas propriedades | Polo inicial da sojicultura no Acre, com forte conversão de pastagens. |
| Xapuri | Reservas extrativistas e seringais | Soja em expansão; pecuária | Cenário dual: convivência entre extrativismo tradicional e agronegócio. |
| Brasiléia | Pecuária extensiva | Agricultura mecanizada em crescimento | Forte integração com o comércio fronteiriço com a Bolívia. |
| Epitaciolândia | Pecuária extensiva | Agricultura mecanizada (soja em expansão) | Fronteira agrícola emergente na região de fronteira. |
| Assis Brasil | Pecuária extensiva e baixa densidade produtiva | Agricultura incipiente | Localiza-se no tríplice fronteira; potencial logístico para exportação. |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2024), Embrapa (2023), MapBiomas (2023) e INCRA (2025).

O uso do solo ao longo da BR-317 demonstra uma transição progressiva da pecuária extensiva para a agricultura mecanizada, especialmente nos municípios de Capixaba, Senador Guiomard, Xapuri, Brasiléia e Epitaciolândia. Esse processo é impulsionado pela infraestrutura

viária e pela valorização das terras, mas também gera conflitos fundiários e pressões sobre áreas de floresta. Assim, a BR-317 deve ser entendida como um vetor de transformação socioespacial, onde se articulam interesses econômicos globais, dinâmicas locais e desafios ambientais.

### 2.2.1 Caracterização agroambiental das áreas.

A área de influência da BR-317 está inserida predominantemente no bioma Amazônia, caracterizado por elevada diversidade biológica, clima equatorial úmido e presença de extensas áreas de floresta tropical. As condições ambientais da região incluem temperaturas médias elevadas, altos índices pluviométricos e solos que, em geral, apresentam baixa fertilidade natural.

Segundo Aziz Ab'Saber, a Amazônia apresenta um conjunto de características geoambientais específicas que condicionam as formas de ocupação e uso do território, incluindo a predominância de solos frágeis e ecossistemas altamente sensíveis às intervenções humanas (Ab'saber, 2003, p. 68). Nesse contexto, a expansão das atividades agropecuárias ao longo de rodovias exige atenção especial aos limites ambientais da região.

No estado do Acre, a BR-317 atravessa áreas compostas por diferentes formações vegetais amazônicas, além de bacias hidrográficas importantes que integram o sistema do rio Acre. Essas características naturais influenciam diretamente a organização das atividades produtivas e os processos de ocupação territorial. A expansão da pecuária bovina tem sido um dos principais fatores de transformação da paisagem ao longo da rodovia. Grandes áreas de floresta foram convertidas em pastagens, processo que altera significativamente a dinâmica ecológica da região.

A caracterização agroambiental das áreas situadas ao longo da BR-317 envolve a análise integrada de elementos naturais e produtivos, como clima, relevo, solos, cobertura vegetal e aptidão agrícola das terras. Essas características condicionam as formas de uso do território e influenciam diretamente a organização das atividades econômicas na região.

De acordo com estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, o estado do Acre apresenta grande diversidade de ambientes naturais, com predominância de solos de média a baixa fertilidade natural e elevada suscetibilidade à degradação quando submetidos a usos inadequados. Os relatórios de aptidão agrícola indicam que muitas áreas possuem limitações para o cultivo intensivo, sendo mais adequadas para sistemas agroflorestais ou para a pecuária extensiva (EMBRAPA, 2013).

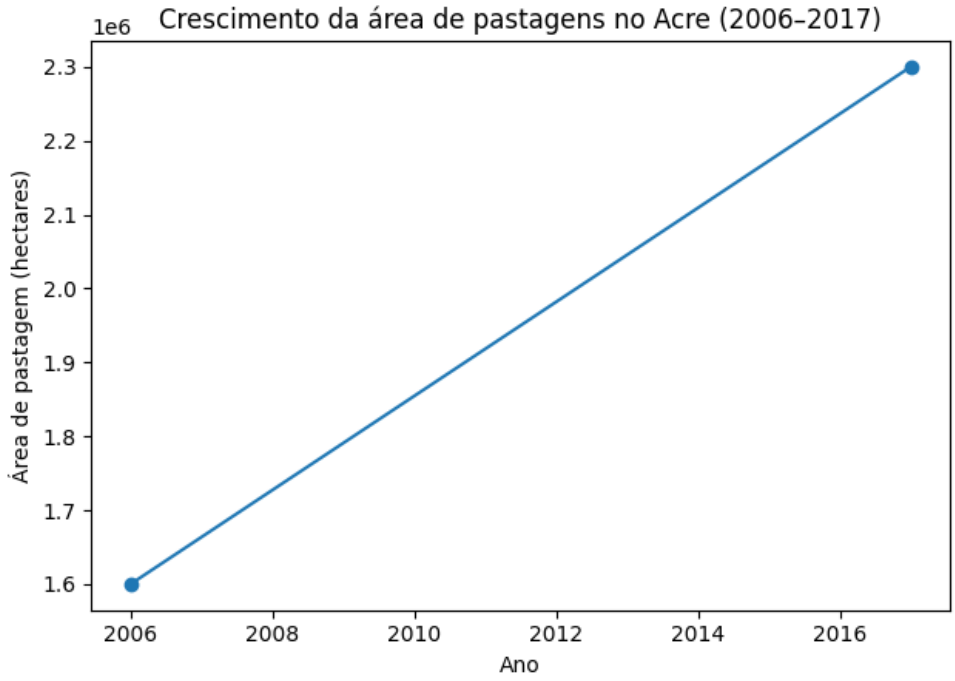
Do ponto de vista climático, a região apresenta clima equatorial úmido, caracterizado por temperaturas elevadas ao longo do ano e altos índices pluviométricos. Essas condições

favorecem o desenvolvimento da floresta tropical amazônica, mas também exigem práticas adequadas de manejo do solo para evitar processos de erosão e perda de nutrientes.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, obtidos por meio dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, demonstram que a estrutura produtiva do Acre é fortemente marcada pela presença da pecuária bovina. Entre esses dois períodos censitários, observou-se crescimento significativo da área destinada a pastagens, indicando a expansão das atividades pecuárias em diversas regiões do estado.

O gráfico e a tabela a seguir mostra essa expansão marcada pela presença da pecuária bovina.

**Gráfico 1 - Crescimento da área de pastagens no Acre (2006–2017)**




Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006 e 2017.

**Tabela 3 - Crescimento da área de pastagens no Acre (2006–2017)**

| Ano | Área de pastagem (ha) |
|---|---|
| 2006 | 1.600.000 |
| 2017 | 2.300.000 |

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006 e 2017.

Os dados do Censo Agropecuário indicam expansão significativa das áreas de pastagens no estado do Acre entre 2006 e 2017. Nesse período, a área destinada à pecuária passou de aproximadamente 1,6 milhão para 2,3 milhões de hectares, evidenciando o fortalecimento da bovinocultura na estrutura produtiva regional (IBGE, 2006; IBGE, 2017).

### 2.2.2 As cidades situadas no circuito da BR-317

A rodovia BR-317 constitui um importante eixo de circulação no estado do Acre, articulando cidades com diferentes funções econômicas e territoriais. Ao longo de seu percurso destacam-se os municípios de Rio Branco, Senador Guiomard, Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil. Esses centros urbanos integram a região do Baixo Acre e Alto Acre, considerada a área mais dinâmica do estado tanto do ponto de vista populacional quanto econômico.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Vale do Acre junto com o Alto Acre concentra aproximadamente 55% da população do estado, reunindo a maior parte das atividades econômicas, administrativas e comerciais da região. Essa concentração populacional reforça o papel dessas cidades como polos articuladores da rede urbana acreana e evidencia a importância das rodovias federais na integração territorial do estado (IBGE, 2020).

A cidade de Rio Branco, capital do Acre, desempenha papel central na organização socioespacial da região. O município concentra grande parte da infraestrutura urbana, serviços públicos, instituições administrativas e atividades comerciais do estado. Além disso, a cidade atua como principal polo logístico para a circulação de mercadorias provenientes de outras regiões do Brasil. Segundo Hundertmarck e Karnopp (2022), Rio Branco reúne a maior parte dos agentes econômicos ligados às cadeias produtivas regionais, especialmente aquelas relacionadas à pecuária bovina, ao comércio e ao setor de serviços. A centralidade da capital também se reflete em sua influência sobre os municípios vizinhos, que mantêm fortes relações econômicas e sociais com a cidade. Essa centralidade reforça a dependência funcional das cidades menores em relação à capital e estabelece uma dinâmica de complementaridade entre os centros urbanos ao longo da BR-317.

Próximo à capital, o município de Senador Guiomard desempenha papel importante na articulação regional entre Rio Branco e as cidades localizadas mais ao sul do estado. Historicamente vinculado às atividades agrícolas e extrativistas, o município passou por transformações significativas após a construção das rodovias federais que conectam o Acre ao restante do país. Atualmente, destacam-se no município atividades ligadas à produção agrícola, pecuária e ao comércio regional, além de sua função como área de expansão urbana da capital

acreana. Essa integração com Rio Branco reforça o papel de Senador Guiomard como elo entre a capital e os municípios localizados ao longo do corredor rodoviário que segue em direção às áreas de fronteira.

Seguindo pelo eixo da rodovia, encontra-se o município de Xapuri, conhecido historicamente por sua importância durante o ciclo da borracha e por seu papel na luta socioambiental liderada por Chico Mendes. O município possui forte tradição extrativista e está inserido na área de influência da Reserva Extrativista Chico Mendes, onde predominam atividades como a extração de borracha, castanha-do-Brasil e sistemas agroflorestais. Apesar de sua relevância histórica e ambiental, Xapuri também enfrenta desafios relacionados ao crescimento urbano e à expansão das atividades agropecuárias na região. A proximidade com áreas de floresta preservada e unidades de conservação torna o município um espaço de disputa entre modelos de desenvolvimento baseados na conservação ambiental e na expansão da fronteira agrícola. Nesse contexto, Xapuri funciona como um ponto de transição entre áreas mais urbanizadas próximas à capital e regiões de maior influência das dinâmicas agropecuárias do Alto Acre, reforçando a continuidade territorial entre as cidades do corredor da BR-317.

Mais ao sul, destaca-se o município de Brasiléia, localizado na fronteira entre Brasil e Bolívia. A cidade mantém forte interação econômica com o município boliviano de Cobija, formando um espaço urbano transfronteiriço caracterizado por intensos fluxos comerciais e populacionais. As atividades econômicas da região estão associadas principalmente ao comércio, à pecuária e à agricultura regional. No entanto, estudos indicam que Brasiléia apresenta desafios estruturais semelhantes aos de muitas cidades amazônicas, incluindo limitações na infraestrutura urbana e vulnerabilidade a eventos naturais, como enchentes associadas ao regime hidrológico dos rios amazônicos (Negreiros et al., 2024). A dinâmica urbana de Brasiléia está fortemente conectada às cidades vizinhas do corredor rodoviário, especialmente Xapuri e Assis Brasil, formando um sistema urbano regional articulado pelas redes de circulação.

Por fim, o município de Assis Brasil representa o ponto final da rodovia no território brasileiro, situando-se na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia. A cidade ganhou importância estratégica com a consolidação da chamada Estrada do Pacífico, que conecta o Acre aos portos peruanos no oceano Pacífico. Essa posição geográfica favorece a intensificação das relações comerciais e de mobilidade internacional. Entretanto, estudos indicam que a expansão das atividades agropecuárias e o aumento do desmatamento no entorno da cidade têm gerado impactos ambientais significativos, afetando inclusive atividades econômicas locais.

Brown et al. (2002) destacam que o avanço do desmatamento ao redor de Assis Brasil já provocou escassez de madeira utilizada na construção civil, levando à importação desse recurso a partir do território peruano. Esse cenário evidencia a necessidade de estratégias de manejo sustentável e planejamento territorial que conciliem o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental.

Dessa forma, as cidades localizadas ao longo da BR-317 apresentam funções complementares na organização territorial do Acre. Enquanto Rio Branco exerce papel de polo regional, municípios como Senador Guiomard atuam como áreas de articulação urbana e expansão econômica. Xapuri destaca-se pela importância histórica e socioambiental, enquanto Brasiléia e Assis Brasil assumem funções estratégicas nas relações transfronteiriças. Essa complementaridade evidencia que a dinâmica urbana do corredor da BR-317 não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim como parte de um sistema regional integrado, no qual as cidades desempenham papéis distintos, porém interdependentes.

### 2.3 Da pecuária para a soja: fatores da transição produtiva na BR-317

Historicamente, a pecuária extensiva foi a principal atividade econômica ao longo da BR-317, resultado de políticas de colonização da Amazônia implementadas desde os anos 1970. O modelo se consolidou como estratégia de ocupação do território, com baixo custo de implantação e função de valorização fundiária. Entretanto, esse sistema apresentou limitações: baixa produtividade, degradação de pastagens e pouca inserção em cadeias globais de valor. Como lembra Delgado (2012) a modernização conservadora do campo brasileiro produziu um padrão de crescimento agrícola que reforçou a concentração fundiária e manteve estruturas de baixa eficiência em diversas áreas da Amazônia. Nesse contexto, a pecuária extensiva constituiu, em grande medida, um mecanismo de apropriação territorial mais do que uma estratégia produtiva eficiente (Delgado 2012, p. 45).

Nesse contexto, a soja pode ter surgido como alternativa capaz de reposicionar a economia regional. A pavimentação da BR-317 em 2002 foi decisiva, pois diminui custos logísticos e aproximou o Acre de portos e mercados consumidores, sobretudo com a perspectiva de escoamento pela rota interoceânica até o Peru. Essa infraestrutura consolidou um corredor agroexportador, criando condições para a mecanização agrícola. Becker (2005) aponta que as rodovias amazônicas não podem ser vistas apenas como obras de infraestrutura, mas como vetores de reorganização territorial. Ao criarem corredores logísticos, transformam áreas periféricas em novos espaços de valorização econômica (Becker, 2005).

Outro fator decisivo é o processo de valorização da terra. Enquanto áreas de pecuária extensiva geram baixa renda por hectare, o cultivo de grãos aumenta o valor econômico do solo, tornando-o mais atrativo para médios e grandes produtores. Isso estimula investimentos em silos, correção de solos e aquisição de maquinário. A soja passou, assim, a representar não apenas uma cultura agrícola, mas também um ativo financeiro. Nesse sentido, Santos (1996) destaca que o território é usado como recurso quando novas técnicas se implantam, o valor do solo se altera, modificando hierarquias locais e redes de poder.

Do ponto de vista socioambiental, a substituição de pastagens por lavouras mecanizadas também foi favorecida por políticas de intensificação agrícola e pressões para reduzir o desmatamento direto sobre florestas. Em muitos casos, a soja ocupou áreas já degradadas, apresentando-se como alternativa de "uso racional" dessas terras, ainda que sua expansão exerça efeitos indiretos sobre a dinâmica do desmatamento.

Por fim, a inserção da soja no Acre parece responder a uma lógica de integração com o agronegócio nacional e internacional. A demanda crescente por grãos, impulsionada pela produção de ração animal e biocombustíveis, ampliou os incentivos econômicos. A região da BR-317, próxima à fronteira e aos centros urbanos de Rio Branco e Cobija, tornou-se estratégica para consolidar o Acre como parte da nova fronteira agrícola amazônica. Assim, a transição de áreas antes destinadas à pecuária para a produção de soja ao longo da BR-317 resulta de uma combinação de fatores estruturais: limitações do modelo pecuário extensivo, melhoria da logística regional, valorização fundiária, políticas de modernização agrícola e integração aos mercados globais.

Para sintetizar os fatores que explicam a atual transição, o quadro abaixo compara as principais características da pecuária extensiva e da sojicultura ao longo da BR-317:

**Tabela 4 - Comparação entre a pecuária extensiva e a sojicultura na região da BR-317**

| Aspecto | Pecuária extensiva | Soja (agricultura mecanizada) |
|---|---|---|
| **Produtividade** | Baixa, dependente de grandes áreas; 0,5–1,0 cabeças/ha em média. | Alta produtividade por hectare, até 60 sacos/ha em áreas adaptadas. |
| **Uso da terra** | Extensas áreas de pastagens, muitas vezes degradadas. | Áreas corrigidas e mecanizadas, uso intensivo de insumos. |

| | | |
|---|---|---|
| **Valor econômico** | Baixa rentabilidade por hectare; valorização fundiária mais lenta. | Maior retorno econômico; valorização acelerada da terra. |
| **Mercados** | Produção voltada ao consumo interno e comércio regional. | Forte inserção em cadeias globais (ração animal, óleo, biocombustíveis). |
| **Impacto fundiário** | Concentração de terras, mas com possibilidade de uso extensivo por médios produtores. | Intensificação da concentração fundiária; pressão sobre pequenos agricultores e comunidades tradicionais. |
| **Impactos ambientais** | Degradação de pastagens e emissão de metano. | Substituição de pastagens degradadas, mas risco de desmatamento indireto e uso intensivo de agrotóxicos. |
| **Integração logística** | Dependente de rodovias precárias, custos elevados. | Favorecida pela pavimentação da BR-317 e integração à rota interoceânica. |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Becker (2005), Santos (1996), Delgado (2012), Fearnside (2017), Embrapa (2023), IBGE (2024).

Portanto, a transição produtiva observada ao longo da BR-317, marcada pela substituição gradual da pecuária extensiva pela sojicultura, sintetiza um processo histórico de reorganização territorial na Amazônia acreana. De atividade de baixa produtividade e voltada majoritariamente à valorização fundiária, a pecuária cedeu espaço a um modelo de agricultura mecanizada que se beneficia da pavimentação da rodovia, da valorização da terra e da inserção em cadeias globais de produção. Essa mudança pode elevar a competitividade econômica da região, como também intensificar as contradições socioambientais, concentrar terras, pressionar comunidades locais e gerar efeitos indiretos sobre o desmatamento.

### 2.3.1 Legados de fases anteriores: o final do século XX a pecuária extensiva e a agricultura familiar

No final do século XX, a organização do espaço agrário na Amazônia Ocidental foi fortemente marcada pela predominância da pecuária extensiva, caracterizada pelo uso de grandes áreas, baixa densidade tecnológica e reduzida produtividade por hectare. Esse modelo produtivo consolidou-se como estratégia de ocupação territorial, especialmente em áreas de fronteira, associando-se à valorização fundiária e à expansão do latifúndio (Fearnside, 2005; Margulis, 2003).

Entre as décadas de 1990 e o início dos anos 2000, observa-se um crescimento expressivo do rebanho bovino na Amazônia Legal, que passou de aproximadamente 26,6 milhões para mais de 64 milhões de cabeças, evidenciando a centralidade da atividade na economia regional (Margulis, 2003). Esse processo esteve diretamente associado ao avanço do desmatamento, uma vez que a abertura de pastagens constituiu um dos principais vetores de supressão da cobertura florestal amazônica (Fearnside, 2005).

As consequências desse processo para o território amazônico foram profundas. O desmatamento em larga escala provocou a perda de biodiversidade, a fragmentação de habitats e alterações nos ciclos hidrológicos e climáticos regionais. Além disso, a substituição da floresta por pastagens simplificou os ecossistemas, reduzindo a resiliência ambiental e ampliando a vulnerabilidade a processos de degradação, como erosão e empobrecimento dos solos (Fearnside, 2005). Para as populações locais, esse avanço implicou mudanças significativas nos modos de vida, especialmente para comunidades tradicionais que dependem diretamente dos recursos florestais para sua subsistência.

Paralelamente, a agricultura familiar desempenhou papel fundamental na produção de alimentos e na ocupação do território. Baseada em sistemas tradicionais, como o corte e queima, essa forma de produção apresentou elevada eficiência relativa no uso da terra, além de contribuir para a manutenção de práticas culturais e conhecimentos tradicionais associados ao manejo sustentável dos recursos naturais (Hurtienne, 2001). A diversidade de cultivos e a integração entre produção e ambiente favoreceram a conservação de espécies e o equilíbrio ecológico em escala local. Além disso, a agricultura familiar desempenhou um papel relevante no fortalecimento das redes sociais rurais, promovendo relações de cooperação, trocas de saberes e organização comunitária. Essas características conferem a esse modelo produtivo uma dimensão que ultrapassa a esfera econômica, sendo fundamental para a reprodução social e cultural das populações amazônicas (Bezerra, 2012).

Entretanto, a expansão da pecuária extensiva impôs limites significativos a esse modo de vida. Ao avançar sobre áreas anteriormente ocupadas por pequenos produtores e comunidades tradicionais, esse modelo produtivo promoveu processos de expropriação, deslocamento e marginalização social. Como resultado, muitos agricultores familiares passaram a ocupar áreas periféricas ou ambientalmente mais frágeis, intensificando a vulnerabilidade socioeconômica.

Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado em áreas rurais do Acre, onde a conversão de sistemas agrícolas diversificados em pastagens reduziu a disponibilidade de terras

para a agricultura familiar. Esse processo está associado à expansão da fronteira agropecuária e à valorização fundiária, que tende a pressionar pequenos produtores e favorecer atividades mais capitalizadas (Margulis, 2003; Fearnside, 2005).

Relatos e estudos sobre a agricultura familiar na Amazônia indicam que, diante dessa pressão, muitas famílias foram obrigadas a adaptar suas estratégias produtivas, seja por meio da redução da diversidade de cultivos, seja pela busca de novas formas de inserção econômica, como a comercialização em mercados locais e a participação em programas institucionais (Hurtienne, 2001; Bezerra, 2012).

Esse quadro evidencia a constituição de um território marcado por racionalidades conflitantes de um lado, a lógica do agronegócio e da pecuária extensiva, orientada pela maximização econômica e pela integração ao mercado; de outro, as práticas da agricultura familiar, voltadas à reprodução social e à sustentabilidade. Essa interpretação pode ser compreendida a partir da noção de território usado, na qual diferentes agentes produzem usos distintos e, muitas vezes, conflitantes do espaço (Santos, 2008).

Além disso, os legados desse período continuam a influenciar as dinâmicas contemporâneas. A predominância histórica da pecuária extensiva dificulta a implementação de políticas de conservação ambiental, uma vez que está associada à ocupação de grandes extensões e à manutenção de práticas pouco intensivas em tecnologia (Fearnside, 2005). Por outro lado, a agricultura familiar apresenta potencial estratégico para a construção de alternativas sustentáveis, especialmente quando articulada a políticas públicas e inovação tecnológica apropriada (Schneider, 2010).

### 2.3.2 A retomada do avanço da fronteira no século XXI e o princípio da adoção do plantio comercial de grãos

A partir do início do século XXI, observa-se uma reconfiguração da fronteira agrícola amazônica, marcada pela intensificação produtiva e pela introdução do agronegócio de grãos. Esse processo está associado à expansão do capital agrícola oriundo do Centro-Oeste, especialmente do estado do Mato Grosso, promovendo a difusão de novas técnicas, insumos e modelos produtivos (Becker, 2005).

A expansão da soja e de outras *commodities* agrícolas tem ocorrido, em grande medida, sobre áreas anteriormente ocupadas por pastagens e pela agricultura familiar, desencadeando um processo de substituição dessas atividades e de deslocamento para novas áreas de fronteira (Silva, 2021). Esse movimento expressa a dinâmica de reterritorialização do capital agrário, na

qual novas áreas são incorporadas ao circuito produtivo global, promovendo a reorganização do espaço e intensificando as desigualdades socioespaciais (Oliveira, 2007; Silva, 2021).

Além disso, a adoção de tecnologias como o plantio direto, o uso de sementes adaptadas e os sistemas integrados de produção (ILPF – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta) tem contribuído para o aumento da produtividade e para a viabilização da agricultura mecanizada em áreas anteriormente consideradas marginais (EMBRAPA, 2018). Nesse contexto, a região Norte passa a integrar de forma mais significativa o circuito nacional e internacional do agronegócio, com destaque para o crescimento da produção de soja em estados como Acre, Rondônia e Roraima (IBGE, 2024).

Entretanto, essa intensificação produtiva também tem gerado impactos socioambientais significativos. A expansão das áreas agrícolas está associada ao aumento do desmatamento, à fragmentação de ecossistemas e às mudanças no uso do solo, com efeitos diretos sobre a biodiversidade e os serviços ambientais. Além disso, o avanço do agronegócio tem provocado conflitos fundiários e o deslocamento de populações tradicionais, incluindo comunidades ribeirinhas e agricultores familiares, agravando desigualdades sociais historicamente presentes na região (Fearnside, 2005). Nesse contexto, a região Norte passa a integrar de forma mais significativa o circuito nacional e internacional do agronegócio. Dados recentes indicam o crescimento da produção de soja em estados como Acre, Rondônia e Roraima, evidenciando a consolidação de uma nova fronteira agrícola (IBGE, 2024).

**Tabela 5 - Evolução da produção de soja (toneladas) na Região Norte (2010–2024)**

| Ano | Acre (t) | Rondônia (t) | Roraima (t) |
|---|---|---|---|
| 2010 | 5.000 | 300.000 | 20.000 |
| 2015 | 12.000 | 600.000 | 80.000 |
| 2020 | 25.000 | 1.200.000 | 200.000 |
| 2024 | 36.900 | 2.700.000 | 477.000 |

Fonte: IBGE (2024). Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (adaptado).

A evolução da produção de soja na Região Norte evidencia o avanço da fronteira agrícola e a consolidação do agronegócio de grãos. Observa-se um crescimento significativo, especialmente em estados como Rondônia e Roraima, que apresentam forte expansão produtiva ao longo das últimas décadas. No Acre, embora os volumes ainda sejam menores, nota-se um

aumento contínuo, indicando a inserção progressiva do estado no circuito produtivo das commodities agrícolas (IBGE, 2024).

Esse crescimento reforça a tendência de intensificação produtiva e modernização agrícola, ao mesmo tempo em que evidencia a incorporação da região ao mercado nacional e internacional de grãos.

Assim, a retomada da fronteira no século XXI não se caracteriza apenas pela expansão territorial, mas sobretudo pela modernização produtiva e pela inserção no mercado global de *commodities*.

### 2.3.3 O agronegócio de grãos e a transição produtiva atual no Eixo da BR - 317

O eixo da BR-317, que conecta o estado do Acre às fronteiras internacionais com Peru e Bolívia, tem se consolidado como um importante vetor de transformação territorial e produtiva na Amazônia Ocidental. A melhoria da infraestrutura logística e a integração regional têm favorecido a circulação de mercadorias, insumos e capitais, impulsionando a expansão do agronegócio e a inserção da região em circuitos econômicos mais amplos (Brasil, 2020).

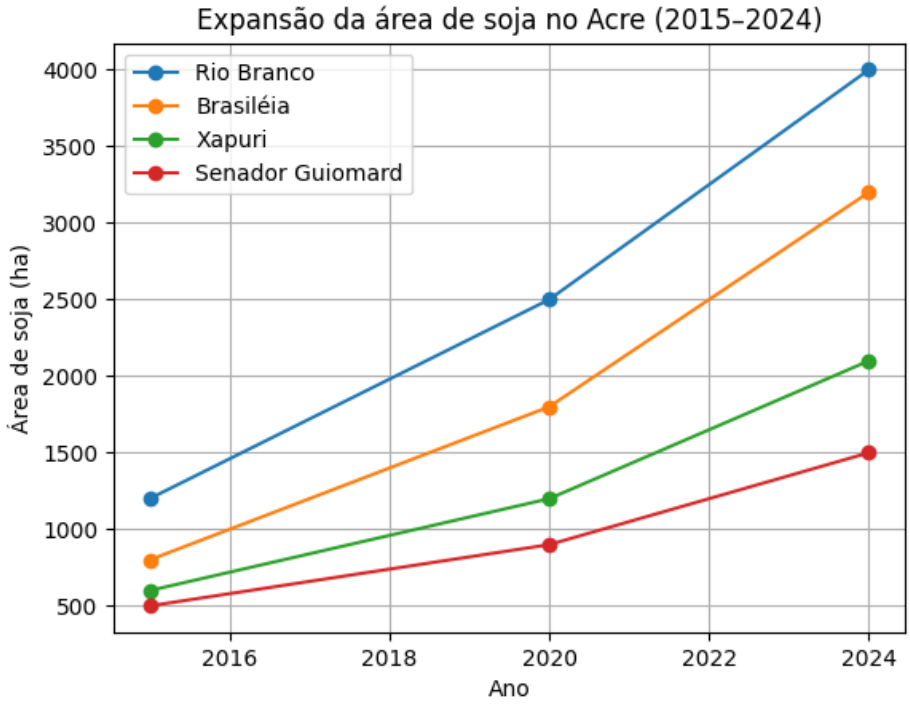
Nesse contexto, tem-se observado uma transição produtiva caracterizada pela substituição progressiva da pecuária extensiva por sistemas agrícolas voltados à produção de grãos, especialmente soja e milho. Enquanto a pecuária extensiva demanda grandes áreas, baixo nível tecnológico e apresenta reduzida produtividade por hectare, a produção de grãos baseia-se na mecanização intensiva, no uso de insumos modernos e em elevada produtividade, tornando-se economicamente mais atrativa diante da crescente valorização das terras (Becker, 2005).

No estado do Acre, essa mudança estrutural torna-se evidente a partir da expansão recente da soja nos trechos das BR – 317 e BR – 364. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE indicam crescimento contínuo da produção, ainda que em menor escala em relação a outros estados da região Norte, sinalizando a consolidação de uma nova frente agrícola (IBGE, 2024). Esse avanço ocorre, em grande medida, sobre áreas anteriormente ocupadas por pastagens, reforçando a intensificação do uso do solo.

Evidências baseadas em dados mostram mudanças na estrutura das terras. Entre 2015 e 2020, por exemplo, houve diminuição do número de pequenas propriedades em certas regiões do Acre, enquanto aumentava a presença de fazendas voltadas à produção de *commodities* agrícolas, como a soja. Isso revela uma tendência de concentração de terras ligada à expansão do agronegócio (INCRA, 2020). Esse movimento intensifica desigualdades no acesso à terra e pressiona agricultores familiares a se deslocarem ou adaptarem suas estratégias produtivas.

O gráfico a seguir evidencia a expansão da área cultivada com soja em municípios do Acre entre 2015 e 2024, destacando crescimento contínuo em todas as localidades analisadas. Municípios como Brasiléia e Rio Branco apresentam os maiores incrementos, reforçando o papel do eixo da BR-317 na dinamização da produção agrícola. Observa-se que, no período analisado, a área plantada mais que dobrou em todos os municípios, indicando a intensificação do uso do solo e a consolidação do agronegócio de grãos na região. Esse crescimento está diretamente relacionado à melhoria da infraestrutura, à valorização das terras e à inserção do Acre no circuito produtivo das commodities agrícolas.

**Gráfico 2 - Expansão da área de soja em municípios do Acre (2015–2024)**




Fonte: IBGE (2024). Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Elaboração própria.

A adoção de sistemas integrados de produção, como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), tem desempenhado papel relevante nesse processo de transição. No município de Brasiléia, por exemplo, projetos-piloto tem demonstrado que a implementação desses sistemas contribui para o aumento da produtividade, a recuperação de áreas degradadas e a diversificação das atividades econômicas. Esses sistemas permitem a rotação entre culturas agrícolas, pastagens e componentes florestais, promovendo maior eficiência no uso do solo e redução da pressão por abertura de novas áreas (EMBRAPA, 2018).

Apesar dos avanços tecnológicos e produtivos, essa transição também implica impactos socioambientais significativos. A expansão das monoculturas está associada ao aumento do desmatamento, à simplificação dos ecossistemas e à intensificação do uso de insumos químicos, com possíveis efeitos sobre a qualidade do solo e dos recursos hídricos. Além disso, o avanço do agronegócio tem provocado transformações nos modos de vida locais, incluindo o deslocamento de populações tradicionais e a reconfiguração das relações de trabalho no campo (Fearnside, 2005).

Nesse sentido, o eixo da BR-317 evidencia a coexistência de diferentes racionalidades territoriais de um lado, a lógica do agronegócio, orientada pela produtividade, pela exportação e pela integração ao mercado global; de outro, formas tradicionais de uso da terra, associadas à agricultura familiar e à reprodução social das comunidades locais. Essa tensão revela que a transição produtiva não ocorre de forma homogênea, mas como resultado de disputas pelo uso e controle do território.

Dessa forma, o eixo da BR-317 exemplifica a nova fase da fronteira agrícola amazônica, marcada não apenas pela modernização produtiva, mas também por profundas transformações socioespaciais. A substituição do modelo extensivo pelo intensivo redefine o uso da terra, reestrutura as relações sociais no campo e impõe novos desafios para a conciliação entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e justiça social

# CAPÍTULO 3 – TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E PERCEPÇÕES LOCAIS SOBRE A EXPANSÃO DA SOJA: TRECHO DO ENTRONCAMENTO A DIVISA COM O AMAZONAS NA BR-317

Este capítulo concentra a análise empírica da pesquisa, fundamentada em dados secundários, observação de campo, e entrevistas realizadas ao longo do trecho da BR-317 compreendido no entroncamento do município de Boca do Acre (AM). A partir desse recorte espacial, busca-se compreender as transformações socioeconômicas e territoriais associadas à expansão recente do agronegócio de grãos na região estudada.

Como visto, o avanço recente do agronegócio de grãos na Amazônia tem provocado profundas transformações no uso do território, nas relações sociais e nas dinâmicas econômicas locais. No estado do Acre, essas mudanças tornam-se particularmente visíveis ao longo do eixo da BR-317, onde a expansão da soja e do milho vem reconfigurando áreas historicamente ocupadas pela pecuária extensiva e pela agricultura familiar.

Neste contexto, o presente capítulo foca nas transformações socioeconômicas e nas percepções locais associadas à expansão do agronegócio de grãos no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-364 e a divisa com o estado do Amazonas. Trata-se de um recorte espacial estratégico, marcado pela intensificação recente de atividades agrícolas mecanizadas e pela crescente inserção do território nos circuitos produtivos do agronegócio.

A análise parte do entendimento da fronteira amazônica como um processo dinâmico e em permanente reconfiguração, no qual diferentes formas de uso da terra se sobrepõem e disputam espaço. Nesse sentido, o avanço da agricultura de grãos não ocorre em um território vazio, mas sobre áreas já estruturadas por atividades anteriores, especialmente a pecuária e os sistemas de produção familiar, gerando tensões, adaptações e novas formas de organização territorial.

Além disso, considera-se que a expansão do agronegócio não se limita a uma dimensão produtiva, mas envolve mudanças mais amplas, como a valorização fundiária, a reestruturação do mercado de trabalho, a intensificação de fluxos econômicos e a emergência de conflitos,

muitas vezes deslocados ou pouco visíveis. A BR-317, nesse processo, assume papel central, atuando como eixo estruturador das transformações territoriais, ao favorecer a circulação, atrair investimentos e conectar a região a mercados mais amplos.

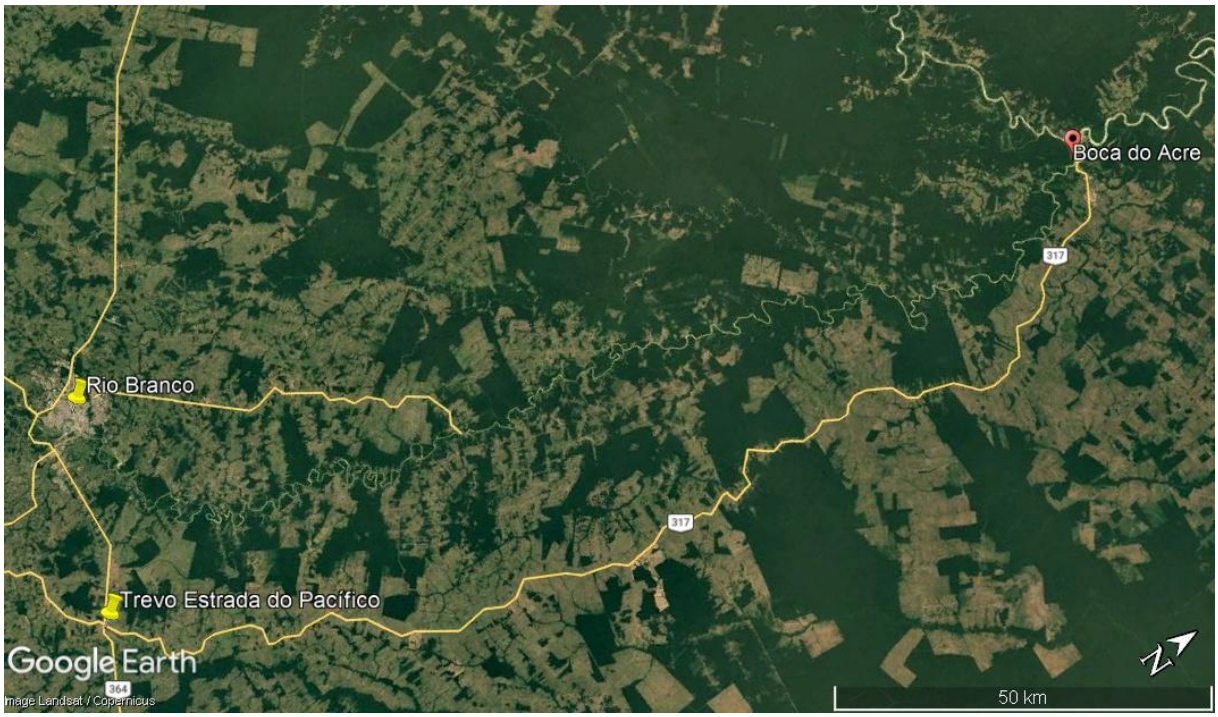
Para compreender essas dinâmicas, o capítulo articula análise de dados secundários, informações estatísticas e, sobretudo, percepções de atores locais, buscando evidenciar como essas transformações são vivenciadas no cotidiano das comunidades. Assim, são abordados aspectos relacionados à caracterização do território, ao processo histórico de formação das áreas, à expansão do agronegócio, ao perfil dos produtores, aos efeitos socioeconômicos e aos indícios de conflitos associados a esse novo momento da fronteira. O capítulo contribui para compreender como o avanço do agronegócio de grãos redefine o território ao longo da BR-317, evidenciando não apenas suas potencialidades econômicas, mas também as contradições e desafios que marcam a produção do espaço na Amazônia contemporânea.

## 3.1 Caracterização e especificidades do trecho em estudo: entroncamento a divisa Acre/Amazonas

O trecho em análise, compreendido entre o entroncamento rodoviário e a divisa entre os estados do Acre e Amazonas, insere-se em uma área estratégica da BR-317, configurando-se como importante eixo de integração regional na Amazônia Ocidental. Essa rodovia desempenha papel fundamental na articulação entre diferentes porções territoriais, conectando áreas historicamente marcadas por processos de ocupação recente, mobilidade populacional e reestruturação produtiva.

No estado do Acre, a BR-317 estende-se até o município de Boca do Acre, estabelecendo conexão direta com o território acreano. Esse município apresenta dinâmicas populacionais que evidenciam a influência da infraestrutura viária, segundo dados do IBGE (2022), Boca do Acre possui população estimada em aproximadamente 35 mil habitantes, com crescimento associado à intensificação das atividades agropecuárias e à ampliação da acessibilidade regional. Estudos do INCRA (2021) também apontam que áreas próximas a eixos rodoviários têm registrado novas frentes de ocupação, reforçando o papel da infraestrutura como elemento indutor da reorganização territorial.

**Figura 2 - Área de Estudo ao Longo da BR-317**




Fonte: Google Earth (2026), elaborado pela autora.

A compreensão desse espaço pode ser aprofundada a partir das contribuições de Nascimento (1985), que analisa a ocupação da Amazônia como resultado de fluxos migratórios e políticas de colonização para ocupação da Amazônia, especialmente no Acre, não ocorreu de forma espontânea, mas esteve diretamente vinculada a fluxos migratórios induzidos por condições estruturais externas à região. Os migrantes, em sua maioria oriundos do Sul do país, deslocaram-se em busca de terra e melhores condições de vida, impulsionados tanto pela expulsão de suas áreas de origem quanto pelas políticas estatais de colonização. Esse movimento resultou na constituição de novas territorialidades, marcadas pela adaptação a um ambiente distinto e pela reorganização das práticas produtivas, evidenciando que a fronteira amazônica é, antes de tudo, um espaço socialmente construído (Nascimento, 1985).

Essa perspectiva permite compreender que o trecho da BR-317 não é apenas um corredor logístico, mas parte de um processo histórico mais amplo de ocupação da Amazônia, no qual a mobilidade populacional e a busca por terra desempenham papel central. Nesse contexto, a rodovia assume função estruturante, conforme também indicado por Nascimento (1985) a abertura de vias de acesso e a ampliação da infraestrutura de circulação desempenharam papel fundamental na consolidação da ocupação da Amazônia, ao facilitar o deslocamento de pessoas e a circulação de mercadorias. Essas estruturas não apenas conectam

regiões, mas também atuam como elementos indutores de transformação territorial, ao promover a incorporação de novas áreas ao circuito produtivo e estimular a valorização da terra (Nascimento, 1985).

A partir dessa leitura, a BR-317 pode ser interpretada como vetor de expansão territorial, favorecendo a incorporação de áreas do sul do Amazonas a dinâmicas produtivas mais intensas, especialmente aquelas vinculadas à agropecuária.

Uma das principais especificidades do trecho em estudo é seu caráter de zona de transição territorial, conectando dinâmicas mais consolidadas no Acre com áreas do sul do Amazonas ainda em processo de integração recente. Dados do MapBiomas (2023) indicam aumento expressivo das áreas destinadas à agropecuária no município de Boca do Acre, com expansão de pastagens e transformação do uso do solo ao longo das últimas décadas. Esse processo também se relaciona com mudanças na estrutura fundiária. Conforme Silva et al. (2019), a expansão agropecuária no sul do Amazonas tem sido acompanhada por maior concentração de terras e intensificação da produção voltada ao mercado, especialmente em áreas com acesso facilitado por rodovias.

Durante as atividades de campo realizadas no trecho estudado, observou-se a predominância de áreas convertidas em pastagens ao longo da BR-317, intercaladas por novas áreas destinadas ao cultivo mecanizado de grãos. Também foi possível identificar mudanças recentes na paisagem rural, marcadas pela presença de maquinário agrícola, ampliação de áreas abertas e circulação de caminhões vinculados à produção agropecuária.

Outro aspecto central na caracterização do trecho é a presença de Terras Indígenas e territórios tradicionalmente ocupados, como as Terras Indígenas Apurinã. A coexistência de diferentes formas de uso do território evidencia a complexidade socioespacial da região, como destacado por Nascimento (1985) a chegada de novos grupos sociais à região amazônica intensificou os conflitos pela terra, uma vez que diferentes formas de uso e apropriação do território passaram a coexistir. De um lado, populações tradicionais vinculadas ao extrativismo; de outro, migrantes que introduzem práticas agrícolas voltadas à produção e à comercialização. Essa sobreposição de interesses evidencia que a fronteira não é um espaço vazio, mas um território de disputas (Nascimento, 1985).

No contexto atual, essa análise pode ser ampliada para incluir os conflitos envolvendo o avanço da pecuária e do agronegócio, que exercem pressão sobre territórios indígenas e áreas de floresta. Dados do INPE (2022) demonstram que regiões próximas a rodovias apresentam maiores taxas de desmatamento, reforçando a relação entre infraestrutura e transformação

ambiental. Esse processo também pode ser interpretado à luz das transformações do espaço descritas por Nascimento onde a autora fala que: a ocupação da Amazônia implicou profundas transformações no espaço geográfico, resultantes da introdução de novas práticas produtivas e da reorganização das relações sociais. A terra passa a ser incorporada à lógica mercantil, adquirindo importância econômica crescente, o que redefine as dinâmicas locais e insere a região em circuitos mais amplos de produção (Nascimento, 1985).

Essa lógica é fundamental para compreender o avanço contemporâneo de atividades como a pecuária e a soja, especialmente em áreas conectadas por eixos logísticos como a BR-317. Por fim, destaca-se que o trecho em estudo deve ser entendido como parte de um processo contínuo de expansão da fronteira amazônica, a fronteira amazônica não deve ser entendida como um limite fixo, mas como um processo dinâmico de expansão, no qual novos espaços são constantemente incorporados à lógica econômica dominante, impulsionados por fatores como infraestrutura e interesses econômicos (Nascimento, 1985).

Dessa forma, o trecho entre o entroncamento da BR – 364 com a BR – 317 e a divisa Acre/Amazonas caracteriza-se como um espaço de múltiplas dimensões logísticas, econômicas, sociais e ambientais, no qual se articulam processos históricos de ocupação e dinâmicas contemporâneas de transformação territorial. A análise evidencia que a BR-317 atua como elemento estruturador dessas dinâmicas, intensificando fluxos, redefinindo usos da terra e ampliando as disputas territoriais na Amazônia.

### 3.1.1 Territórios dos municípios e das vilas na área

O território compreendido no trecho em estudo ao longo da BR-317 abrange áreas pertencentes a diferentes municípios do estado do Acre, destacando-se Senador Guiomard e Porto Acre, onde se localizam, respectivamente, a Vila Pia e a Vila Caquetá. Essa configuração evidencia que a dinâmica territorial da região não se limita a um único município, mas resulta da articulação entre diferentes unidades administrativas conectadas pela rodovia.

A Vila Pia, situada no município de Senador Guiomard, possui sua origem vinculada ao antigo Seringal Humaitá, inserindo-se em uma lógica histórica de ocupação associada à economia da borracha. A formação da localidade está relacionada às estruturas do sistema seringalista, posteriormente transformadas com a implementação de projetos de colonização e reforma agrária (Silva, 2017). A presença da BR-317 desempenhou papel fundamental nesse contexto, ao favorecer a circulação, o acesso e a consolidação da vila como núcleo comunitário (Silva, 2017).

Por sua vez, a Vila Caquetá, localizada no município de Porto Acre, apresenta uma formação diretamente vinculada à criação do Projeto de Assentamento Caquetá, inserindo-se no contexto das políticas de reforma agrária implementadas no Acre a partir das últimas décadas do século XX. Diferentemente da Vila Pia, cuja origem está associada ao sistema seringalista, a Vila Caquetá resulta de um processo mais recente de reorganização territorial, promovido pela atuação do Estado por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o objetivo de regularizar áreas ocupadas e promover a fixação de famílias camponesas.

A formação dessas vilas reflete a dinâmica histórica da Amazônia Ocidental, marcada inicialmente pela presença de populações indígenas que ocuparam e transformaram o território por milênios e, posteriormente, pela incorporação dessas áreas à economia extrativista e às políticas de integração nacional. A ocupação da região intensificou-se a partir do final do século XIX, com o avanço da borracha e, mais tarde, com a expansão da fronteira agrícola (Carneiro, 2025).

Nesse contexto, a BR-317 desempenha papel estruturador, conectando diferentes municípios e promovendo a formação de núcleos populacionais ao longo de seu traçado. As vilas, como Vila Pia e Vila Caquetá, assumem função de intermediação territorial, articulando áreas rurais e centros urbanos, além de desempenharem papel relevante no escoamento da produção e na organização social das comunidades.

A base econômica dessas localidades está predominantemente associada à pecuária e à agricultura, com presença de pequenos produtores e crescente inserção em circuitos produtivos regionais. Ao mesmo tempo, essas áreas apresentam características típicas de territórios de fronteira, marcados por transformações rápidas, disputas pelo uso da terra e reconfigurações constantes do espaço.

Dessa forma, o território analisado configura-se como um espaço dinâmico e em permanente transformação, no qual se articulam processos históricos de ocupação, mobilidade populacional e expansão das atividades econômicas, evidenciando o papel da BR-317 na produção de novas territorialidades na Amazônia.

### 3.1.2 Caracterização geoambiental do trecho

O trecho em estudo, localizado no leste do estado do Acre, abrangendo áreas dos municípios de Senador Guiomard e Porto Acre, insere-se no domínio da Amazônia Sul Ocidental, apresentando características geoambientais típicas de ambientes equatoriais úmidos.

Essa região é marcada por forte interação entre clima, relevo, solos, vegetação e hidrografia, elementos que condicionam diretamente o uso e a ocupação do território.

O clima predominante é o equatorial quente e úmido, caracterizado por elevadas temperaturas médias anuais, geralmente em torno de 24 °C a 26 °C, e altos índices pluviométricos, que podem ultrapassar 2.000 mm anuais. Essas condições climáticas favorecem elevados níveis de umidade e uma dinâmica hidrológica intensa, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano, ainda que com uma estação menos chuvosa definida (Acre, 2010; IBGE, 2005).

A cobertura vegetal original da região é composta predominantemente por floresta ombrófila amazônica, caracterizada por alta biodiversidade e estrutura densa. Essa vegetação está diretamente associada às condições climáticas e à disponibilidade hídrica, configurando um dos principais elementos de equilíbrio ambiental. No entanto, estudos sobre a Amazônia indicam que áreas próximas a eixos rodoviários apresentam maior conversão da cobertura florestal em pastagens e áreas agrícolas, evidenciando a influência da infraestrutura na transformação da paisagem (EMBRAPA, 2011).

Do ponto de vista geomorfológico, o relevo do Acre insere-se na Depressão da Amazônia Ocidental, sendo predominantemente plano a suavemente ondulado, com altitudes geralmente inferiores a 300 metros. Esse relevo favorece tanto a ocupação humana quanto a expansão de atividades agropecuárias, embora também esteja associado à ocorrência de áreas suscetíveis a processos de inundação, especialmente em planícies fluviais (CPRM, 2016).

Os solos da região apresentam, em geral, baixa fertilidade natural, sendo comuns os Latossolos e Argissolos altamente intemperizados, com elevada acidez e baixos teores de nutrientes. Estudos pedológicos indicam que esses solos possuem limitações para uso agrícola intensivo, exigindo técnicas de manejo adequadas para manutenção da produtividade (EMBRAPA, 2021). Além disso, pesquisas realizadas na Amazônia Sul-ocidental demonstram que a composição química desses solos, com baixos níveis de bases e alta acidez, constitui um fator limitante para determinadas culturas agrícolas (Silva et al., 2021).

A rede hidrográfica é densa e integrada à bacia amazônica, com destaque para rios como o Rio Acre e seus afluentes, além de inúmeros igarapés que estruturam a drenagem regional. Esses cursos d'água desempenham papel fundamental tanto na dinâmica ambiental quanto na ocupação histórica do território, tendo sido, por longos períodos, os principais eixos de circulação antes da consolidação das rodovias (Acre, 2006).

Do ponto de vista ambiental, o trecho apresenta elevada sensibilidade, uma vez que a presença da BR-317 intensifica processos de transformação da paisagem, como desmatamento, fragmentação florestal e expansão de atividades agropecuárias. Esse processo está inserido no contexto mais amplo de avanço da fronteira amazônica, no qual a infraestrutura atua como elemento indutor de mudanças no uso da terra e na organização do espaço (MMA, 2009).

Dessa forma, a caracterização geoambiental do trecho evidencia que as condições naturais do clima, relevo, solos, vegetação e hidrografia não apenas definem as potencialidades e limitações do território, mas também condicionam as formas de ocupação e uso da terra, especialmente em áreas de fronteira em expansão, como aquelas ao longo da BR-317.

### 3.2 Processo histórico da formação das áreas: assentamento e fazendas

A formação das áreas ao longo do trecho estudado na BR-317 entroncamento Boca do Acre (AM) está diretamente relacionada ao processo histórico de ocupação da Amazônia Ocidental, marcado pela transição de uma economia extrativista para uma economia agropecuária, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Esse processo não ocorreu de forma homogênea, mas resultou da sobreposição de diferentes formas de uso e apropriação da terra, expressas principalmente na constituição de assentamentos rurais e na expansão de fazendas voltadas à pecuária.

Inicialmente, a ocupação do território acreano esteve vinculada à economia da borracha, estruturada a partir dos seringais, que organizavam o espaço com base nas colocações e na exploração da força de trabalho de migrantes, sobretudo nordestinos. Esse modelo deu origem a uma territorialidade específica, marcada por relações de uso da terra associadas ao extrativismo e por uma organização social vinculada à floresta. No entanto, com o declínio da borracha, especialmente a partir da década de 1940, esse sistema entrou em crise, abrindo espaço para novas formas de ocupação.

A partir das décadas de 1970 e 1980, intensifica-se a reconfiguração do espaço agrário acreano, impulsionada por políticas públicas voltadas à integração da Amazônia e à expansão da fronteira econômica. Conforme aponta Silva (2004), esse período é marcado pela introdução da fronteira agropecuária, que promove mudanças significativas na organização do território, substituindo o modelo extrativista por atividades voltadas à produção agropecuária (Silva, 2004, p. 43-44).

Nesse contexto, consolida-se a formação de fazendas, associadas à expansão da pecuária extensiva e à atuação de grandes proprietários e investidores. Esse processo foi viabilizado por políticas de incentivo à ocupação produtiva da terra, incluindo crédito rural e facilidades para

aquisição de grandes extensões territoriais. A terra, nesse momento, passa a assumir valor econômico crescente, sendo incorporada à lógica de mercado, o que favorece a concentração fundiária e a transformação da paisagem por meio do desmatamento e da formação de pastagens.

Paralelamente, desenvolve-se o processo de criação de assentamentos rurais, especialmente a partir da atuação do Estado por meio de políticas de reforma agrária. Esses assentamentos surgem, em grande medida, como resposta aos conflitos fundiários intensificados pela expansão das fazendas e pela expropriação de populações tradicionais. Conforme destacam os estudos sobre a região, a colonização oficial buscou regularizar a ocupação existente e promover o acesso à terra para trabalhadores rurais, por meio da criação de projetos de assentamento (Silva, 2004, p. 44).

No contexto da formação das áreas ao longo do trecho estudado, os assentamentos rurais assumem papel central na reconfiguração do espaço agrário acreano, especialmente a partir das políticas de reforma agrária implementadas nas últimas décadas do século XX. Esses assentamentos não devem ser compreendidos apenas como instrumentos de distribuição de terras, mas como expressões concretas de processos sociais mais amplos, relacionados à luta pela terra, à permanência no campo e à construção de novas territorialidades.

De acordo com Costa (2019), os assentamentos constituem espaços onde se materializa o processo de territorialização camponesa, sendo resultado direto das relações sociais estabelecidas no campo e das disputas pelo acesso à terra. Nesse sentido, o assentamento representa não apenas uma unidade produtiva, mas um território de vida, no qual as famílias assentadas desenvolvem estratégias de reprodução social, econômica e cultural.

Essa perspectiva evidencia que os assentamentos são construídos a partir de múltiplas relações socioespaciais, envolvendo aspectos políticos, econômicos e culturais. Conforme o autor destaca, o território não é apenas um suporte físico, mas um produto das relações de poder, sendo constantemente construído e reconstruído pelos sujeitos que nele atuam. Assim, os assentamentos configuram-se como espaços dinâmicos, nos quais se estabelecem formas específicas de organização do trabalho, uso da terra e sociabilidade.

Além disso, Costa (2019) ressalta que a criação de assentamentos está inserida em um contexto marcado por contradições, uma vez que, ao mesmo tempo em que o Estado implementa políticas de reforma agrária, também incentiva a expansão da fronteira agropecuária e a concentração fundiária. Essa dualidade evidencia que os assentamentos

surgem tanto como resposta aos conflitos agrários quanto como parte de um processo mais amplo de reorganização territorial sob a lógica do capital.

Nesse sentido, os assentamentos rurais no Acre, especialmente a partir da década de 1990, passam a incorporar novas modalidades, como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que introduzem o discurso da sustentabilidade nas políticas agrárias. No entanto, conforme argumenta Costa (2019), essa incorporação não elimina as contradições estruturais da questão agrária, podendo, inclusive, deslocar o foco das desigualdades sociais para questões ambientais.

Outro aspecto relevante refere-se ao fato de que os assentamentos constituem espaços de resistência e recriação do campesinato. Conforme discutido na obra, mesmo diante das pressões do capital e das limitações impostas pelas políticas públicas, os camponeses desenvolvem estratégias que garantem sua permanência na terra, reafirmando sua identidade e seu modo de vida. Nesse sentido, o assentamento é compreendido como um espaço de realização da vida, no qual se articulam produção, cultura e relações sociais.

Entretanto, a implantação desses assentamentos não eliminou as desigualdades estruturais no campo. Ao contrário, muitas vezes ocorreu em condições precárias, com ausência de infraestrutura, assistência técnica e acesso a mercados, o que comprometeu a permanência das famílias na terra. Como resultado, observam-se processos recorrentes de abandono de lotes e reconcentração fundiária, evidenciando as limitações das políticas agrárias implementadas.

Além disso, a coexistência entre assentamentos e fazendas revela a complexidade da estrutura agrária na região. Enquanto as fazendas representam a expansão territorial do capital e a produção voltada ao mercado, os assentamentos configuram-se como espaços de reprodução do campesinato, baseados na agricultura familiar e em estratégias de subsistência e comercialização local. Essa dualidade expressa diferentes racionalidades de uso do território, que frequentemente entram em conflito.

Conforme argumenta Martins (1997), a fronteira é um espaço marcado por disputas e contradições, no qual a expansão do capital implica a expropriação de trabalhadores e a imposição de novas formas de organização do espaço. No Acre, essa dinâmica se manifesta na tensão entre grandes propriedades e unidades de produção familiar, bem como nos conflitos pela posse e uso da terra. Por sua vez, Farias e Silva (2014) destacam que o território acreano deve ser compreendido a partir da noção de multiterritorialidade, na qual diferentes formas de ocupação coexistem e se articulam, refletindo a complexidade da fronteira amazônica (Farias; Silva, 2014).

Dessa forma, o processo histórico de formação das áreas ao longo da BR-317 revela uma dinâmica complexa, marcada pela sobreposição de diferentes temporalidades e territorialidades. A coexistência entre assentamentos e fazendas evidência não apenas distintas formas de uso da terra, mas também as contradições inerentes à produção do espaço agrário na Amazônia, onde se articulam políticas públicas, interesses econômicos, fluxos migratórios e lutas sociais pela terra.

### 3.2.1 Aspectos da fronteira agropecuária do final século XX

A constituição da fronteira agropecuária no Acre, especialmente a partir da década de 1970, deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de abertura da Amazônia ao capital nacional, no qual o território passa a ser progressivamente incorporado às dinâmicas produtivas do país. Esse movimento foi fortemente induzido pelo Estado, por meio de políticas de integração territorial, incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura, que buscavam promover a ocupação produtiva de áreas consideradas estratégicas. Nesse contexto, a Amazônia deixa de ser concebida apenas como espaço de exploração extrativista e passa a ser integrada à lógica da produção agropecuária (Becker, 2005).

A expansão da pecuária extensiva constituiu o principal vetor dessa transformação, promovendo a substituição de áreas florestais por pastagens e a redefinição do uso do território. Conforme evidenciado por Silva (2004), a introdução da pecuária no Acre implicou profundas mudanças na organização do espaço agrário, rompendo com a lógica extrativista e estabelecendo novas formas de produção voltadas ao mercado, além de promover a reestruturação das relações sociais no campo (Silva, 2004, p. 43-44). Esse processo esteve diretamente associado à formação de grandes propriedades rurais, muitas delas adquiridas por investidores oriundos de outras regiões do país, consolidando uma nova estrutura fundiária baseada na concentração da terra.

A implantação e a melhoria da infraestrutura viária, especialmente a BR-317, desempenharam papel central na consolidação dessa fronteira. As rodovias atuaram como eixos estruturadores da ocupação, facilitando o acesso a áreas anteriormente isoladas, reduzindo custos de transporte e viabilizando a circulação de mercadorias, pessoas e capital. Nesse sentido, conforme destaca Becker (2005), a infraestrutura é um elemento fundamental na produção do espaço, ao promover a integração territorial e a incorporação de novas áreas ao sistema econômico.

A conversão da floresta em pastagens implicou um intenso processo de desmatamento, que se tornou uma das principais características da expansão da fronteira agropecuária. Esse

processo, no entanto, não pode ser compreendido apenas sob a perspectiva ambiental, pois está diretamente relacionado às transformações sociais e econômicas do território. Conforme analisa Silva (2004), a nova frente agropecuária "impôs transformações tanto no caráter da produção quanto nas dimensões socioculturais e econômicas do espaço acreano" (Silva, 2004, p. 43).

A valorização da terra constitui outro elemento central nesse processo. A partir da inserção da região nas dinâmicas do mercado, a terra passa a assumir valor econômico crescente, sendo tratada como mercadoria. Esse processo foi impulsionado por políticas públicas que incentivaram a transferência de terras e a ocupação produtiva, contribuindo para a consolidação do latifúndio e para o aumento das desigualdades no acesso à terra (Silva, 2004, p. 43-44). A mercantilização do território, associada à expansão da pecuária e à presença de infraestrutura, reforçou a concentração fundiária e intensificou os conflitos agrários.

Esses conflitos refletem a coexistência de diferentes formas de uso e apropriação do território, envolvendo populações tradicionais, migrantes e grandes proprietários. Conforme argumenta Martins (1997), a fronteira é um espaço marcado por disputas, no qual a expansão do capital implica a expropriação de grupos sociais e a imposição de novas relações de produção.

Dessa forma, a transformação da região em fronteira agropecuária resulta da articulação entre a expansão da pecuária, a abertura da Amazônia, a implantação de infraestrutura como a BR-317, o desmatamento, a valorização da terra e a formação de grandes propriedades rurais. Esse conjunto de fatores evidencia que a fronteira não é apenas um espaço de expansão econômica, mas um território em constante reconfiguração, marcado por contradições, conflitos e pela coexistência de múltiplas territorialidades, conforme destacam Farias e Silva (2014).

### 3.2.2 Padrões de uso do espaço e o surgimento das vilas Pia e Caquetá

A formação das vilas ao longo da BR-317, especialmente a Vila Pia e a Vila Caquetá, estão diretamente vinculadas aos processos históricos de ocupação da Amazônia Ocidental, marcados pela exploração da borracha, pela migração de trabalhadores e, posteriormente, pela implantação de projetos de colonização e abertura de infraestrutura viária. Esses núcleos representam a continuidade de diferentes temporalidades que estruturam o território amazônico, articulando passado extrativista, políticas de ocupação e dinâmicas contemporâneas de uso da terra.

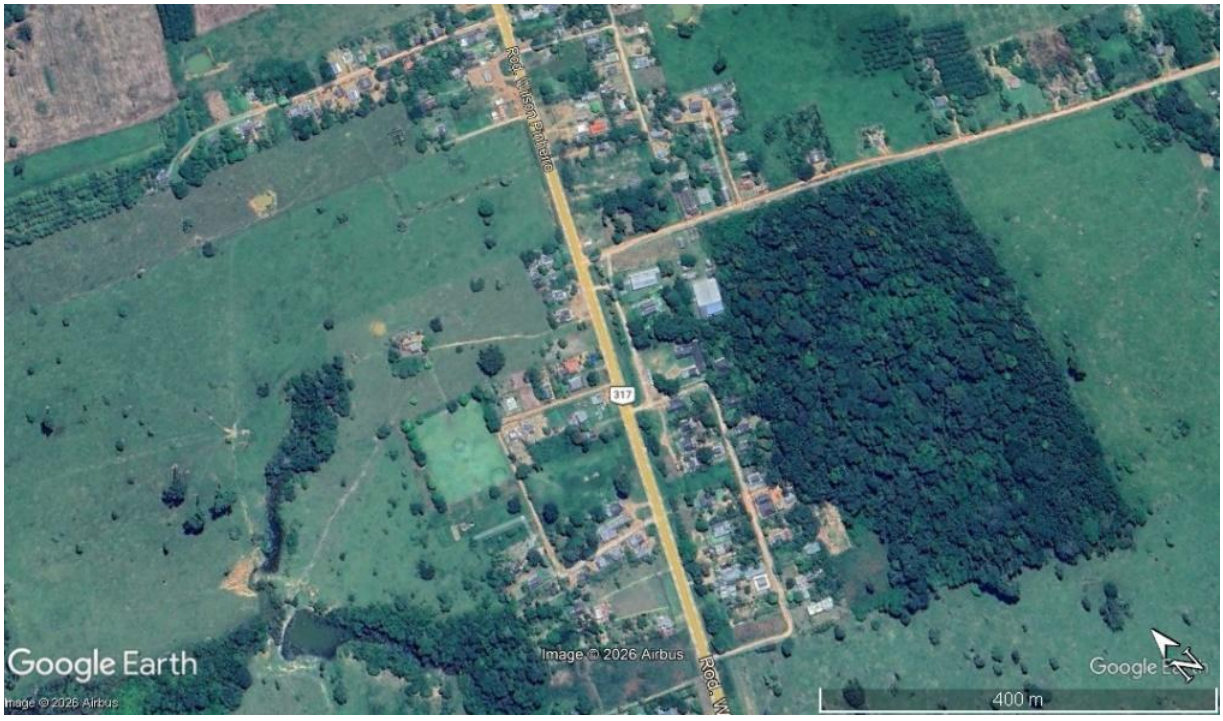
A Vila Pia apresenta uma trajetória histórica profundamente enraizada no período dos seringais. Conforme evidenciado no trabalho de Silva (2017), a origem da localidade está

associada ao antigo Seringal Humaitá, espaço de exploração da borracha que estruturou a ocupação inicial da região. Durante o ciclo da borracha, a área era organizada em colocações, onde trabalhadores em sua maioria migrantes nordestinos viviam e produziam sob o sistema de aviamento. Esse modelo econômico não apenas estruturou a produção, mas também definiu as relações sociais e a organização espacial do território.

Com o declínio da economia da borracha e as transformações econômicas ocorridas ao longo do século XX, a região passou por um processo de transformação territorial. Segundo Silva (2017), a chamada "revolução das colônias" marcou a transição do modelo extrativista para formas de ocupação baseadas na agricultura e na pequena produção, impulsionadas por políticas de reforma agrária e projetos de assentamento.

A partir da década de 1980, com a abertura e melhoria da BR-317, intensificou-se a ocupação da área, consolidando a Vila Pia como um núcleo populacional estruturado. Esse processo pode ser observado em registros históricos que mostram famílias assentadas às margens da rodovia, evidenciando o papel da infraestrutura na fixação da população e na organização do espaço.

**Figura 3 - Vista aérea da Vila Pia, município de Senador Guiomard (AC)**




Fonte: Google Earth (2026)

Além disso, a Vila Pia possui uma especificidade importante sua relação com os geoglifos, sítios arqueológicos presentes na região. Conforme destacado no estudo, esses elementos revelam que a ocupação do território é muito anterior ao período dos seringais,

evidenciando a presença de populações indígenas que já modificavam a paisagem há milhares de anos.

A análise da trajetória de criação e consolidação do Projeto de Assentamento (PA) Caquetá, localizado no município de Porto Acre (AC), deve ser compreendida no âmbito das transformações da questão agrária na Amazônia acreana, especialmente a partir da intensificação das políticas de reforma agrária nas décadas finais do século XX. Nesse contexto, os assentamentos rurais emergem como instrumentos de reorganização territorial, articulando a demanda social por terra à ação do Estado na regulação fundiária.

O PA Caquetá, com área aproximada de 29.727 hectares e cerca de 600 famílias assentadas, constitui-se como um dos principais projetos de assentamento do município, evidenciando a relevância das políticas agrárias na estruturação do território local (SEPLAN, 2023). Sua criação insere-se no conjunto de ações promovidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), voltadas à regularização de áreas ocupadas e à fixação de populações rurais.

**Figura 4 - Vista aérea da Vila Caquetá, município de Porto Acre (AC)**




Fonte: Google Earth (2026)

À luz das contribuições de Costa (2019), a constituição desses assentamentos não pode ser interpretada como um processo exclusivamente institucional, mas como resultado de uma dinâmica social marcada pela luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra. Nesse sentido, o

PA Caquetá expressa um movimento de territorialização camponesa, no qual as famílias, inicialmente inseridas em condições precárias de ocupação, constroem vínculos com o território que posteriormente são reconhecidos e formalizados pelo Estado. Como destaca Costa (2019), o acesso à terra no contexto amazônico está diretamente relacionado à busca por melhores condições de vida e à permanência no campo, sendo a territorialização um processo construído a partir da prática social dos sujeitos.

Nesse contexto, a formação do PA Caquetá pode ser compreendida como resultado de três momentos interligados, a ocupação inicial por famílias camponesas, a intervenção estatal por meio da criação do assentamento e, posteriormente, a consolidação de uma estrutura territorial mais complexa. A estrutura inicial do assentamento seguiu o modelo clássico da reforma agrária, com a divisão da terra em lotes, abertura de ramais e incentivo à produção agropecuária, especialmente a pecuária e a agricultura familiar. Entretanto, conforme argumenta Costa (2019), os assentamentos não se limitam a unidades produtivas, constituindo-se como espaços de reprodução social e construção de territorialidades. Essa perspectiva torna-se evidente no processo de transformação do PA Caquetá ao longo do tempo. Inicialmente concebido como área de produção rural, o assentamento passou por um processo de adensamento populacional e organização comunitária, resultando na formação da atual Vila Caquetá. Esse processo evidencia que os assentamentos são dinâmicos, podendo evoluir para formas mais complexas de organização socioespacial.

A consolidação da vila está associada à presença de infraestrutura e serviços, como escolas, unidades de saúde e atividades econômicas diversificadas, além da regularização fundiária que garantiu maior segurança jurídica às famílias assentadas. Dados recentes indicam a existência de mais de 500 propriedades regularizadas, o que contribuiu para a ampliação do acesso a políticas públicas e crédito rural.

Do ponto de vista econômico, observa-se uma diversificação das atividades produtivas, com destaque para a produção agrícola, a pecuária e a marcenaria, atividade que ganhou relevância regional ao abastecer mercados urbanos próximos, como Rio Branco. Essa diversificação evidencia a capacidade adaptativa das famílias assentadas, que desenvolvem estratégias de reprodução social conforme as condições do território.

Entretanto, conforme problematiza Costa (2019), a consolidação dos assentamentos ocorre em um contexto de contradições estruturais, nas quais o acesso à terra não garante, por si só, a superação das desigualdades sociais. Persistem desafios relacionados à infraestrutura, especialmente a precariedade dos ramais, à dificuldade de acesso a políticas públicas e à

inserção desigual no mercado. Além disso, o autor destaca que a incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável nas políticas de assentamento não elimina os conflitos e tensões presentes no campo, podendo inclusive deslocar o foco das questões sociais para aspectos ambientais "ao centralizar os problemas do campo como problemas ambientais, há um deslocamento das questões estruturais da questão agrária" (Costa, 2019)

No caso do PA Caquetá, essa contradição se manifesta na coexistência entre a necessidade de produção econômica e as limitações impostas pelas condições ambientais e estruturais da região. Por fim, a trajetória do PA Caquetá evidencia que os assentamentos rurais na Amazônia acreana devem ser compreendidos como territórios em permanente construção. Conforme enfatiza Costa (2019), o assentamento é, simultaneamente, espaço de produção e de vida, no qual se constroem novas territorialidades a partir das práticas sociais das famílias. Assim, a transformação do PA Caquetá em Vila Caquetá representa não apenas uma mudança na organização espacial, mas a consolidação de um processo de territorialização camponesa, no qual se articulam luta social, intervenção estatal e estratégias de reprodução no contexto da fronteira amazônica.

Durante o trabalho de campo nas vilas Pia e Caquetá, observou-se que essas localidades mantêm forte relação econômica e social com as atividades agropecuárias desenvolvidas no entorno da BR-317. Apesar de estarem administrativamente vinculadas aos municípios de Senador Guiomard e Porto Acre, respectivamente, as vilas apresentam dinâmicas diretamente influenciadas pela expansão recente das atividades ligadas ao agronegócio de grãos.

### 3.3 O agronegócio de grãos e as mudanças sobre territórios da pecuária e da agricultura familiar

Como visto, a expansão do agronegócio de grãos na Amazônia, especialmente a partir dos anos 2000, representa uma nova fase da reorganização espacial marcada pela intensificação do uso do território por agentes vinculados ao capital agrícola globalizado. No contexto acreano, essa dinâmica evidencia a transição de uma estrutura produtiva historicamente baseada na pecuária extensiva para a incorporação de atividades agrícolas mecanizadas, sobretudo a produção de soja e milho.

Esse processo pode ser compreendido como parte da territorialização do agronegócio, caracterizada pelo uso corporativo do território e pela inserção das áreas de fronteira nos circuitos produtivos internacionais. Conforme aponta Lima (2025), o agronegócio estabelece novas formas de controle e uso do espaço, subordinando o território às demandas do mercado global. A expansão da produção de grãos ocorre, em grande medida, sobre áreas previamente

abertas pela pecuária, evidenciando uma dinâmica de substituição de usos da terra. Segundo Sauer e Pietrafesa (2013), a expansão da soja na Amazônia ocorre, inicialmente, sobre áreas já desmatadas, especialmente antigas pastagens, e não diretamente sobre áreas de floresta primária. Esse processo evidencia uma dinâmica em que a pecuária atua como vetor inicial de ocupação territorial, enquanto a agricultura mecanizada se apropria posteriormente dessas áreas.

No Acre, esse movimento torna-se evidente com a conversão de áreas de pastagem em lavouras mecanizadas, especialmente em municípios conectados por eixos rodoviários como a BR-317. De acordo com Souza (2025), observa-se uma transição significativa da atividade pecuária para a agricultura de grãos, impulsionada por fatores como valorização da terra, melhoria da infraestrutura e inserção em cadeias produtivas mais lucrativas.

Além de reconfigurar áreas anteriormente ocupadas pela pecuária, o avanço do agronegócio também impacta diretamente os territórios da agricultura familiar. A valorização fundiária e a crescente demanda por áreas agricultáveis favorecem processos de concentração de terras, levando à incorporação de pequenas propriedades ao circuito do agronegócio. Conforme destaca Monteiro (2024), a expansão da agricultura mecanizada na Amazônia está associada à reorganização territorial e ao aumento das desigualdades no campo, afetando a permanência de agricultores familiares.

Esse processo está inserido em uma dinâmica mais ampla de transformação da fronteira agrícola, na qual diferentes atividades produtivas se sucedem e se sobrepõem. Estudos indicam que a soja atua como etapa posterior na ocupação do território, consolidando áreas anteriormente exploradas pela pecuária e intensificando a integração dessas regiões ao mercado global (Ferreira; Fearnside, 2005).

Do ponto de vista socioambiental, a expansão do agronegócio de grãos também implica novos impactos. Embora frequentemente se estabeleça em áreas já desmatadas, sua expansão contribui para o avanço indireto do desmatamento, ao deslocar a pecuária para novas áreas de floresta. Segundo Fearnside 2005 a intensificação do uso de insumos químicos e a homogeneização da paisagem resultam em alterações significativas nos ecossistemas locais.

No plano social, esse processo reforça as desigualdades estruturais no campo, uma vez que o agronegócio opera com elevado nível tecnológico, grande escala de produção e forte inserção no mercado, em contraste com a agricultura familiar, que enfrenta limitações no acesso a crédito, tecnologia e infraestrutura. Conforme apontam estudos do IPEA, a expansão da

fronteira agrícola na Amazônia está associada à intensificação de conflitos fundiários e à fragilização de territórios tradicionais (Silva, 2017).

Dessa forma, o avanço do agronegócio de grãos sobre áreas anteriormente ocupadas pela pecuária e pela agricultura familiar evidencia uma nova etapa do avanço das relações capitalistas no campo, marcada pela substituição de usos da terra, pela concentração fundiária e pela reconfiguração das relações socioeconômicas. Esse processo não apenas redefine o papel da região no contexto produtivo, mas também intensifica as contradições inerentes à fronteira amazônica, na qual coexistem diferentes formas de uso e apropriação do território.

### 3.3.1 A pecuária abrindo espaço para a produção de grãos

O recuo relativo da pecuária extensiva e a expansão da produção de grãos na Amazônia Ocidental configuram uma das principais dinâmicas contemporâneas de reestruturação do uso da terra, especialmente em áreas de influência de eixos logísticos, como a BR-317. No trecho em estudo, esse processo não se manifesta apenas em dados estatísticos, mas também na percepção e nas práticas dos atores locais, evidenciando uma transformação concreta do território. No entanto, conforme apontam Domingues et al. (2012), a dinâmica da fronteira amazônica segue um padrão recorrente, no qual a pecuária atua como etapa inicial de apropriação do território, criando as condições para a posterior expansão da agricultura mecanizada.

No contexto da BR-317 sentido Boca do Acre (AM), essa lógica torna-se evidente à medida que áreas já abertas pela pecuária passam a ser revalorizadas e convertidas em áreas agrícolas. A melhoria das condições de circulação proporcionada pela rodovia, associada à sua função de integração regional, contribui para a redução dos custos logísticos e para a inserção dessas áreas nos circuitos produtivos mais amplos. Assim, a rodovia não apenas viabiliza a circulação, mas atua como elemento estruturador da transformação territorial. Conforme apontado na literatura, esse processo segue um padrão recorrente na Amazônia, no qual a pecuária atua como etapa inicial de ocupação, sendo posteriormente substituída por atividades agrícolas mais intensivas (Domingues et al., 2012; Walker et al., 2010).

Durante as atividades de campo realizadas ao longo da BR-317 no entroncamento Boca do Acre, observou-se a presença crescente de áreas mecanizadas destinadas ao cultivo de soja em locais anteriormente utilizados como pastagem. Em diversos trechos da rodovia, foi possível identificar áreas recém-convertidas para agricultura de grãos, evidenciando mudanças recentes no uso da terra e na dinâmica produtiva regional.

Segundo relato dos produtores rurais entrevistados, que possuem terras arrendadas, parte das propriedades da região passou a considerar economicamente mais vantajoso o arrendamento ou a conversão de áreas de pastagem para o cultivo de soja, especialmente devido à valorização recente da produção de grãos no estado. Além disso, evidenciou-se que a pecuária demanda maior esforço e custos operacionais quando comparada à produção de grãos: "o gado exige mais trabalho… sal, remédio… o cara gasta muito". Em contraste, o arrendamento para a soja aparece como uma alternativa mais estável e menos onerosa, permitindo ao proprietário obter renda sem a necessidade de envolvimento direto na produção: Entrevistado 02 "eu não gasto um real… o pagamento cai direto na conta… muito limpo mesmo".

Esse modelo evidencia uma mudança significativa na forma de uso da terra, na qual o proprietário deixa de atuar como produtor direto e passa a integrar o circuito do agronegócio por meio do arrendamento, reforçando a lógica da consolidação espacial do agronegócio. Outro aspecto relevante refere-se à valorização da terra associada à expansão da soja. Conforme relatado pelos entrevistados, áreas anteriormente destinadas à pecuária passaram a ter maior valor após a introdução da agricultura mecanizada: Entrevistado 02 "com certeza… depois que mexe, aduba, só aumenta o valor da terra".

Esse processo de valorização fundiária contribui para a intensificação da conversão de pastagens em lavouras, além de estimular a entrada de novos agentes econômicos na região. A fala dos entrevistados também evidencia a dimensão espacial dessa transformação, indicando a expansão progressiva da soja ao longo da rodovia: Entrevistado 2 "tá quase tudo… se a gente for ver lá desde a Vila Pia até aqui". Esse trecho revela a importância da BR-317 como eixo estruturador da expansão agrícola, reforçando o papel da infraestrutura na reorganização do território.

As entrevistas reforçam essa interpretação ao destacar que o avanço da soja no Acre está inserido em um processo mais amplo de expansão da fronteira agrícola no Brasil, associado à melhoria das condições logísticas e à inserção nos mercados globais: Entrevistado 01 "é um processo quase natural… de expansão da fronteira agrícola… começou no sul e foi avançando até chegar na Amazônia". Além disso, um dos entrevistados apontou que a produção de grãos ocorre, em grande medida, sobre áreas já ocupadas, confirmando a lógica de substituição da pecuária: Entrevistado 01 "a produção de soja… não é feita a partir de desmatamento… são áreas já ocupadas há muitos anos" .

Outro elemento central refere-se ao papel da infraestrutura, especialmente das rodovias, na viabilização dessa transição produtiva: Entrevistado 01 “você vai ver que a soja é só na margem das rodovias asfaltadas”.

Essa observação reforça o papel da BR-317 como elemento estruturador da expansão do agronegócio, evidenciando que o acesso logístico é um fator determinante para a conversão do uso da terra. Dessa forma, os dados de campo confirmam a literatura ao demonstrar que o recuo da pecuária não implica sua eliminação, mas sua reconfiguração espacial. Enquanto a agricultura de grãos se consolida em áreas mais acessíveis e valorizadas, a pecuária tende a se deslocar para regiões mais periféricas, reproduzindo o ciclo de expansão da fronteira (Ferreira; Fearnside, 2005).

Assim, o recuo da pecuária e a expansão da produção de grãos ao longo da BR-317 devem ser compreendidos como processos interdependentes, que expressam a territorialização do agronegócio e a transformação do território amazônico. Esse movimento evidencia a transição de uma fronteira baseada na ocupação extensiva para uma fronteira caracterizada pela intensificação produtiva, na qual o capital redefine continuamente o uso da terra e as relações socioeconômicas no campo.

### 3.3.2 Evolução da produção da soja

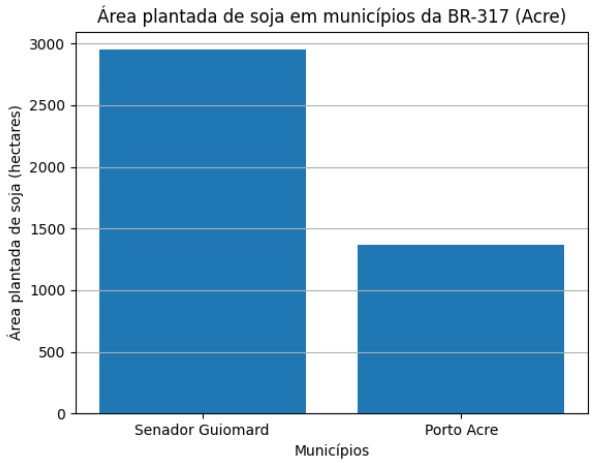
A evolução da produção de grãos na Amazônia, especialmente nas últimas décadas, está diretamente associada ao avanço da fronteira agrícola e à incorporação de novas áreas aos circuitos produtivos nacionais e internacionais. Esse processo, que inicialmente se concentrou nas regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil, avançou progressivamente em direção à Amazônia, consolidando novas áreas de produção, incluindo o estado do Acre.

A evolução da produção de grãos no estado do Acre, especialmente nas áreas de influência da BR-317, evidencia um processo recente de transformação do uso da terra, que se manifesta de forma concreta nos territórios ao redor das vilas estudadas, como Vila Pia (Senador Guiomard) e Vila Caquetá (Porto Acre). Nessas localidades, a expansão da soja e do milho tem se articulado diretamente com a reconfiguração de áreas anteriormente destinadas à pecuária e à agricultura familiar.

Dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) indicam que a área plantada de soja no Acre apresentou crescimento expressivo nos últimos anos, passando de aproximadamente 1.660 hectares em 2019 para mais de 11 mil hectares em 2023, evidenciando a rápida expansão dessa cultura no estado. Embora os municípios de Senador Guiomard e Porto Acre não estejam diretamente localizados ao longo do trecho da BR-317 analisado nesta

pesquisa, as vilas estudadas Vila Pia e Vila Caquetá pertencem administrativamente a esses municípios e mantêm forte conexão territorial, econômica e social com a dinâmica produtiva estabelecida ao longo da rodovia. Dessa forma, sua inclusão na análise justifica-se pela relação direta dessas localidades com o processo recente de expansão do agronegócio de grãos observado no eixo da BR-317, especialmente no trecho compreendido entre o entroncamento ao município de Boca do Acre (AM). A distribuição da área plantada de soja nos municípios analisados evidencia a concentração da produção ao longo do eixo da BR-317. Conforme apresentado no gráfico abaixo, Senador Guiomard apresenta maior área cultivada, com aproximadamente 2.950 hectares, enquanto Porto Acre registra cerca de 1.370 hectares.

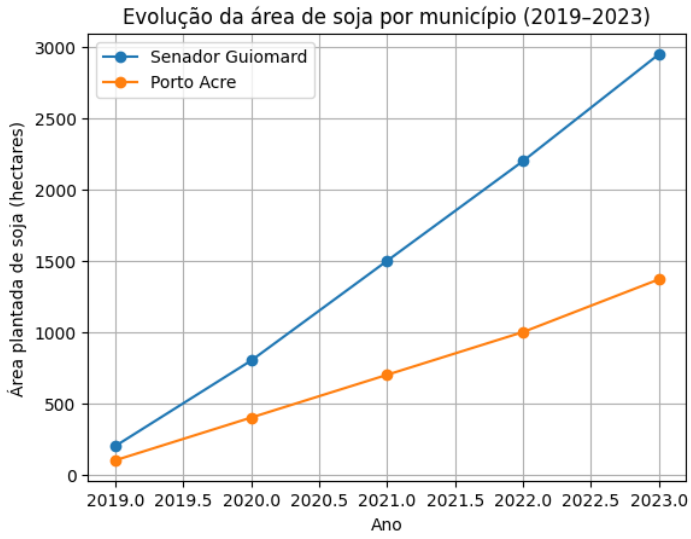
**Gráfico 3 - Área plantada de soja nos municípios de Senador Guiomard e Porto Acre (AC)**




Fonte: IBGE (PAM); dados organizados a partir de Souza (2025). Elaborado pela autora.

Essa diferença reflete as condições diferenciadas de infraestrutura, acesso logístico e características do uso da terra, indicando que a expansão da soja ocorre de forma seletiva, privilegiando áreas com maior integração territorial. No contexto das áreas estudadas, esse padrão reforça o papel da BR-317 como eixo estruturador da produção de grãos, influenciando diretamente a organização do território e a dinâmica do agronegócio na região.

**Gráfico 4 - Evolução da área plantada de soja em Senador Guiomard e Porto Acre (2019–2023)**




Fonte: IBGE (PAM); Souza (2025). Elaborado pela autora.

Os dados apresentados evidenciam o crescimento recente da produção de grãos nos municípios relacionados ao trecho estudado da BR-317. Durante o trabalho de campo, também foram observadas mudanças na paisagem rural, com aumento da circulação de maquinário agrícola, expansão de áreas abertas e presença de estruturas voltadas ao armazenamento e escoamento da produção.

Observa-se a inserção progressiva do território na dinâmica do agronegócio de grãos, com a conversão de áreas de pastagem em lavouras mecanizadas. Esse processo está associado à valorização da terra e à busca por maior rentabilidade, conforme evidenciado nos relatos de campo. Um dos entrevistados destaca que a substituição da pecuária pela soja está diretamente relacionada à queda na rentabilidade da atividade pecuária: Entrevistado 01 "eu resolvi [arrendar] por causa que o gado tava muito lá embaixo… o valor do gado".

Além disso, a fala evidencia que a produção de grãos, especialmente por meio do arrendamento, representa uma alternativa economicamente mais viável: "eu não gasto um real… o pagamento cai direto na conta… muito limpo mesmo".

Esse modelo indica uma mudança significativa na forma de inserção dos produtores locais no sistema produtivo, passando de uma lógica de produção direta para uma lógica de integração ao agronegócio, muitas vezes mediada por contratos de arrendamento.

A evolução da produção de grãos nessas áreas está diretamente relacionada à melhoria das condições logísticas, especialmente a proximidade com a BR-317 e com o corredor de exportação via Porto Velho. Conforme destacado em entrevista, a viabilidade da produção de soja no Acre está associada à redução dos custos logísticos proporcionada por essa infraestrutura: "isso tornou possível, do ponto de vista logístico, a exportação de soja… estamos

a cerca de 500 km de Porto Velho". Outro aspecto relevante refere-se à distribuição espacial da produção, que se concentra nas áreas com melhor acesso logístico. Conforme destacado por um dos entrevistados, a agricultura mecanizada tende a se estabelecer prioritariamente ao longo das rodovias: "se você for ver… [a soja] é só na margem das rodovias asfaltadas".

Esse fator evidencia o papel estruturador da BR-317 na organização do território produtivo, influenciando diretamente a localização e a intensidade da expansão agrícola nas vilas analisadas.

Do ponto de vista produtivo, a evolução da produção de grãos no Acre também se expressa no aumento da produção total, que já ultrapassa dezenas de milhares de toneladas de soja e mais de uma centena de milhares de toneladas de milho. Esse crescimento, embora ainda modesto em escala nacional, representa uma mudança significativa na base produtiva do estado, indicando a consolidação do agronegócio de grãos como atividade emergente.

Entretanto, essa evolução não ocorre de forma homogênea. Nas áreas estudadas, observa-se a coexistência de diferentes formas de uso da terra, incluindo a pecuária, a agricultura familiar e a produção de grãos, evidenciando uma dinâmica de transição territorial. Enquanto algumas áreas são rapidamente incorporadas ao agronegócio, outras mantêm práticas tradicionais, refletindo as limitações estruturais e as desigualdades no acesso à terra, à tecnologia e ao capital.

Dessa forma, a evolução da produção da soja evidencia um processo de redefinição do uso do território em curso, no qual a expansão da agricultura mecanizada redefine o uso da terra e as relações socioeconômicas locais. Esse movimento, fortemente articulado à BR-317, revela a inserção progressiva dessas áreas nos circuitos do agronegócio.

### 3.3.3 Perfil dos produtores de agronegócio na área estudada

O perfil dos produtores do agronegócio na área estudada, especialmente nos municípios de Senador Guiomard e Porto Acre, revela características específicas que diferenciam essa região de outras áreas consolidadas do agronegócio brasileiro. Ao longo da BR-317, observa-se a predominância de produtores de pequeno e médio porte, com forte vínculo histórico com a pecuária e inserção relativamente recente na produção de grãos.

Diferentemente de estados como Mato Grosso, onde predominam grandes propriedades altamente capitalizadas, o Acre apresenta uma estrutura fundiária mais fragmentada, com maior presença de pequenas e médias propriedades. Segundo o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre (FAEAC), entrevistado durante a pesquisa, o crescimento da agricultura de grãos no Acre está relacionado à ampliação dos investimentos

privados, à melhoria das condições logísticas e ao aumento do interesse de produtores na diversificação das atividades agropecuárias. Conforme evidenciado nos relatos de campo, mesmo os produtores mais expressivos da região possuem áreas significativamente menores quando comparadas às grandes fronteiras agrícolas do país: "o Acre não tem esse perfil de grandes fazendas… o maior produtor tem quatro, cinco mil hectares, daí é tudo para baixo".

Essa característica influencia diretamente o perfil do agronegócio local, que se desenvolve de forma mais gradual e adaptada às condições regionais, com menor presença de grandes corporações e maior participação de produtores locais.

Outro aspecto relevante refere-se à origem produtiva desses agentes. A maioria dos produtores que atualmente investem na produção de grãos possui trajetória vinculada à pecuária, evidenciando um processo de transição produtiva dentro da própria unidade produtiva. Conforme apontado na entrevista, a pecuária permanece como base da atividade econômica, mas apresenta crescente articulação com a agricultura: "a maioria dos produtores rurais do Acre são pecuaristas…mas quem é pecuarista está muito próximo da agricultura também".

Essa transição reforça o padrão identificado na literatura, no qual a pecuária atua como etapa inicial da ocupação da fronteira, sendo posteriormente associada ou substituída pela agricultura mecanizada (Domingues et al., 2012; Walker et al., 2010).

Além disso, observa-se que a inserção desses produtores no agronegócio ocorre, em grande medida, por meio de estratégias diferenciadas, como o arrendamento de terras. Esse modelo permite que Proprietários de terra participem do processo produtivo sem necessariamente assumir os custos e riscos da atividade agrícola. Esse tipo de arranjo evidencia a presença de diferentes agentes no território, incluindo produtores locais e operadores do agronegócio que atuam diretamente na produção, reforçando a ideia de apropriação econômica do território.

Do ponto de vista técnico, os produtores que investem na produção de grãos apresentam maior nível de tecnificação quando comparados à pecuária tradicional. A agricultura mecanizada exige investimentos elevados em máquinas, insumos e conhecimento técnico, o que limita sua adoção a produtores com maior capacidade financeira ou acesso a crédito. Conforme destacado na entrevista: "fazer agricultura implica num investimento financeiro bastante grande… máquinas, correção de solo, tecnologia".

Nesse contexto, o acesso ao crédito, à assistência técnica e à infraestrutura torna-se um fator determinante para a inserção dos produtores no agronegócio. Outro elemento importante

refere-se à escala de produção. Embora haja crescimento da agricultura de grãos, a produção no Acre ainda ocorre em escala menor, com propriedades relativamente pequenas e menor presença de grandes grupos empresariais. Conforme observado: Entrevistado 01 "o Acre não tem esse tipo de grande empresário dos grãos… a maioria das propriedades são pequenas".

Essa característica confere ao agronegócio local um perfil distinto, marcado por menor concentração de capital, mas também por maiores limitações estruturais. Do ponto de vista espacial, a atuação desses produtores está fortemente condicionada pela infraestrutura, especialmente pela proximidade com a BR-317. A produção de grãos concentra-se em áreas com melhor acesso logístico, evidenciando a importância das rodovias na organização do território produtivo. Esse fator limita a expansão da atividade em áreas mais isoladas, onde predominam a pecuária e a agricultura familiar.

Além disso, o perfil dos produtores reflete a influência de fatores externos, como os preços internacionais das *commodities* e as condições do mercado global. Conforme evidenciado nos relatos de campo, a decisão de investir ou expandir a produção está diretamente relacionada à rentabilidade da atividade, o que evidencia a forte dependência desses produtores em relação às dinâmicas do mercado. Dessa forma, o perfil dos produtores do agronegócio na área estudada caracteriza-se pela predominância de pequenos e médios produtores; origem vinculada à pecuária; inserção recente na produção de grãos; uso de estratégias como arrendamento; dependência de infraestrutura e mercado e crescente nível de tecnificação.

Esse conjunto de características evidencia que o agronegócio na região não se configura como uma ruptura total com as formas anteriores de uso da terra, mas como uma reconfiguração progressiva do território, na qual produtores tradicionais passam a se integrar, de diferentes maneiras, à lógica do agronegócio.

### 3.3.4 Efeitos socioeconômico verificados

A expansão do agronegócio de grãos nas áreas de influência da BR-317 tem promovido uma significativa reconfiguração das dinâmicas socioeconômicas locais, redefinindo tanto os padrões produtivos quanto as formas de inserção do território nos circuitos do capital. Nesse contexto, observa-se o fortalecimento de uma lógica produtiva voltada à exportação de *commodities*, especialmente soja e milho, que se apoia na modernização técnica do campo, no uso intensivo de insumos e na crescente articulação com cadeias agroindustriais de escala nacional e global (Elias, 2020).

No entanto, esse processo revela-se marcado por contradições estruturais. Se, por um lado, há aumento da produtividade e dinamização de determinados segmentos da economia

local, por outro, poderá surgir futuramente o aprofundamento da concentração fundiária e da desigualdade no acesso à terra. A valorização das áreas ao longo da BR-317, associada à expansão da agricultura mecanizada, tem favorecido a incorporação de propriedades por agentes econômicos mais capitalizados, resultando na progressiva substituição de atividades tradicionais, como a pecuária extensiva e a agricultura familiar (Delgado, 2012).

De acordo com os entrevistados, a expansão da agricultura mecanizada vem alterando significativamente as relações de trabalho no meio rural. Um dos produtores entrevistados destacou que a produção de grãos demanda menor quantidade de mão de obra permanente quando comparada à pecuária tradicional, favorecendo processos de mecanização e especialização técnica.

No caso específico da BR-317 no sentido Boca do Acre, esses efeitos assumem particular relevância, uma vez que a rodovia atua como eixo estruturador da expansão agrícola, condicionando a localização das áreas produtivas e intensificando os processos de valorização fundiária e reorganização territorial. Assim, a expansão do agronegócio ao longo desse corredor logístico não apenas redefine o uso da terra, mas também reconfigura as relações sociais e econômicas, evidenciando a inserção seletiva da região nos circuitos contemporâneos do agronegócio.

### 3.4 Indícios de conflitos deslocados

A territorialização do agronegócio de grãos na área de influência da BR-317 não implica a eliminação dos conflitos agrários, mas sim sua reconfiguração espacial e social. Conforme argumenta Fernandes (2008), os conflitos no campo são inerentes à disputa pelo território e tendem a se deslocar à medida que novas áreas são incorporadas à lógica do capital.

Nesse contexto, a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Ocidental, impulsionada pela valorização da terra e pela melhoria da infraestrutura logística, favorece processos de apropriação territorial que frequentemente resultam na exclusão de populações locais. Dados da Comissão Pastoral da Terra indicam que os conflitos fundiários persistem e, em muitos casos, se intensificam em áreas de recente expansão agrícola (CPT, 2023).

#### 3.4.1 Efeitos da expansão do agronegócio grãos sobre a população local

A expansão do agronegócio de grãos, especialmente da soja e do milho, esse processo insere a região nos circuitos do agronegócio nacional e global, intensificando a valorização da terra, a mecanização da produção e a reorganização do uso do território (Elias, 2020; Souza; Castelo, 2025).

As observações de campo e os relatos coletados evidenciam que a expansão recente do agronegócio de grãos é percebida de maneira distinta pelos atores locais. Enquanto alguns entrevistados associam o avanço da soja à modernização econômica e à valorização das propriedades rurais, outros demonstram preocupação com as mudanças nos modos de vida locais e com a redução gradual das atividades tradicionalmente desenvolvidas na região.

Segundo a CPT com dados na Amazônia, os principais efeitos observados, destaca-se o acirramento das disputas fundiárias. A chegada de produtores vinculados ao agronegócio tem intensificado conflitos pelo controle da terra, sobretudo em áreas tradicionalmente ocupadas por agricultores familiares, seringueiros e extrativistas. Relatórios da Comissão Pastoral da Terra evidenciam o aumento dos conflitos no campo na região amazônica, associados à expansão da fronteira agrícola e à valorização fundiária (CPT, 2023). Esses conflitos, embora nem sempre se manifestem de forma aberta, revelam um contexto de insegurança territorial e pressão sobre populações locais.

Além dos conflitos, observa-se a restrição do direito de circulação e o cerceamento do acesso ao território. Reportagem feita pela revista Cenarium destacam casos ao longo da BR-317, como na região do km 86, onde comunidades relatam a instalação de porteiras, cercas e guaritas por produtores de grãos, impedindo o livre trânsito de moradores e restringindo o acesso a áreas tradicionalmente utilizadas para pesca, caça e coleta. Essa situação evidencia um processo de territorialização privada do espaço, no qual áreas antes de uso comum passam a ser controladas por agentes do agronegócio.

Outro efeito relevante refere-se à exclusão social e à transformação dos modos de vida locais. A introdução da monocultura de grãos substitui sistemas produtivos diversificados, baseados na agricultura familiar e no extrativismo, promovendo a desestruturação dessas atividades. Conforme apontam Domingues et al. (2012) e Walker et al. (2010), a expansão da agricultura mecanizada na Amazônia tende a deslocar populações rurais, reduzindo sua autonomia produtiva e inserindo-as em condições de maior vulnerabilidade social. Esse processo pode ser compreendido como parte de uma modernização conservadora, na qual há crescimento econômico sem inclusão social significativa (Graziano, 1981).

As evidências empíricas reforçam essa dinâmica. Relatos de campo indicam que alguns produtores locais têm optado pelo arrendamento de suas terras, em função da maior rentabilidade da soja em relação à pecuária, o que altera a relação direta com a produção e contribui para a reorganização das economias locais. Ao mesmo tempo, a mecanização da

agricultura reduz a demanda por mão de obra, limitando as oportunidades de trabalho no meio rural.

No plano ambiental, os impactos também são expressivos. A conversão de áreas de floresta e pastagens em lavouras mecanizadas contribui para o desmatamento, o aumento das queimadas e a degradação dos recursos naturais. Dados de instituições como MapBiomas e INPE indicam que a expansão agrícola na Amazônia está diretamente associada à transformação do uso da terra, com implicações sobre a biodiversidade e os recursos hídricos. O uso intensivo de agrotóxicos, por sua vez, pode afetar rios e igarapés, comprometendo atividades essenciais para a subsistência das comunidades locais.

Outro aspecto importante refere-se à valorização da terra e à especulação fundiária. A expansão do agronegócio ao longo da BR-317 pode futuramente elevar o preço das terras, incentivando a venda de propriedades por pequenos produtores e seringueiros. Conforme analisa Delgado (2012), esse processo favorece a concentração fundiária e contribui para a exclusão de populações menos capitalizadas, que perdem não apenas o acesso à terra, mas também sua autonomia econômica.

Embora o setor agropecuário destaque os benefícios econômicos da expansão da produção de grãos, incluindo o aumento da movimentação financeira, estimada em bilhões de reais no estado do Acre, esses ganhos tendem a se concentrar em determinados grupos, enquanto os custos sociais e ambientais são distribuídos de forma desigual. Conforme aponta Santos (2008), a inserção seletiva dos territórios nos circuitos do capital produz desigualdades e exclusões, especialmente em regiões de fronteira agrícola.

Dessa forma, a expansão do agronegócio de grãos ao longo da BR-317 configura um processo de transformação territorial marcado por contradições. Ao mesmo tempo em que promove crescimento econômico e modernização produtiva, também pode vir a gerar conflitos, exclusão social, degradação ambiental e reconfiguração dos modos de vida das populações locais, evidenciando os desafios inerentes à expansão da fronteira agrícola na Amazônia.

### 3.4.2 Tendências de deslocamento populacional frente à expansão do agronegócio de grãos

A expansão do agronegócio de grãos ao longo da BR-317 poderá intensificar, nos próximos anos, processos de deslocamento populacional que tendem a se manifestar, predominantemente, em duas direções: o êxodo rural em direção aos centros urbanos e a migração para novas áreas de fronteira agrícola. Caso a dinâmica de expansão da produção de grãos continue avançando sobre áreas anteriormente ocupadas por atividades tradicionais, esses

movimentos poderão refletir transformações estruturais no uso da terra e na organização do território, marcadas pela substituição de formas diversificadas de produção por sistemas agrícolas mais intensivos e voltados ao mercado global.

Um dos possíveis destinos da população que venha a perder espaço no campo poderá ser a migração para áreas urbanas, especialmente para centros regionais, como Rio Branco. Esse deslocamento poderá ocorrer em decorrência da perda do acesso à terra, da redução das oportunidades de trabalho no meio rural e da crescente dificuldade de permanência da agricultura familiar diante da valorização fundiária e da expansão da monocultura de grãos. Conforme destaca Santos (2008), processos dessa natureza tendem a contribuir para o crescimento das periferias urbanas, frequentemente marcadas por deficiências de infraestrutura, precarização das relações de trabalho e maior vulnerabilidade social.

No contexto da BR-317, ainda não é possível afirmar que esse movimento ocorra de forma generalizada. Entretanto, a continuidade da valorização das terras e da concentração das atividades produtivas ao longo do eixo rodoviário poderá favorecer a incorporação de propriedades por agentes econômicos mais capitalizados. Nesse cenário, pequenos produtores e trabalhadores rurais poderão enfrentar maiores dificuldades para permanecer em suas áreas, sendo levados a buscar alternativas nos centros urbanos, muitas vezes em condições de inserção precária no mercado de trabalho e no acesso à moradia.

Outra possibilidade é que parte da população deslocada opte por migrar para novas áreas de fronteira agrícola, onde ainda exista disponibilidade de terras, sobretudo em regiões mais isoladas da Amazônia. Caso esse movimento se intensifique, poderá contribuir para a continuidade da expansão territorial da fronteira agrícola, estimulando a abertura de novas áreas, o avanço do desmatamento e, posteriormente, a incorporação dessas terras ao circuito do agronegócio. Conforme argumenta Becker (2013), a dinâmica da fronteira amazônica caracteriza-se justamente por esse ciclo contínuo de ocupação e reocupação do território, no qual populações deslocadas podem atuar como agentes iniciais da abertura de novos espaços, posteriormente apropriados por atividades econômicas mais capitalizadas.

Essa tendência também pode ser compreendida à luz da lógica da fronteira agrícola discutida por Graziano da Silva (1981) e Delgado (2012), segundo a qual a expansão do capital no campo tende a reorganizar o território, modificar as relações de produção e provocar o deslocamento de populações. Nessa perspectiva, a expansão do agronegócio poderá produzir não apenas mudanças espaciais, mas também profundas transformações nas condições de vida, de trabalho e de reprodução social das famílias afetadas.

Cabe destacar, ainda, que esses dois possíveis destinos a cidade e as novas áreas rurais não devem ser compreendidos como alternativas excludentes. As trajetórias da população poderão ser marcadas por deslocamentos sucessivos entre o campo e a cidade, conforme as oportunidades econômicas e as limitações impostas pelo processo de reestruturação territorial. Essa mobilidade tende a evidenciar situações de instabilidade social, especialmente quando não acompanhada por políticas públicas capazes de garantir acesso à terra, geração de renda e condições adequadas de permanência das populações no meio rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do avanço do agronegócio de grãos ao longo da BR-317, no trecho compreendido até o município de Boca do Acre (AM), permitiu compreender como as recentes transformações produtivas no Acre estão inseridas em um processo histórico mais amplo de produção e reorganização do espaço amazônico. Os resultados da pesquisa demonstram que a expansão da soja e do milho não representa uma ruptura com as dinâmicas anteriores de ocupação territorial, mas a continuidade de um processo histórico de incorporação da Amazônia aos circuitos econômicos nacionais e globais.

A partir do referencial teórico mobilizado, foi possível compreender a fronteira amazônica como um processo dinâmico, marcado pela atuação simultânea do Estado, do capital privado e dos diferentes agentes sociais que disputam o território. Nesse sentido, o avanço recente do agronegócio no Acre expressa uma nova fase da fronteira agropecuária amazônica, caracterizada pela crescente mecanização da produção, pela ampliação dos investimentos em infraestrutura logística e pela integração do território acreano às cadeias globais de commodities agrícolas.

A pesquisa evidenciou que as transformações atualmente observadas na área de estudo possuem raízes históricas relacionadas aos processos anteriores de ocupação territorial do Acre. O extrativismo da borracha, a expansão da pecuária extensiva e, mais recentemente, o avanço da agricultura mecanizada constituem diferentes momentos de reorganização produtiva do território, que se sobrepõem e coexistem no espaço regional. Dessa forma, a área estudada revela a permanência de estruturas históricas associadas à fronteira amazônica, ao mesmo tempo em que incorpora novas dinâmicas econômicas vinculadas ao agronegócio contemporâneo.

No contexto analisado, a BR-317 desempenha papel central na reorganização territorial recente, funcionando não apenas como eixo de circulação, mas também como infraestrutura estratégica para a expansão das atividades agropecuárias e para a integração regional. A melhoria das condições logísticas e a ampliação da conectividade territorial favoreceram a intensificação da circulação de mercadorias, pessoas, capitais e tecnologias, fortalecendo a inserção do Acre nos circuitos produtivos do agronegócio.

Os dados levantados ao longo da pesquisa também permitiram identificar mudanças importantes no uso e ocupação da terra no trecho estudado. Observou-se a ampliação gradual das áreas destinadas ao cultivo de grãos, especialmente soja e milho, em áreas anteriormente ocupadas predominantemente pela pecuária extensiva. Esse movimento demonstra que a agricultura mecanizada vem se consolidando como nova atividade econômica relevante na região, tendências já observadas em outras áreas da Amazônia Legal.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidenciou que essa transformação territorial não ocorre de maneira homogênea ou isenta de contradições. Embora a expansão do agronegócio esteja associada à modernização produtiva, ao aumento da circulação econômica e à integração do território aos mercados nacionais e internacionais, esse processo também produz impactos sociais e territoriais significativos.

As entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, associadas à observação direta da paisagem e aos dados secundários analisados, permitiram compreender que a expansão do agronegócio de grãos altera não apenas a estrutura produtiva regional, mas também as formas de uso do território e as relações sociais construídas historicamente ao longo da BR-317. Nesse sentido, verificou-se que a substituição parcial das áreas de pecuária por lavouras mecanizadas contribui para a redefinição das dinâmicas econômicas locais e para a transformação dos modos de vida das populações residentes na área estudada. Outro aspecto importante identificado pela pesquisa refere-se aos processos de deslocamento populacional associados às mudanças no uso da terra. Em diversos casos, pequenos produtores e trabalhadores rurais passam a buscar alternativas nas áreas urbanas ou em novas frentes de ocupação territorial, reproduzindo dinâmicas históricas características da fronteira amazônica.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa possui limitações relacionadas à dimensão da investigação empírica e ao número reduzido de entrevistas realizadas, aspecto associado às dificuldades de acesso à área estudada e à dinâmica recente do processo analisado. Ainda assim, as entrevistas realizadas com produtores rurais e com o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre (FAEAC), associadas às observações de campo e

à análise de dados secundários, permitiram identificar tendências importantes das transformações territoriais em curso ao longo da BR-317.

Por fim, conclui-se que o avanço do agronegócio de grãos no Acre revela a consolidação de uma nova etapa da fronteira agropecuária amazônica, marcada pela crescente integração do território aos circuitos globais do capital e pela recentes das transformações socioeconômicas e territoriais na região. Assim, compreender a expansão recente do agronegócio no Acre exige reconhecer que o território amazônico continua sendo espaço de disputas, conflitos e reconfigurações permanentes, nas quais diferentes projetos de desenvolvimento coexistem e se confrontam continuamente.

## REFERÊNCIAS


ACRE. Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN. **Acre em Números**. Rio Branco: SEPLAN, 2023.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE. **Acre: a nova fronteira agrícola da soja**. Rio Branco, 2023. Disponível em: https://agencia.ac.gov.br/acre-a-nova-fronteira-agricola-da-soja/. Acesso em: 08 out. 2025.

AGROADVANCE. **Os 6 maiores produtores de soja do mundo**. 2023. Disponível em: https://agroadvance.com.br/blog-6-maiores-produtores-de-soja-do-mundo/. Acesso em: 1 out. 2025.

ALMEIDA, Adriano da Silva. **Terra, a briga para ser dono: conflitos agrários no Seringal Nova Empresa nos anos de 1970**. Revista Das Amazônias, v. 3, n. 2, 2020.

ALVES, V. E. L.; ROCHA, G. O. **Trabalho e modernização no campo brasileiro. Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 45-60, 2010.

ARACRI, Luís Santos dos Anjos. **Dinâmica atual da fronteira agrícola na Amazônia Legal: agentes, processos e formas**. Revista Áquila, v. 4, n. 2, 2022.

ARIMA, E.; GOMES, M. **Expansão da soja na Amazônia brasileira: preços da terra, logística e dinâmica do uso do solo.** Revista Brasileira de Geografia Econômica, v. 7, n. 2, 2019.

AUBERTIN, Catherine. **A floresta tropical entre o paraíso e o inferno**. Brasília: UnB, 2002.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. **Lisboa: Edições 70**, 2011.

BECKER, Bertha. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, Bertha. K. **Amazônia: nova geografia, nova política regional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BECKER, Bertha K. **A fronteira amazônica: desenvolvimento e integração**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

BECKER, Bertha Koiffmann. A Amazônia como território estratégico. In: BNDES. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Valer, 1999.

BEZERRA, Marcos Antônio. **Agricultura familiar na Amazônia: produção e sustentabilidade**. Belém: UFPA, 2012.

BRASIL. **Conjuntura geográfica**, v. 59, n. 1, p. 21–34, 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produção Agrícola Municipal e LSPA.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022–2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Estrutura fundiária brasileira: dados regionais.** Brasília: INCRA, 2020.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Plano Nacional de Logística**. Brasília: Governo Federal, 2020.

BROWN, Irving Foster; BRILHANTE, Silvia H. C.; MENDOZA, Elsa; OLIVEIRA, Ivanir R. Estrada de Rio Branco, Acre, Brasil aos Portos do Pacífico: como maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Sul-Ocidental. In: **Encuentro Internacional de Integración Regional: Bolivia, Brasil y Perú**, 2001. Arequipa: CEPEI, 2002.

BUTLAND, G. J. **Frontiers of Settlement in South America. London**: Oxford University Press, 1957.

CANDIDO, Silvio Eduardo Alvarez. **O estabelecimento da moratória da soja na Amazônia brasileira: ação ambiental estratégica para explorar oportunidades em múltiplos campos. Sociologias**, Porto Alegre, v. 25, 2023.

CARDOSO, Fátima Cristina. **Do confronto à governança ambiental: uma perspectiva institucional para a moratória da soja na Amazônia** - São Paulo, 2008.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e agronegócio no Brasil**. Revista NERA, Presidente Prudente, 2010.

CASTRO, Edna. **Território, poder e desenvolvimento na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2013.

CONTINI, Elisio et al. **Agricultura e comércio exterior brasileiro**. Brasília: Embrapa, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2006.

COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial**. Rio Branco: EDUFAC, 2019.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA/UFPA, 2012.

COY, Martin. Rondônia: fronteira de integração. Tübingen: **Geographisches Institut**, 1988.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2023**. Goiânia: CPT, 2023.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965–2012).** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DESMATAMENTO E AS FRENTES PIONEIRAS NA REGIÃO DA AMACRO. Revista **Presença Geográfica**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 30–43, 2023. DOI: 10.36026/rpgeo.v10i1.7257. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7257. Acesso em: 2 nov. 2025.

DOMINGUES, Gabriel; SAUER, Sérgio. A grande fronteira: Amazônia e a formação do sistema agroextrativista global. **Revista Geográfica**, v. 33, 2021.

DOMINGUES, M. S. et al. O arco do desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, 2012.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, n. 1, 2020.

ELOY, L. **A aceleração recente da produção de soja na Amazônia**. 2023.

EMBRAPA Amazônia Ocidental. **Perspectivas para a produção de grãos no Amazonas**. Manaus: EMBRAPA, 2022.

EMBRAPA Amazônia Oriental. **A sojicultura no Pará: evolução e impactos**. Belém: EMBRAPA, 2018.

EMBRAPA Rondônia. **Expansão da soja no Cone Sul de Rondônia**. Porto Velho: EMBRAPA, 2020.

EMBRAPA Roraima. **A soja no cerrado roraimense**. Boa Vista: EMBRAPA, 2019.

EMBRAPA. **A evolução da soja na Amazônia Legal**. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2020.

EMBRAPA. **A geopolítica da soja na Amazônia. Brasília**: EMBRAPA, 2011.

EMBRAPA. **A soja no Brasil: história e evolução.** Brasília: Embrapa, 2018.

EMBRAPA. **Acre: soja e milho – perspectivas de safra 2023/2024**. Rio Branco: **Embrapa** Acre, 2023.

EMBRAPA. **Agricultura sustentável e sistemas integrados na Amazônia**. Brasília: EMBRAPA, 2018.

EMBRAPA. **Integração lavoura-pecuária-floresta na Amazônia**. Brasília: EMBRAPA, 2018.

EMBRAPA. Soja: produção, industrialização e utilização. Brasília: **Embrapa,** 2020. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/Sojaemgros.pdf. Acesso em: 1 out. 2025.

FARIAS, A. et al. **Dinâmica do uso do solo no cerrado de Roraima**. Revista Nativa, v. 8, n. 1, 2020.

FARIAS, Cleilton Sampaio de; SILVA, Silvio Simione da. **As fronteiras da fronteira e a expressão da multiterritorialidade acreana.** Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 5, n. 7, p. 63-79, 2014.

FARIAS, Cleilton Sampaio de; SILVA, Silvio Simione da. **Da territorialidade seringueira à territorialidade fazendeira: estratégias de mudança do uso do solo no Acre**. Revista GeoPantanal, v. 9, n. 16, p. 87–110, 2014.

FARIAS, Soad. **A agricultura familiar na dinâmica territorial da Amazônia ocidental**. 2021.

FEARNSIDE, Philip M. **Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2005.

FEARNSIDE, Philip M. **Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle**. Acta Amazonica, v. 35, n. 3, 2005.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, L. V.; FEARNSIDE, P. M. **Mudanças no uso da terra na Amazônia**. 2005.

FRANCO, Carlos Alberto. **Agricultura, fronteira e estrutura fundiária no Acre contemporâneo**. 2020.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, C. A. **Agronegócio e território na Amazônia: fronteiras produtivas e conflitos socioambientais**. Belém: UFPA, 2022.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HÉBETTE, Jean. **Cultura, economia e campesinato na Amazônia**. Belém: UFPA, 1997.

HUNDERTMARCK, Clarissa de Jesus C.; KARNOPP, Elaine. **Encadeamento rural-urbano: Rio Branco e os municípios que concentram os agentes mercantis da cadeia produtiva da borracha no Vale do Acre.** Ágora (Santa Cruz do Sul), v. 24, n. 2, p. 73–95, 2022.

HURTIENNE, Thomas. **Agricultura familiar e uso da terra na Amazônia**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 16, 2001.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal (PAM): Soja, 2010–2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 08 out. 2025.

IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola** (LSPA). Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE. Produção Agrícola Municipal – PAM. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010–2023.

INCRA – **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório de análise de mercados de terras – Acre, 2025**. Brasília: INCRA, 2025.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação da pavimentação da BR-317 e seus impactos socioeconômicos**. Brasília: IPEA, 2002.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Estudo da viabilidade econômica da pavimentação da BR-317**: Acre – Peru. Brasília: IPEA, 2002.

LIMA, M. S. B. **Expansão da cadeia da soja na Amazônia setentrional**. 2020.

LIMA, M. S. B. **Territorialização do agronegócio na Amazônia**. 2025.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de; CARNEIRO, Eduardo de Araújo (org.). **Uma história do Acre para estudantes**. Rio Branco: EDUFAC, 2025.

MAPA – Ministério da Agricultura. **Zoneamento agrícola e diagnóstico da produção de soja em Rondônia**. Brasília: MAPA, 2021.

MAPBIOMAS. Coleção 10 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso do Solo do Brasil (1985–2024). **Projeto MapBiomas**, 2024. Disponível em: https://mapbiomas.org. Acesso em: 08 out. 2025.

MAPBIOMAS. Coleção 8.0**: uso e cobertura da terra no Brasil (1985–2023).** São Paulo: MapBiomas, 2023. Disponível em: https://mapbiomas.org.

MARGULIS, Sergio. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Contexto, 1998.

MARTINS, José de Souza**. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MDIC – **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Balança Comercial Brasileira 2023**: Acre. Brasília: MDIC/SECOM, 2023.

MDIC – **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Exportações brasileiras – Acre (2015–2023).** Brasília: MDIC, 2023. Disponível em: https://comexstat.mdic.gov.br. Acesso em: 08 out. 2025.

MONBEIG, Pierre. "**A evolução da frente pioneira no Brasil**". Revista Brasileira de Geografia, 1952.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, D. M. L. V. **Avanço do agronegócio na Amazônia**. Revista NERA, 2024.

MORAIS, Maria de Jesus. **Conflitos agrários e reterritorialização na Amazônia acreana**. 2012.

NEGREIROS, João Vitor da C. et al. **Estudo de áreas de risco hidrogeomorfológico no sudoeste da Amazônia: o caso da cidade de Brasiléia – Acre**. Anais do XX Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2024.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Contra a fronteira: a revisão de um conceito perverso para a Amazônia. **Revista da ANPEGE**, v. 19, n. 3, 2023.

O ECO. **Asfalto novo rasga floresta: os impactos da pavimentação da BR-317. Rio de Janeiro, 2010**. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/asfalto-novo-rasga-floresta/. Acesso em: 08 out. 2025.

OLIVEIRA, Adão Francisco de; FERREIRA, Rogério Castro; BARREIRA, Celene Cunha M. A. Contornos da fronteira capitalista no século XXI: um olhar sobre o Cerrado e a Amazônia. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 75, 2020.

OLIVEIRA, Adonai Figueiredo (Entrevistado A). Produtor rural. Entrevista concedida a Amanda Souza. Porto Acre, 29 março 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A longa história da grilagem de terras no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Raimundo Nonato dos. **Dinâmicas territoriais e expansão da fronteira agrícola no Acre.** Rio Branco: EDUFAC, 2018.

SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José Paulo. **Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias.** ACTA Geográfica, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SDA – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas. Diagnóstico da produção agrícola do Amazonas. Manaus: Governo do Amazonas, 2021.

SILVA, Adalberto. Conflitos agrários e expansão da pecuária no Acre. 2004

SILVA, Arlan Hudson Souza e. **Sobre sujeitos, lugares e patrimônio: um olhar reflexivo a partir do caso da Vila Pia, no estado do Acre. 2017**. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio Branco, 2017.

SILVA, J. G. **Expansão da fronteira agrícola e modernização da agricultura brasileira.** São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, José de Souza; SOUZA, Carlos Alberto**. Expansão da soja e dinâmica da fronteira agrícola na Amazônia.** Revista de Geografia Agrária, 2019.

SILVA, Ricardo Gilson Costa. **Expansão da fronteira agrícola na Amazônia Sul-Ocidental**. IPEA, 2017.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; CONCEIÇÃO, Francilene Sales da (org.**). Geografia, território e sociedade na Amazônia**. Porto Velho: Temática Editora; PPGG/UNIR, 2021.

SILVA, Silvio Simione da. **A frente pioneira agropecuária e a reestruturação do uso da terra no Acre.** 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 7, n. 4, p. 42-49, 2004.

SOUZA, Amanda Figueiredo De et al.. O cultivo da soja e a sua expansão no estado do acre. Anais do XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia... Campina Grande**:** **Realize Editora**, 2025. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/124181>. Acesso em: 27 mar 2026

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas, nova abordagem. Rio Branco:** EDUFAC, 2002.

TURNER, Frederick Jackson. The Frontier in American History. New York: **Henry Holt**, 1920.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em expansão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VERÍSSIMO, Adalberto et al. Amazônia em números. Belém: **Imazon,** 2011.

VERONEZ, Assuero Doca (Entrevistado B). Entrevista concedida a Amanda Souza. Rio Branco, 20 março 2026.

VILELA, S. B. **Pecuária e políticas públicas na Amazônia: uma análise histórica da expansão da fronteira agropecuária**. Brasília: UnB, 2018.

WAIBEL, Leo. **Estudos de Geografia Tropical**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WAIBEL, Leo. **Princípios da colonização europeia no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

WALKER, R. et al. **A expansão da agricultura intensiva e pecuária na Amazônia brasileira**. 2010.